



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

JOSEMAR ELIAS DA SILVA JUNIOR

FOLHA DA ESPERANÇA: trajetória e perspectivas da Liga Canábica da Paraíba



JOÃO PESSOA
2019

JOSEMAR ELIAS DA SILVA JUNIOR

FOLHA DA ESPERANÇA: trajetória e perspectivas da Liga Canábica da Paraíba

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Informação, Memória e Sociedade.

Orientadora: Professora Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira.

Catálogo na publicação
Seção de Catálogo e Classificação

S586f Silva Junior, Josemar Elias da.

FOLHA DA ESPERANÇA: Trajetória e Perspectivas da Liga Canábica da Paraíba / Josemar Elias da Silva Junior. - João Pessoa, 2019.

193 f. : il.

Orientação: Profa Dra Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

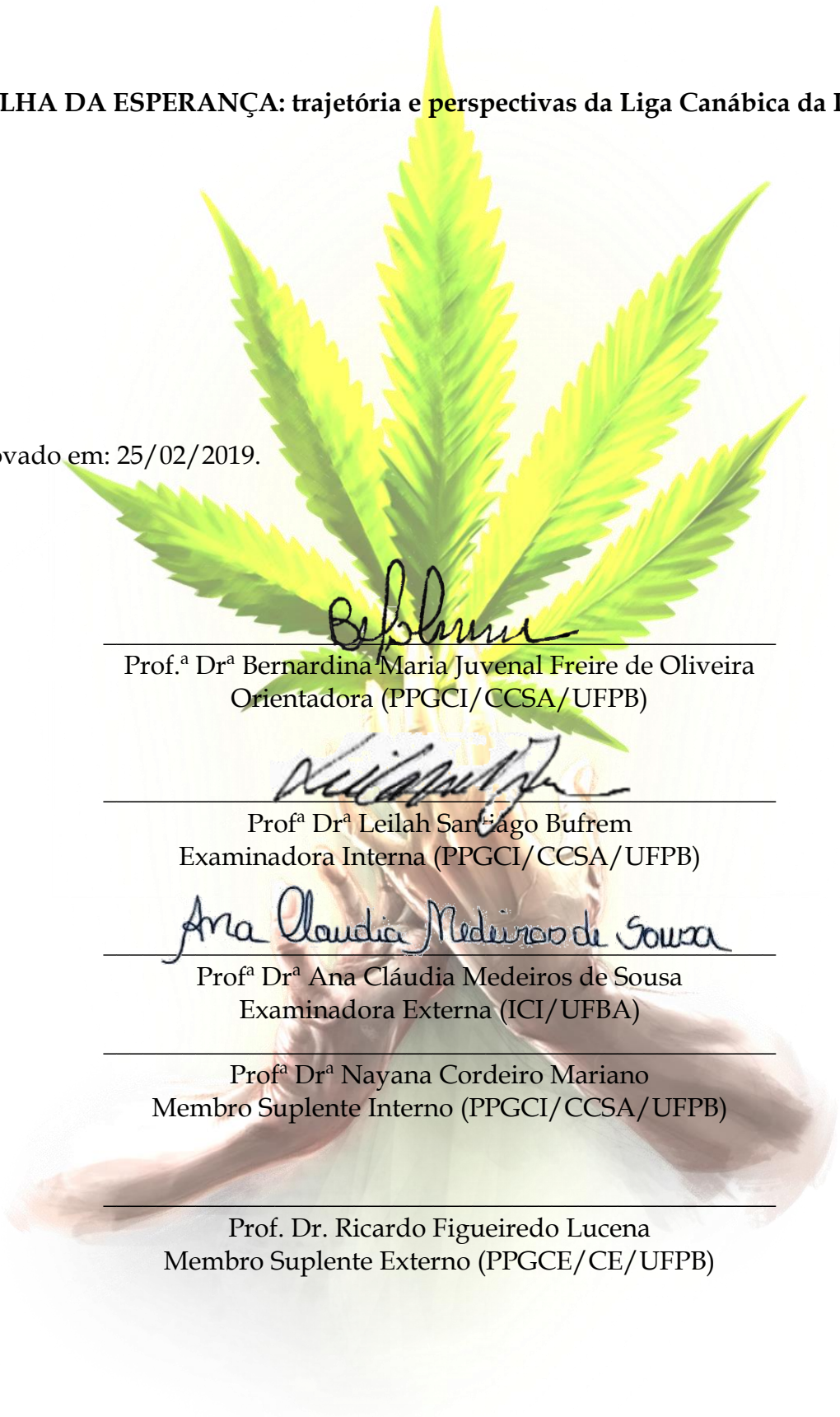
1. Liga Canábica. 2. Trajetória. 3. Memória. 4. Cannabis medicinal. 5. Arquivo privado da Liga Canábica da Paraíba. I. Oliveira, Profa Dra Bernardina Maria Juvenal Freire de. II. Título.

UFPB/BC

JOSEMAR ELIAS DA SILVA JUNIOR

FOLHA DA ESPERANÇA: trajetória e perspectivas da Liga Canábica da Paraíba

Aprovado em: 25/02/2019.

A background illustration of a hand holding a large, vibrant green cannabis leaf. The leaf has serrated edges and a prominent central vein. The hand is rendered in a soft, painterly style with visible brushstrokes.

Bernardina

Prof.^a Dr.^a Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
Orientadora (PPGCI/CCSA/UFPB)

Leilah Santiago Bufrem

Prof.^a Dr.^a Leilah Santiago Bufrem
Examinadora Interna (PPGCI/CCSA/UFPB)

Ana Cláudia Medeiros de Sousa

Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia Medeiros de Sousa
Examinadora Externa (ICI/UFBA)

Prof.^a Dr.^a Nayana Cordeiro Mariano
Membro Suplente Interno (PPGCI/CCSA/UFPB)

Prof. Dr. Ricardo Figueiredo Lucena
Membro Suplente Externo (PPGCE/CE/UFPB)

Às famílias integrantes da Liga Canábica da Paraíba e a todos os grupos sociais que militam em favor da causa da cannabis medicinal, pois, suas razões transcendem qualquer estigma ou preconceito, Dedico!

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa só foi possível graças ao apoio e ajuda de muitas pessoas, e que necessito demonstrar a minha gratidão.

*Primeiramente rendo os meus agradecimentos ao **Deus altíssimo**, que no caminhar da vida nunca desistiu de mim, sempre me fazendo acreditar que tudo é possível para aquele que crê, me fazendo forte nos momentos em que me senti fraco.*

*Agradeço à **minha família**, de forma especial os meus pais **Josemar Elias da Silva e Silvia Helena Oliveira da Silva**, formadores do meu caráter, exemplos de determinismo e fontes de sabedoria em quem me espelho e que sempre acreditaram na minha capacidade me incentivando sempre a ser alguém melhor, e estiveram presentes nos momentos mais difíceis, a quem vale imensa gratidão.*

*À minha esposa, companheira e eterna namorada **Rayssa Claudino de Oliveira Elias** que sempre me apoiou e em todas as horas esteve ao meu lado, não me deixando desistir ou ficar pra baixo e que me auxiliou em muitos momentos na execução desse trabalho. Obrigado!*

*À **Joana Lira do Nascimento** (in memoriam) minha estrela no céu, que sempre me aconselhou sabiamente para os desafios da vida e que sempre me visualizou em lugares altos. Obrigado!*

*À minha orientadora Profa. **Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira**, por ter me abraçado e caminhado junto a mim nesses quase dois anos de vida acadêmica, e, que sem dúvida suas contribuições trouxeram cores mais cintilantes ao trabalho. Meu muito obrigado!*

*À **Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da PB - FAPESQ/PB** pelo financiamento através de bolsa durante a trajetória do mestrado, o que possibilitou minha dedicação exclusiva a esta pesquisa.*

*Aos professores que integraram minha banca examinadora **Prof^{ra} Dr^a Leilah Santiago Bufrem, Prof^a Dr^a Ana Cláudia Medeiros de Sousa, Prof. Dr. Ricardo Figueiredo Lucena e Prof^{ra} Dr^a Nayana Cordeiro Mariano** pelas contribuições para o aperfeiçoamento deste trabalho. Obrigado!*

Ao **corpo docente** do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB PPCI/UFPB registro minha gratidão por toda troca de conhecimento estabelecida no decurso das disciplinas cursadas.

Aos funcionários do PPGCI/UFPB **Franklin Duarte Kobayashi e Alinny Costa Araújo dos Santos**, por todo o suporte dado neste período, atendendo de forma eficiente e empática a todas as minhas solicitações. Obrigado!

À professora **Me. Ana Cláudia Cruz Córdula** por ter sido a maior incentivadora para minha inserção no mestrado acadêmico, que acredita no potencial de seus alunos, os incentiva e faz despertar o melhor em cada um. Por mais professoras assim como a senhora, muito obrigado!

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (GECIMP) pela chance de aprender mais, pelos debates frutíferos e pela oportunidade de fazer parte desta família, obrigado! Meu agradecimento especial às Líderes: **Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira e Maria Nilza Barbosa Rosa**.

Aos meus colegas de turma que formaram a **turma 2017.1 do mestrado**, bastante unidos, aplicados, felizes (ah isso é viu), meu muito obrigado pelas também partilha de saberes, pelos momentos de descontração dentro e fora dos muros da academia que tornaram a caminhada mais leve. Obrigado!

À minha família acadêmica: **Ana Tavares (a desenvolvida), Larissa Fernandes e Laila Vieira** pelos momentos de compartilhamento e apoio no âmbito acadêmico e pessoal, formamos uma verdadeira corrente de apoio mútuo uns para com os outros. Vocês são incríveis, obrigado!

À equipe de trabalho que compôs a **chapa Arquivologia em movimento** do Centro Acadêmico de Arquivologia da UFPB – **Maria das Graças Gonçalves de Oliveira** que conduziram a gestão 2018-2019 a qual integrei a presidência. **Angélica Nayara, Adriana Rocha, José Werlley, Lesley Rodrigues, Anthony Moreira e Rosane Lacet**, obrigado pela parceria e apoio!

À **Liga Canábica da Paraíba**, de forma especial, aos seus dirigentes: **Júlio Américo e Sheila Geriz**. Por me abrirem às portas e me permitir viver a experiência incrível do fazer desta associação, dando a possibilidade de vasculhar seus papeis, bem como participar de suas reuniões e assim trazer à tona o percurso desta no espaço e no tempo. Muito obrigado!

*Às minhas amigas da vida que julgo serem verdadeiros encontros de alma **Genezia Maria Bessa e Vanessa Figueiredo** pelas palavras de bom ânimo, companheirismo e amizade. Obrigado!*

Agradeço a todos e todas que, de maneira direta ou indireta, contribuíram construção desta pesquisa.

*“Não fui eu que lhe ordenei? Seja forte e corajoso!
Não se apavore, nem se desanime, pois, o Senhor,
o seu Deus, estará com você por onde você andar”.*

Josué 1:9.

RESUMO

Versa acerca da trajetória de luta da Liga Canábica da Paraíba, associação sem fins lucrativos fundada em razão da união de pais e familiares de crianças com epilepsia de difícil controle que militam diariamente para o alcance de uma política nacional para cannabis medicinal e assim proporcionar melhor qualidade de vida aos seus familiares por meio dos benefícios terapêuticos presentes nos componentes da planta. A trajetória foi construída considerando o que preconiza Bourdieu (1996), de que o sujeito ou mesmo instituição é fractal e percorre diversos lugares no seio social, sendo assim não se assume um viés de biografia em que o histórico é trazido de maneira linear. Desta forma, tomamos como principal fonte para coleta de dados o acervo documental da Liga, até então inexplorado e considerado por nós uma fonte de memórias e informações inesgotáveis capaz de revelar aspectos do progresso desta associação no espaço e no tempo. O conceito de memória norteador para a construção da trajetória é o adotado por Thiesen (2013) que traz o que chama de memória institucional, capaz de abranger os testemunhos do passado do período de emergência da instituição (2014) quando ainda não era uma associação sob o aspecto formal até sua conjuntura atual de Liga Canábica da Paraíba. Como pressuposto metodológico utilizamos a pesquisa de abordagem qualitativa do tipo documental associada a realização de entrevistas livres com os dirigentes da Liga: Júlio Américo e Sheila Geriz com vistas a corroborar com as informações existentes nos documentos selecionados para a pesquisa. Os documentos foram analisados para além das ações que os geraram ao considerar os aspectos memorialísticos e valor sociocultural dos mesmos, para tanto utilizamos a técnica da análise documental de Aróstegui (2006). Através do potencial informativo presente em seu acervo documental, associado ao mecanismo da memória com o auxílio das narrativas orais de seus dirigentes, revelamos a existência de uma instituição social em constante atuação que percorre várias esferas de poder, dentre elas, social, política, educativa e medicinal buscando disseminar informações confiáveis sobre os efeitos medicinais benéficos da utilização dos componentes da cannabis sativa como o CBD e o THC. Destarte, suas dinâmicas envolvem corriqueiramente luta, amor, acolhimento, companheirismo e resistência no tocante a busca por uma política pública voltada à cannabis medicinal e subversão do preconceito arraigado na planta e estendido para quem dela faz uso.

Palavras chave: Liga Canábica. Trajetória. Memória. Cannabis medicinal. Arquivo privado da Liga Canábica da Paraíba.

ABSTRACT

It regards to the struggled trajectory of Liga Canábica da Paraíba, a non-profit association founded by a group of parents and relatives of children with hard to contain epilepsy, which militates daily to achieve a national policy for medical cannabis and thus provide a better quality of life for their families through out the therapeutic benefits found in the plant's components. The trajectory was built considering what Bourdieu (1996) advocates, that the subject or even institution is fractal and travels several places in the social environment. Thus, one does not assume aspects of biography in which the history is brought in a linear way. In this way, we have as main source for data gathering the League's documents files, until now unexplored and considered by us a source of limitless memories and information - capable of revealing aspects of the progress of this association in space and time. The concept of guiding memory for the construction of the trajectory is the one adopted by Thiesen (2013), that brings the so called institutional memory, capable of covering the past testimony of the institution's emergency period (2014) when it was not yet a formal association until the present structure as the Liga Canábica da Paraíba. As a methodological mechanism, we used qualitative research associated with conducting interviews with the leaders of the League - Júlio Américo and Sheila Geriz - intending to validate information in the documents selected for the research. The documents were analyzed considering the actions that caused them and taking their memorialist aspects and sociocultural value, using the documentary analysis technique of Aróstegui (2006). In this way, the information that is presented in its archives, associated to the memory mechanism, with the help of the oral narratives of its leaders, we managed to reveal the existence of a social institution in constant action, that runs through several spheres of power, among them: social, political, educational and medicinal; seeking to disseminate reliable information about the beneficial medicinal effects of the use of cannabis sativa components such as CBD and THC. Thus, their dynamics routinely involves struggle, love, acceptance, companionship and resistance regarding the search for a public policy focused on medical cannabis and subversion of prejudice associated with the plant and extended to those who make use of it.

Keywords: Cannabis League. Trajectory. Memory. Medicinal cannabis. Private archive of the Liga Canábica da Paraíba.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do álbum “usuário” da banda Planet Hemp.....	20
Figura 2 - Bob Marley fazendo uso da cannabis sativa.....	42
Figura 3 - Planta cannabis sativa.....	43
Figura 4 - Advertência nas embalagens de cigarro.....	46
Figura 5 - Uma plantação de cânhamo (palavra que gerou o anagrama "maconha") no estado do Arizona, nos EUA, no início do século XX - Reprodução.....	50
Figura 6 - Despacho sobre a longevidade de habitantes do distrito chinês atribuída à maconha.....	52
Figura 7 - Anúncio de fuga de escravo "fumador de pango" no Diário do Rio de Janeiro de 2 de agosto de 1833.....	54
Figura 8 - Capa do filme Ilegal – A vida não espera	94
Figura 9 - Júlio e Sheila na matéria alusiva a posição da ANVISA em adiar a decisão da reclassificação do Canabidiol.....	98
Figura 10 - Matéria sobre a audiência que discutiu a SUG Nº 8/2014.....	101
Figura 11 - Registro do dia em que as famílias foram ao MPF protocolar ação.....	110
Figura 12 - Notícia quanto a aprovação da liminar impetrada pelas famílias.....	111
Figura 13 - Matéria sobre a passeata “Gotas pela vida libera ANVISA”.....	113
Figura 14 - Matéria sobre a manifestação do CFM no tocante a prescrição do medicamento.....	114
Figura 15 - Slogan da AMA+ME.....	116
Figura 16 - CNPJ de abertura da Associação Civil “Liga Canábica”	123
Figura 17 - Lançamento da Liga Canábica da Paraíba.....	127
Figura 18 - Reuniões de acolhimento da Liga Canábica da Paraíba.....	128
Figura 19 - Logomarca da Liga Canábica.....	130

Figura 20 - Apoio da Liga Canábica à Marcha da maconha.....	135
Figura 21 - Cartaz de divulgação da Marcha da Maconha em João Pessoa no ano de 2016.....	136
Figura 22 - Marcha da maconha 2017.....	137
Figura 23 - Disseminação de matérias acerca do uso medicinal da cannabis no Facebook da Liga.....	138
Figura 24 - Anúncio de convocação para o compartilhamento de experiências.....	139
Figura 25 - Materiais de campanha.....	142
Figura 26 - Folder de divulgação do evento “Drogas e Direitos Humanos: o caso da maconha medicinal”	147
Figura 27 - Convite para participação do evento “Café em verso e Prosa”	148
Figura 28 - Convite de evento realizado pela Liga em parceria com a OSJPB.....	149
Figura 29 - Folder de divulgação do II ENPBIO.....	149
Figura 30 - Folder do I Simpósio sobre Drogas, Direitos Humanos e modos de cuidar.....	150
Figura 31 - Audiência Pública na ALPB em maio/2017.....	152
Figura 32 - Folder da palestra “Cannabis: um olhar em perspectiva”	153
Figura 33 - 1º Fórum Delta 9.....	154
Figura 34 - 3º Fórum Delta 9.....	154
Figura 35 - Folder do I Seminário sobre uso medicinal da cannabis.....	155
Figura 36 - Cannabis medicinal: mães que cuidam cultivando.....	156
Figura 37 - Cannabis medicinal: mães que cuidam cultivando.....	157
Figura 38 - Folder do lançamento da Liga Canábica em Campina Grande - PB.....	158
Figura 39 - Evento na Bodega Arte e Café.....	159

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 – Percurso metodológico.....	36
Esquema 2 – O contexto da informação.....	68
Esquema 3 - Etapas para solicitação/tramitação do pedido de importação do medicamento.....	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Documentos requisitados pela ANVISA para solicitar importação do canabidiol.....	107
Quadro 2 - Composição inicial da Diretoria e Conselho Fiscal da Liga.....	121
Quadro 3 - Trabalhos acadêmicos que abordam a experiência da Liga.....	125
Quadro 4 - Composição atual da Diretoria e Conselho Fiscal da Liga.....	126
Quadro 5 - Ações desenvolvidas pela Liga entre 2015-2018.....	143

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

FUNAD - Fundação de Apoio à Pessoa com Deficiência da Paraíba;

UFPB - Universidade Federal da Paraíba;

CI – Ciência da Informação;

PPGCI – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação;

ANCIB – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação;

USP – Universidade de São Paulo;

UFSJ – Universidade Federal São João del Rei;

GT's – Grupos de Trabalho;

ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação;

GECIMP - Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio;

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;

SNC - Sistema Nervoso Central;

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

OMS - Organização Mundial da Saúde;

LSD - Lysergsäurediethylamid (dietilamida do ácido lisérgico);

HIV – vírus da imunodeficiência humana;

AFP - Agência France Presse;

CBD - Canabidiol

THC – Tetrahydrocannabinol;

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

STF - Supremo Tribunal Federal;

ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental;

ABE – Associação Brasileira de Epilepsia;

AMA+ME - Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal;

ABRACE - Associação Brasileira de apoio a cannabis Esperança;

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil;

CRM – Conselho Regional de Medicina;

CFM – Conselho Federal de Medicina;

SUG – Sugestão de Melhoria;

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;

EUA – Estados Unidos da América;

MPF – Ministério Público Federal;

PRT – Portaria;

GPCON - Gerência de Produtos Controlados;

SIA - Setor de Indústria e Abastecimento;

EM – Esclerose Múltipla;

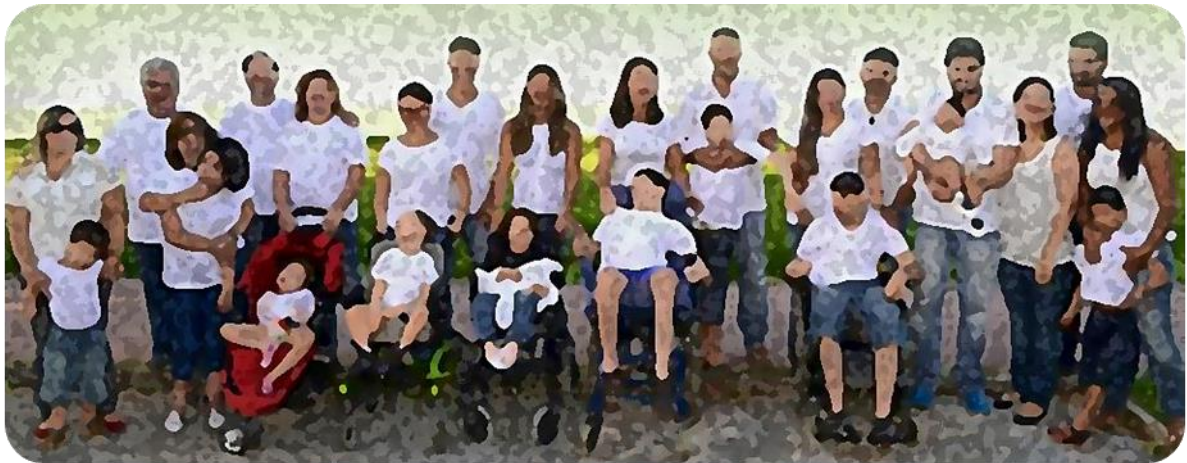
CEJ - Centros de Estudos Judiciários;

SUS – Sistema Único de Saúde;

ADUF/PB – Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 PRIMEIRAS SEMENTES.....	18
1.1 RAÍZES METODOLÓGICAS	35
2 CANNABIS: folhas que transformam vidas	41
2.1 CANNABIS SATIVA: advento no Brasil	53
3 INICIANDO O PLANTIO: compreendendo a relação teórica da memória e da informação	61
3.1 DOCUMENTANDO MEMÓRIAS, ACESSANDO INFORMAÇÕES: uma trajetória contada a partir de documentos.....	77
4 TRAJETÓRIA DA LIGA CANÁBICA: a luta pela vida	90
4.1 O DIREITO DE USO DE UMA ERVA MEDICINAL	99
4.2 LIGA CANÁBICA: para além de uma associação formal, um enlace de fraternidade....	120
4.3 AÇÕES E EMOÇÕES: atividades desenvolvidas pela liga no tempo e no espaço	140
5 É TEMPO DE COLHEITA	165
REFERÊNCIAS	170
APÊNDICE A - AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM, ÁUDIO E DADOS BIOGRÁFICOS.....	179
APÊNDICE B - AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL PARA EXECUÇÃO DA PESQUISA	180
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO BASEADO NAS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012,MS.....	181
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - PLATAFORMA BRASIL.....	184
ANEXO B - FORMULÁRIO PARA IMPORTAÇÃO E USO DE PRODUTO À BASE DE CANABIDIOL	188
ANEXO C - FICHA CADASTRAL DE ASSOCIAÇÃO À LIGA PARAIBANA EM DEFESA DA CANNABIS MEDICINAL.....	190



PRIMEIRAS SEMENTES

1 PRIMEIRAS SEMENTES



*Fumo maconha sim, mas calma meu camarada,
eles um dia vão ver que a lei estava errada.*

(Marcelo D2)

O caminhar por entre os muros da universidade pode ser um ato revelador, em razão de podermos encontrar pessoas que estavam distantes de nossos olhos e por isto ficam silenciadas em nosso cotidiano.

Esses (re)encontros nos possibilitam, reconstruir lembranças e/ou despertar para ideias adormecidas ou novas nunca antes pensadas. Podemos nos deparar com “n” exemplos de manifestações sociais, visualizamos bem a universidade como um espaço democrático e plural dos sujeitos, de reivindicações e manifestações ideológicas, assim como um ambiente para o cumprimento do seu mister: a sociabilidade de saberes para o fomento do ensino, pesquisa e extensão ou em outras palavras, a concepção de ensino superior disposta no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Nestas caminhadas nos deparamos vez e outra com cartazes, folders e manifestações acerca do uso e descriminalização da maconha, haja vista sua carga de benefícios para o indivíduo humano no tratamento paliativo no tocante a uma série de doenças. Assim, ao ouvir na academia e ao visualizar tais cartazes que chamam atenção para questão de uma planta medicinal criminalizada, por meio da divulgação de seminários, palestras, rodas de discussão, ou seja, de uma militância em torno desta questão brotou-se o desejo em se pesquisar acerca de tal temática.

Sendo assim retornamos a essência familiar recordando a passagem de Silvia Helena Oliveira da Silva¹ na Fundação de Apoio à Pessoa com Deficiência da Paraíba (FUNAD), onde exerceu por quatro anos a função de reabilitadora de visão subnormal e atendia várias crianças com deficiência visual. Todavia a grande maioria dessas crianças vinha acometida de outros diagnósticos como, por exemplo, paralisia cerebral, hidrocefalia, microcefalia, síndromes e convulsões crônicas e neste tipo de trabalho se tornava difícil não se sensibilizar com as várias histórias de vida e luta de mães e pais.

Em um atendimento e outro já se visualizavam pais que militavam a favor da legalização medicinal da maconha, por reconhecer seus benefícios na aplicação real aos quadros clínicos de seus filhos – especialmente as crianças com convulsão de difícil controle – do remédio a base de canabidiol, as vezes que se conseguia, era por meio de importação em que os custos se mostravam inadmissíveis considerando a conjuntura social e econômica da maioria das famílias, tornando quase impossível custear essa proposta alternativa de tratamento.

Para além da falta de condição financeira, outro fator era determinante para obstaculizar o acesso à planta e seus derivados: a criminalização da planta, tanto do ponto de vista social quanto legal, observando que no Brasil a Cannabis e seus derivados têm seu uso proibido², o que restava por dificultar o direito destas mães e pais, sobretudo, dessas crianças de se ter uma melhoria de saúde, ou melhor, de fazer valer o seu direito fundamental inserido no artigo 196 da nossa carta magna: o direito à saúde.

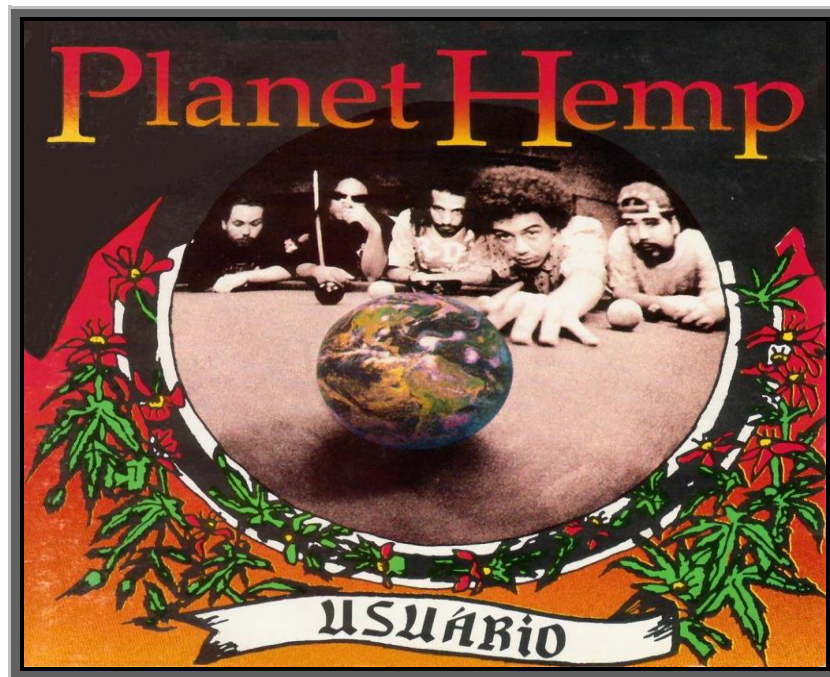
Nessa direção, aludimos à epígrafe introdutória deste capítulo, onde o músico Marcelo Maldonado Peixoto, conhecido no meio artístico como Marcelo D2 que por muito tempo integrou a banda carioca Planet Hemp³ e atine para o fato de o ordenamento jurídico brasileiro ser controverso no tocante a criminalização da maconha, colocando assim seu anseio para que um dia este quadro seja revertido.

¹ Mãe do pesquisador Josemar Elias da Silva Junior.

² Resolução da ANVISA – RDC Nº 54 de 06 de agosto de 2008 e a Lei 11.343 de 23 de agosto de 2006

³ Tradução para o português: “Planeta Maconha”.

Figura 1 – Capa do álbum “usuário” da banda Planet Hemp.



Fonte: MACHADO, 2016.

Desde 1995 ainda quando assumia o vocal da banda Planet Hemp em parceria com o também rapper BNegão, Marcelo D2 já trazia em suas letras versos que pregavam a legalização da planta assim como a liberdade de expressão, a exemplo do seu disco de estreia intitulado “Usuário” quando lançou-se com a banda, dispondo de algumas faixas que colocavam a questão da criminalização da planta como problema social e controle de governo. “Não compre, plante”; “Legalize já”; “Maryjane” e “Fazendo a cabeça” são algumas faixas do álbum que atinem para a problemática criada em torno ao uso da planta.

*[...] Legalize já, legalize já
 Porque uma erva natural não pode te prejudicar
 [...] O álcool mata bancado pelo código penal
 Onde quem fuma maconha é que é o marginal
 E por que não legalizar? E por que não legalizar?
 Estão ganhando dinheiro e vendo o povo se matar
 Tendo que viver escondido no submundo
 Tratado como pilantra, safado, vagabundo*

*Por fumar uma erva fumada em todo mundo
É mais que seguro proibir que é um absurdo
Aí provoca um tráfico que te mata em um segundo
A polícia de um lado e o usuário do outro
Eles vivem numa boa e o povo no esgoto.⁴*

O interesse por temáticas de relevância social ou problemáticas que impactam no contexto social deriva de nossa primeira graduação – Bacharelado em Direito. Para concluí-la, trabalhamos com a temática do auxílio-reclusão, trazendo reflexões acerca da norma penal incriminadora e do benefício prestado à família do apenado, contrapondo opiniões entre os que consideram válido o benefício social em face a necessidade dos dependentes do apenado e os que são contra, por estes últimos acreditarem ser o benefício um incentivo à prática de crimes.

Neste limiar revela-se a justificativa temática, cerne deste estudo que é a “*cannabis*”⁵, haja vista a forte repressão que esta planta sofre no seio social, através de uma série de dispositivos legais e um contexto cultural de criminalização sofridos desde a época da escravidão. (SILVA, 2003; MACRAE, SIMÕES, 2004). Embora já houvesse registros de seu uso para fins terapêuticos e medicinais muito antes desta época (SILVA, 2003; MACRAE, 2001).

A partir do conhecimento de que estudiosos da área da saúde da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) estão pesquisando a *cannabis* na perspectiva de seu uso medicinal, somado a isto, a observância de cartazes e outros chamamentos para se discutir a *cannabis* medicinal no âmbito da UFPB por meio da Liga Canábica, e ao ouvir falar dos aspectos medicinais presentes na planta em junção ao trabalho desempenhado pela Liga inquietou-nos a pesquisar nesta vertente.

Sendo assim, a junção das lembranças e dos fatos que estão acontecendo na UFPB para além daqueles expostos em reportagens e outros veículos de comunicação instigou-nos a trabalhar com a memória da Liga Canábica da Paraíba, associação sem fins lucrativos, criada a partir da luta de pais e familiares de crianças acometidas de

⁴ Trecho da música “Legalize Já” do álbum “Usuário” da banda Planet Hemp.

⁵ Popularmente conhecida no Brasil como maconha. Outras denominações são comuns para a planta: Liamba, Diamba, Cânhamo, Pito do pango e Fumo de Angola.

epilepsia de difícil controle, que buscam através da militância a liberação do uso medicinal da planta em face aos inúmeros benefícios trazidos e atestados cientificamente, já reconhecidos em países como os Estados Unidos, Uruguai e Canadá mas que infelizmente no Brasil embora alguns avanços dados, a caminhada ainda é árdua e se dá em passos curtos.

A Liga Canábica Paraíba tem travado uma batalha permanente na/para a criação de políticas públicas voltadas ao uso medicinal da *cannabis*, bem como de apoio às famílias que dela necessitam. Isto se dá em razão da planta ainda ser vista de forma negativa e preconceituosa, e da falta de informação, ou até mesmo de uma contrainformação, como Morin (1986, p. 36) aponta em sua obra em razão do avanço tecnológico nos meios de comunicação: “[...] não se pode mais ver o que está acontecendo, já que o sistema camufla a verdadeira informação; e o medo que inspira faz com que todos digam o que é preciso dizer”.

Esta polêmica que gira em torno dos estigmas criados acerca do uso da *cannabis* fez despertar o interesse em trazer à tona para a sociedade o papel desta associação com relação aos benefícios levados às crianças portadoras de doenças neurológicas, além disso, o papel social e acolhedor da associação em unir famílias, e, por conseguinte, esforços na obtenção de um bem comum, proporcionando união e apoio mútuos.

O estudo da trajetória da Liga a partir de seu acervo documental privado, bem como por meio de entrevistas com seus dirigentes nos leva a compreender dois contextos: um primeiro momento de angústia e poucos recursos, e um segundo momento de melhorias e descobertas medicinais da planta e seus benefícios identificados com o seu uso.

Frente a isto, não há como não ser tocado por histórias de vida e ao mesmo tempo de luta de pessoas que vivenciam diariamente no seu lar os tenebrosos efeitos de doenças como a epilepsia crônica, e buscam na legalização medicinal da maconha a melhoria e bem-estar de seus parentes. Posto isso, a pesquisa dará corpo e visibilidade a causa, assim como a trajetória da Liga Canábica Paraíba nesta luta.

Neste viés, fica evidente a necessidade em tratar cientificamente sobre esta temática como forma de transcender espaços, saindo da perspectiva urbana e

adentrando nos espaços acadêmicos. Transitando na perspectiva da memória, informação e identidade onde esta pesquisa terá uma maior inclinação, haja vista que na dinâmica de atuação da liga, observa-se que os sujeitos concordam e partilham de um entendimento comum, que seria o uso medicinal da *cannabis sativa* para o tratamento de doenças do sistema nervoso, como a epilepsia de difícil controle (refratária). Sendo assim batalham judicial e socialmente para obter acesso aos derivados da planta de forma legal.

Nesta perspectiva aludimos ao que Candau (2016, p. 9) aponta para a concepção de identidade, compreendendo-a como sendo um estado construído socialmente “de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o outro”. Trata-se de uma elaboração social contínua que “depende, para existir, de algo fora dela: a saber [...], de uma identidade que ela não é [...], mas que, entretanto, fornece as condições para que ela exista [...]. A identidade é, assim, marcada pela diferença”. (WOODWARD. 2007, p. 09).

Ao falarmos em identidade não podemos esquecer que é a memória o elemento principal e ocasionador do sentimento de identidade; elas são erguidas sobre o chão da memória, sendo esta última fracionada em duas categorias: individual e coletiva, “[...] conjugando e nutrindo uma relação existencial sobre si, sobre o outro e sobre nós, em uma realidade de alteridade e significado que se estrutura em nosso *habitus*, configurado no cotidiano”. (SILVA; OLIVEIRA, 2014, p. 136).

Cumprе destacar que a memória individual sofre influências da memória coletiva estabelecendo uma relação de interpenetração, haja vista que a individual absorve e registra de forma progressiva todas as contribuições externas, ou seja, advindas da memória coletiva, pois “[...] é o tecido memorial coletivo que vai alimentar o sentimento de identidade”. (CANDAU, 2016, p. 77).

A exemplo da questão dessa formação do grupo pelo viés identitário e memorialístico relembramos aqui as reuniões feitas pela Liga Canábica, sendo duas ao mês. A primeira reunião é realizada nas primeiras quartas-feiras de cada mês, na ocasião chamada de reunião de acolhimento em que os integrantes expõem o

histórico de criação da Liga, assim como trazem à tona experiências de vida com a utilização da planta e seus extratos que serão discutidas em capítulo posterior.

Neste sentido temos que as identidades se constroem por meio de trocas e interações com o outro, diante disso aludimos ao que preconiza Candau (2006, p. 27) quando afirma que

As identidades não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de 'traços culturais' – vinculações primordiais – mas são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações sociossituacionais (situações, contexto, circunstâncias) – de onde emergem os sentimentos de identidade.

Considerando os interesses pessoais associados aos interesses acadêmico e social em pensar a cannabis para uso medicinal, considerando ainda as ações empreendidas pela Liga Canábica e a linha de pesquisa a qual estamos vinculados, percebemos a necessidade de constituir um estudo voltado para a memória da Liga Canábica da Paraíba.

Desta forma, a presente dissertação busca contribuir com a preservação da memória da Liga Canábica e todo o esforço social, político e legal que esta associação tem feito contribuindo para a construção de políticas públicas que viabilizem o acesso a cannabis enquanto elemento medicinal.

Por outro lado, observamos que no âmbito da Ciência da Informação (CI) os estudos na área da memória estão muito voltados para Cultura de povos, museus, bibliotecas, História de vida na perspectiva da escrita de si e religiosidades. Desta feita estudar a memória da Liga Canábica da Paraíba traz um ineditismo temático com uma interface com a CI. Agregando a isto, o fato de que no campo CI foi verificada a ausência de trabalhos que versem sobre uma perspectiva que traga a cannabis como foco ou mesmo associações de movimentos de militância em favor da legalização da planta.

Atestamos a relevância desta pesquisa para a Ciência da Informação como forma de trazer novas contribuições e reflexões na área, e assim intensificar seu campo de interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, sobretudo na

perspectiva da linha de pesquisa em informação, memória e sociedade. Inferimos ser uma temática intrinsecamente relacionada com a sociedade contemporânea, ora pelo viés medicinal, ora pelo viés da dependência química e ora pelo preconceito arraigado para quem dela faz uso, bem como a possibilidade de auxiliar a partir da narrativa memorialística o percurso da luta da Liga em prol do acesso a saúde e do desenvolvimento de políticas públicas eficazes.

Nesta pesquisa para o entendimento de contemporâneo adotamos o que preconiza Agamben (2010, p. 59).

A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela.

Apesar do avanço das pesquisas científicas voltadas à temática da cannabis medicinal, ganhando destaque os estudos sobre canabinoides (derivados da planta) da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), da primeira já se tem um centro de pesquisas em canabinoides no campus de Ribeirão Preto⁶, verificamos que a Ciência da Informação ainda não se debruçou em nenhuma das suas 11 áreas nos GT's da ANCIB.

Sendo assim, reiteramos a necessidade desta ciência debruçar-se sobre o uso da cannabis medicinal com vistas a ampliar sua discussão interna e contribuir com sua discussão externa a área, sobretudo quando este está pautado pelo viés da memória, da informação e da sociedade. Nesse sentido pode ser uma ousadia, mas acreditamos mesmo ser um protagonismo desta pesquisa de lançar o olhar da Ciência da Informação sobre a *cannabis* medicinal, especialmente em uma correlação com estudos da área memorialística.

⁶ Ver: <http://ribeirao.usp.br/?p=11169>.

Cumprimos relatar que o nosso interesse pelos estudos voltados para a área da memória e arquivos adveio com o ingresso no curso superior em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba, onde pudemos observar e compreender a forte relação entre a memória e arquivos, sendo este último, tomando as considerações de Pierre Nora (1993): um lugar de memória, e conforme o autor se subdivide em simbólico, material e funcional, sendo o arquivo um lugar material em face muitas das vezes ao seu conteúdo demográfico. Além disso, tornamos a compreender melhor o universo e importância de se “preservar”.

O interesse pela memória transcende as costumeiras fases de ‘temas da moda’ na ciência. O fascínio duradouro pelo tema da memória parece ser uma evidência de que diferentes questões e interesses se cruzam, se estimulam e se condensam, provenientes dos estudos culturais, das ciências naturais e da tecnologia da informação. (ASSMANN, 2011, p. 20).

Guardar informações no intuito de se manter viva a história de antepassados, bem como, fundamentar o processo de constituição de um povo é extremamente envolvido. E nesta perspectiva adentra a memória como elemento de construção de uma identidade cultural, neste caso arraigada aos elementos constituintes daquele grupo, tais como: lugares, costumes, hábitos, conflitos sociais de várias naturezas, dentre outros.

Consideramos os arquivos privados, como já mencionado, configurados em lugares de memória, haja vista que a partir da documentação existente em seu acervo poder-se-á ativar o campo cognitivo do ser e alavancar uma força imanente para ressignificação de fatos e acontecimentos passados a partir do tempo e contexto presente. Para Assmann (2011) quando estamos diante de um acervo documental, especialmente dos arquivos privados, estamos diante de uma memória cultural construída, capaz de vencer épocas, se perpetuando pelos tempos graças a característica do registro em suportes. O *corpus* desta pesquisa é o arquivo privado da Liga Canábica da Paraíba.

De acordo com Brito e Corradi (2018) no campo científico as pesquisas em torno desta temática vieram tomar destaque a partir do final da década de 1990 e

início dos anos 2000 com aprofundamento de discussões, fugindo assim do teor essencialmente técnico trabalhado até então. Podemos inferir que os arquivos de uma forma geral constituem os registros das ações humanas traduzindo-se em documentos.

Em um sentido mais amplo, Bellotto (2006, p. 35) vem assinalar que,

O documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos. Torna-se evidente, assim, a enorme abrangência do que seja um documento.

Na segmentação dos arquivos quanto à natureza da entidade que os acumulou, a teoria arquivística configurou a distinção para público e privado, onde estes últimos podem comportar ainda mais três segmentações quanto a entidade produtora ou acumuladora: de pessoa, família ou instituição. Esta categorização é trazida no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 29-35, grifos nossos):

Arquivo familiar: arquivo privado de uma família ou de seus membros, relativo às suas atividades públicas e privadas, inclusive à administração de seus bens. Também chamado arquivo familiar ou arquivo familiar.

Arquivo pessoal: de pessoa física.

Arquivo privado: arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular.

Campos (2016, p. 6) vem assinalar que

A distinção entre os conceitos de público e privado, por si só controversa, é matéria que vem, desde há muito, estimulando reflexões nas áreas do Direito, da História e da Filosofia. Quando entram em cena os arquivos, soma-se outro elemento não menos relevante: a diferença entre a natureza institucional ou pessoal dos fundos privados, que implica consequências que resvalam na

consecução das diferentes funções que constituem o tratamento documental e acarreta questionamentos para além das fronteiras da Arquivologia.

O que se coloca em pauta é a questão da organicidade que se subentende estar presente em arquivos institucionais públicos, ou seja, uma acumulação natural que se dá face às necessidades surgidas no decorrer de suas atividades. Diferentemente dos arquivos privados que tomam proporções plurais, pois, o seu acervo pode conter os mais variados suportes informacionais, desde o convencional (papel) até artefatos como, cartas, estátuas, medalhas, vestuário, enfim, todo documento produzido ou recebido por pessoa, família ou instituição no desempenho de seu papel social e defesa de direitos.

Além disso, há o caráter do subjetivismo nos arquivos privados, em especial, os pessoais, pois guarda relação com a intencionalidade de seu produtor querer preservar determinados documentos e outros não.

Indivíduos e culturas constroem suas memórias interativamente através da comunicação por meio da língua, de imagens e de repetições ritualísticas, e organizam suas memórias com o auxílio de meios de armazenamento externos e práticas culturais. (ASSMANN, 2011, p. 24).

Todavia para efeitos desta pesquisa consideramos os arquivos privados, em especial os institucionais - por fazer alusão ao arquivo da Liga Canábica Paraíba -, como fontes de memória e informação inesgotáveis, capazes de trazer à tona os mais variados aspectos de seus produtores, assim como, a partir de sua análise poder construir a trajetória de luta desta associação, compreendendo: o contexto de sua criação, os percalços encontrados na luta pela criação de uma política nacional de cannabis para fins medicinais, as ações executadas com vista a dar voz a este grupo (eventos, debates, redes sociais), as parcerias firmadas, dentre outros.

O que condiciona a existência de um arquivo são sistemas de registro que agem como meios de armazenamento externos, e o mais importante deles é a técnica da escrita, que removeu a memória de

dentro do ser humano e a tornou fixa e independente dos portadores vivos. (ASSMANN, 2011, p. 367).

De acordo com Bellotto (1998) os arquivos privados estão cada vez mais no foco de pesquisadores acadêmicos, no tocante a produção de trabalhos científicos, igualmente, no âmbito da ficção, como na construção de filmes e obras literárias, assim como fomentando a construção de eventos relativos à temática, como por exemplo, seminários nacionais e internacionais.

Vitoriano (2016) alega que os arquivos na ambiência privada de acordo com a literatura especializada datam desde a Antiguidade, em que temos os documentos das primeiras civilizações que faziam uso da escrita no intuito de se deixar registrado operações comerciais e patrimoniais aludem ao fato de se haverem documentos “[...] que garantiam direitos e controlavam ações no âmbito privado. Comerciantes e grandes proprietários mantinham arquivos de documentos relativos às transações comerciais e bens, além de correspondência”. (VITORIANO, 2016 p. 09).

Neste viés, temos como fonte principal para coleta dos dados desta pesquisa o arquivo privado da Liga Canábica da Paraíba. De acordo com a Lei 8.159/91 os arquivos privados constituem toda a documentação produzida ou recebida, por instituição, pessoa ou família em decorrência de suas atividades, sendo assim o arquivo privado da Liga configura-se como reflexo das ações dessa associação.

Ou seja, se torna um espaço revelador da trajetória construída por esta instituição na luta pela legalização da cannabis medicinal, isso pelo olhar do pesquisador e as interconexões feitas entre os documentos lá existentes.

Cada documento [...] comprova uma ou mais informações nele encerradas e que, obviamente, nos dá a conhecer. É o valor de informação do documento. Além disso, o agrupamento de todos os documentos de uma pessoa física ou moral num conjunto permite, sob certas condições, recriar o contexto de realização de um acontecimento, o que rodeia a vida de uma personagem ou de um organismo. Em suma, este conjunto volta a situar esse contexto ou esse meio circundante no tempo e no espaço, destacando-os através de uma perspetivação. É este o valor de prova que faz dos arquivos testemunhos privilegiados e objetivos das componentes da vida de uma pessoa física e moral que os constituiu. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 90).

Indolfo (2007) atina para a relevância dos documentos e dos registros para a humanidade. De acordo com a autora, o documento, assim como a informação registrada, desde sempre é o artefato de base do registro das ações de todas as administrações, ao longo de sua produção e utilização, nas diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes. Contudo, vale considerar que os documentos serviram e servem tanto para a comprovação de direitos e para o exercício do poder, como também são artefatos de memórias. No tocante aos arquivos privados institucionais é fundamental que se haja ações para sua manutenção, pois, “[...] a preservação do acervo significa, na maior parte das vezes, garantir sua sobrevivência após o desaparecimento da entidade que o produziu”. (VITORIANO, 2016, p. 12).

Nessa direção apontamos para o fato de o Arquivo ser um armazenador de memórias, e quando o associamos, a uma entidade ou organização estaremos diante do que se pode chamar de memória institucional, que será tratada com mais afinco no decorrer dos capítulos seguintes.

Cursar a disciplina “Informação, memória e sociedade”, na graduação de Arquivologia foi determinante para intensificarmos esta relação e percebermos as várias nuances com que os estudos de memória podem assumir e se relacionar, especialmente no tocante aos arquivos privados.

Ingressamos no ano de 2016 no Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (GECIMP), com vistas a dar corpo aos estudos na área memorialística, ampliar nosso arcabouço teórico e averiguar suas interfaces com a Ciência da Informação (CI).

Jardim (1996) já mencionava que as pesquisas científicas têm se voltado bastante à temática memória, sendo esta, envolvida por um sistema multidisciplinar, que atrai o interesse por estudos das mais diversas áreas.

Diante deste apanhado textual justifica-se o nosso interesse temático e científico. A elaboração deste trabalho está alicerçada no interesse pelos estudos na área da memória e dos arquivos, assim como no desafio de trazer para a Ciência da Informação e a sociedade a trajetória de luta da Liga Canábica da Paraíba por meio do entrelaçamento entre memória, informação e sociedade partindo da análise dos

documentos presentes em seu arquivo privado ainda inexplorado, bem como do contato com seus dirigentes.

Para efeitos de construção de uma trajetória tomamos como conceito norteador para este termo o preconizado por Pierre Bourdieu (1996, p. 292) que “[...] define-se como a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos”. Para o referido autor a trajetória social de um indivíduo ou instituição deve ser interpretada como uma forma singular de se percorrer o espaço social, onde se revelam as expressões do *habitus* e remonta o conjunto das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo ator social ou por um mesmo grupo de atores sociais em espaços ininterruptos.

Tal construção implica uma compreensão que deverá estar ancorada em um contexto social, este por sua vez, estará conduzido por várias conjunturas distribuídas (política, cultural, financeira, religiosa e outras) que justificarão as ações desses atores em determinada área. Sendo assim, a escolha pela trajetória se dá pelo conceito contemplar o sujeito ou a instituição em todos os seus papéis desempenhados em sociedade, o que difere de uma biografia, por exemplo, que apresenta uma estrutura linear com etapas formuladas e termináveis.

Frente a isto, refletirmos acerca do nascimento da Liga Canábica da Paraíba e em que contexto de emergência isso se deu, é buscar compreendermos os espaços conquistados por ela, e os que pretendem alcançar. Isso é deveras salutar, haja vista que revela o potencial humano de se conseguir fazer valer direitos e tomar posições de poder dentro de uma sociedade cada vez mais individualizada.

Face às considerações levantadas e diante de um conhecimento ainda empírico acerca do papel da Liga, inquietou-nos a seguinte questão-problema: *Qual a trajetória da Liga Canábica e seus desafios na busca pela criação/efetivação de políticas públicas voltadas a cannabis medicinal?*

Como forma de responder ao questionamento foram traçados alguns objetivos, sendo o geral: *Analisar a trajetória da Liga Canábica e seus desafios na busca pela criação/efetivação de políticas públicas voltadas a cannabis medicinal.*

Os Objetivos Específicos visam: a) Caracterizar a trajetória da Liga a partir dos documentos que compõem o seu arquivo privado; b) Compreender a luta da Liga da

Paraíba em defesa da *cannabis* medicinal; c) Identificar os principais marcos jurídico-legais em âmbito brasileiro acerca do processo de legalização da maconha, e de conquista por parte da Liga; d) Refletir a trajetória de luta da Liga Canábica da Paraíba a partir da memória ressignificada por meio de seu acervo documental.

Neste sentido, estruturamos o trabalho em 5 capítulos com vistas a atingir os objetivos específicos pontuados, sendo o primeiro capítulo introdutório intitulado **PRIMEIRAS SEMENTES** que traz uma explanação panorâmica sobre a pesquisa, apresentando a metodologia utilizada para sua construção e a introdução de alguns conceitos preliminares necessários à leitura dos capítulos subsequentes.

O segundo capítulo, **CANNABIS: folhas que transformam vidas** aborda aspectos históricos e sociais acerca do uso de substâncias hoje consideradas proscritas na história da humanidade. Verificamos que algumas drogas como o ópio e a maconha datam sua utilização desde as civilizações antigas, neste sentido destacamos alguns subsídios teóricos como Silva (2003), Bramatti (2015), Dória (1951), McRae (2001) e Bessa (2010) para fundamentar o referido relato histórico. Este capítulo tem como subcapítulo **CANNABIS SATIVA: advento no Brasil e efeitos/impactos para quem dela faz uso**; tratamos de trazer um apanhado geral sobre a vinda da cannabis sativa para o Brasil em que verificamos remontar a vinda dos negros escravizados nos navios que partiam do continente africano em razão desta planta fazer parte do contexto social e religioso desta comunidade. Além disso tratamos de identificar os efeitos benéficos e maléficos no corpo humano para quem a utiliza, na oportunidade trabalhamos com Barros e Peres (2012), Carlini (2001), Kiepper e Esher (2014), Lunardon (2015), dentre outros. Neste sentido buscou-se compreender o objeto e razões de luta da Liga Canábica da Paraíba.

O terceiro capítulo, **INICIANDO O PLANTIO: compreendendo a relação teórica da memória e da informação**, trabalhamos os conceitos de memória e de informação com o objetivo de reforçar nosso referencial teórico que embasa a execução deste trabalho já que construímos numa trajetória no viés da memória institucional alicerçada nos documentos que integram o arquivo privado da Liga Canábica da Paraíba. Neste sentido tratamos de apresentar teóricos repercutidos no campo da CI, dentre eles destacamos no tocante à discussão memorialística Assmann

(2011), Le Goff (1996), Córdula (2015), Halbwachs (2006), Pollak (1989), Candau (2006) e Nora (1993). No escopo das discussões da informação como elemento interdisciplinar e principal insumo das dinâmicas sociais e das reconstruções lançamos mão dos teóricos Freire e Freire (2010), Lancaster (1989), Zeman (1970), Araújo (1995) e Pacheco (1995). As discussões foram feitas de forma estruturada e sequencial para se chegar ao conceito norteador para a construção da trajetória que é o preconizado por Thiesen (2013) como memória institucional.

Este capítulo é subdividido em um único subcapítulo DOCUMENTANDO MEMÓRIAS, ACESSANDO INFORMAÇÕES: uma trajetória contada a partir de documentos, onde apresentamos a relação entre memória e documentos, sendo estes últimos configurados como testemunhos do passado para Le Goff (1996) e que refletem as ações e atividades de uma instituição, pessoa ou família no espaço e no tempo. Avultamos outros teóricos como Belloto (2006), Pereira (2011), Paes (2004), Benjamin (1994) e Delmas (2010) para construir este referencial teórico.

O quarto capítulo intitulado **TRAJETÓRIA DA LIGA CANÁBICA: a luta pela vida** cumpre trazer a análise dos dados desta pesquisa. Adotamos o conceito de trajetória de Bourdieu (1996), e ela foi construída pautada nos documentos encontrados no acervo documental da Liga associado às narrativas orais dos dirigentes da associação: Júlio Américo e Sheila Geriz. Conseguimos identificar o cerne da Liga e as razões e práticas sociais que levaram a sua emergência enquanto instituição social. Desta forma, compreendemos o arquivo privado e até então inexplorado da Liga Canábica da Paraíba como uma fonte de informações plurais, onde o passado é reconstruído e com isso verificamos que as ações de militância deste grupo datam desde 2014 ao tomarem conhecimento através de reportagem sobre os efeitos medicinais dos componentes da cannabis (CBD) no tratamento paliativo de algumas doenças, como por exemplo, a epilepsia refratária a qual o filho de Júlio Américo e Sheila Geriz é portador. Neste sentido as falas dos dirigentes foram fundamentais para ressaltar as informações imbuídas nos documentos selecionados para a pesquisa, e, além disso, proporcionar melhor fundamentação e clareza à medida que inserimos cada dado histórico neste trabalho, auxiliando no processo de reflexão da trajetória construída.

Este capítulo foi subdividido em três subcapítulos. O primeiro: O DIREITO DE USO DE UMA ERVA MEDICINAL, cumpriu trazer uma discussão no tocante às burocracias encontradas quando do processo de autorização para importação do medicamento à base de canabidiol de empresas estrangeiras que está regulamentada por dois dispositivos legais: a RDC nº 66 de 18 de março de 2016 e a PRT nº 344 de 12 de maio de 1998. Nesta direção, elencamos todo o percurso deste processo que o paciente deve realizar apontando os documentos requisitados e prazos estabelecidos pela ANVISA. Cumprimos ainda discutir alguns marcos jurídicos legais alcançados em virtude de ações de militância da Liga Canábica, bem como de outros movimentos sociais como foi o caso da SUG nº 8/2014 e a Resolução do CFM nº 2113/2014.

O subcapítulo seguinte é intitulado LIGA CANÁBICA: para além de uma associação formal, um enlace de fraternidade. Discorremos sobre o processo de formação da liga sob o aspecto formal que se deu em 26 de outubro de 2015 com o efetivo registro no CNPJ. Apontamos a formação das composições da primeira formação da diretoria e conselho fiscal da Liga Canábica e a atual formação, seu sistema de funcionamento pautado em uma cultura de acolhimento e ajuda mútua, espaços percorridos especialmente a academia, seu envolvimento com outros movimentos sociais, como por exemplo, a marcha da maconha, enfim, pontuamos sua evolução e conquistas de espaços por meio da quebra de paradigmas mediante um trabalho contrainformativo sob uma vertente política e educativa, levando para sociedade informações confiáveis sobre o uso medicinal da cannabis.

O último subcapítulo é intitulado: AÇÕES E EMOÇÕES: atividades desenvolvidas pela liga no tempo e no espaço, em que elaboramos uma descrição das principais ações da Liga Canábica da Paraíba. Para isso, observamos o documento - relatório de atividades da Liga Canábica da Paraíba no biênio 2015-2017 - e assim verificamos através de seus inúmeros documentos a participação da Liga em eventos científicos, rodas de discussão, intervenções em órgãos públicos, ações urbanas, dentre outros, numa perspectiva muitas vezes diferenciada de unir suas discussões à ações culturais, com a realização de saraus poéticos e shows musicais. Pontuamos que o acervo da Liga Canábica detém documentos não convencionais como: folders,

camisas, canecas, bottons, fotografias, jornais que se referem ao resultado das ações desempenhadas pela instituição no tempo e no espaço. O referido subcapítulo nos permitiu estabelecer reflexões acerca da trajetória de luta da Liga Canábica da Paraíba a partir da memória institucional ressignificada por meio de seu acervo documental.

O quinto e último capítulo, **É TEMPO DE COLHEITA** refere-se a nossas considerações finais, apresentando considerações sobre o apreendido com a execução desta pesquisa, destacando aspectos da trajetória construída, sobretudo, da luta desta associação que em todo tempo envolve luta, amor, acolhimento, companheirismo e resistência. Pontuamos a relevância do papel desempenhado pela Liga Canábica da Paraíba, especialmente por compreender a causa como uma questão de saúde pública.

Para execução do trabalho adotamos como metodologia a pesquisa qualitativa do tipo documental associada a realização de entrevistas livres como método de coleta de dados. Como forma de atingir aos objetivos traçados estabelecemos as raízes metodológicas que serão o sustentáculo para a elaboração desta pesquisa e melhor discutidas na subseção seguinte.

1.1 RAÍZES METODOLÓGICAS

A prática da pesquisa científica tem se apresentado como um âmbito de vivência da cultura universal e que busca/tem como fito o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo trabalhada para a formação de profissionais com vistas a ser um agente atuante em sociedade. (RODRIGUES, 2006).

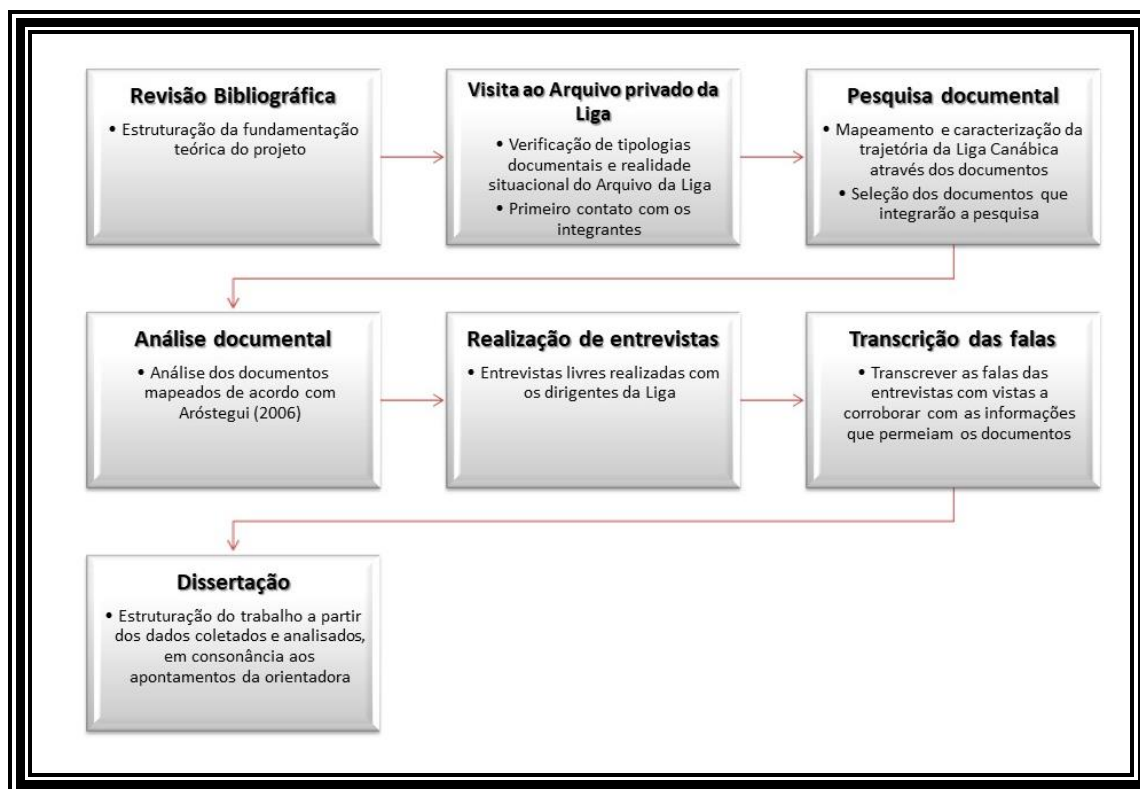
O papel do pesquisador consiste em levantar fontes de informação para o contexto de sua pesquisa e buscar problematizá-las utilizando metodologias adequadas. O método consiste, assim, em um princípio “construtor e homogeneizador do campo científico, como lógica unificadora das práticas de pesquisa”. (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1990, p. 117).

Compreendendo a pesquisa como uma atividade da ciência que busca indagar e representar a realidade entendemos que é a ela que nutre a atividade de ensino e

promove sua atualização diante a realidade do mundo, embora seja uma prática teórica, a pesquisa associa pensamento e ação. (MINAYO, 2004). Assim, a pesquisa vem a ser o processo sistemático e racional que busca levantar respostas às problemáticas evidenciadas. (GIL, 2002).

Procurando dar réplica ao questionamento norteador desta pesquisa buscamos traçar a trajetória da Liga Canábica da Paraíba a partir dos documentos presentes em seu arquivo privado, assim como a partir da fala dos seus dirigentes atuais Júlio Américo e Sheila Geriz, compreendo o seu histórico de lutas e de avanços em relação à *cannabis* medicinal. Diante disto estabelecemos o seguinte esquema:

Esquema 1: Percurso metodológico



Fonte: Dados da pesquisa.

A pesquisa é qualitativa do tipo documental e bibliográfica, associada a elaboração de entrevistas livres junto ao presidente e a vice-presidente da Liga Canábica como método de coleta de dados. Justificamos a abordagem qualitativa pelo subjetivismo para a execução desta pesquisa orientado a compreender os processos de surgimento e progresso da Liga Canábica no espaço e no tempo.

Minayo (1993, p. 244) aponta para a característica principal de uma pesquisa de abordagem qualitativa, a saber:

A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas.

Neste panorama inferimos que o acesso aos documentos e posteriormente à análise dos mesmos nos viabilizou o acesso às informações da Liga. Além de termos conseguido respostas para os objetivos traçados, ampliamos o objeto de estudo por meio de novas descobertas e aspectos não contemplados nas entrevistas pelos atores envolvidos, e nesta direção conseguimos melhor caracterizar a trajetória da Liga Canábica por meio de seu acervo documental.

No tocante a entrevista, aludimos ao que preconiza Richardson (2014), que se trata de uma técnica relevante que viabiliza o aperfeiçoamento de uma relação tênue entre as pessoas envolvidas. As entrevistas foram transcritas na íntegra e posteriormente os dados analisados no que tange sua conexão ao referencial teórico em contraponto com as falas dos entrevistados.

Os dados extraídos foram tabulados e categorizados com auxílio do software Word, por compreendê-lo como ferramenta tecnológica facilitadora na digitação e formatação de textos.

No tocante ao cunho documental da pesquisa corroboramos com a justificativa apresentada por Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 2) no que diz respeito a utilização de documentos em pesquisas científicas:

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Por exemplo, na reconstrução de uma história vivida. [...] Outra justificativa para o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social.

Para Helder (2006, p. 1-2) “A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas”. Desta forma, trata-se de um trabalho de abstração que unindo o olhar do pesquisador juntamente às observações dos detentores do acervo conseguimos ressignificar memórias, compreender contextos e assim trazer à tona para a sociedade aspectos inerentes ao objeto de estudo dentro de um espaço e tempo. Nesta direção, a técnica documental foi salutar para caracterizarmos a trajetória da Liga Canábica da Paraíba através dos documentos de seu arquivo associado às falas dos dirigentes.

Ainda no que concerne aos procedimentos da pesquisa, cumpre frisar que a mesma foi dividida em duas fases: exploratória e descritiva respectivamente. Antecedendo todas as etapas, buscaremos imergir em uma revisão bibliográfica com vistas a trazer ao centro do estudo e assim compreender melhor as reflexões teóricas acerca dos conceitos de memória, identidade cultural, documento, informação, assim como, dos aspectos sócio históricos e legais que envolvem a temática da *cannabis*.

De acordo com Gil (2002, p.48), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Portanto, pesquisas em bases de dados como o portal da CAPES e na internet como um todo foram recorrentes para encontrar aportes teóricos que fundamentaram a construção das falas no decorrer deste estudo, sobretudo no tocante aos aspectos históricos, legais e sociais que envolvem o uso da *cannabis*.

Neste processo obtivemos um panorama geral acerca do que foi escrito, gravado ou filmado sobre a temática ora estudada, e nesta perspectiva, pudemos recorrer a diversas fontes de consulta, tais como: artigos, livros, jornais, teses etc. nos aproximando e nos posicionando com maior propriedade no tocante aos apontamentos trazidos sobre o tema.

A revisão bibliográfica foi pertinente para compreendermos o objeto de militância da Liga que é a *cannabis* medicinal, assim pudemos adentrar em aspectos históricos para entender o seu processo de criminalização. Compreendemos as razões de luta da Liga. Além disso, nos possibilitou construir o referencial teórico sobre

memória, informação e documento que embasa a construção da trajetória desta associação.

Considerando a Ciência da Informação como sendo uma ciência social, tomamos métodos das ciências sociais que disponibilizam meios viáveis para a problematização das fontes aludindo assim ao objetivo proposto. Pensar e refletir sobre o nosso objeto dentro do escopo da Ciência da Informação constituiu uma questão necessária para a evolução deste estudo.

Como método para análise dos dados coletados no arquivo da liga, ou seja, dos documentos que evidenciam a criação da associação, compreendendo seu percurso no espaço e tempo, adotamos a análise documental preconizada por Júlio Aróstegui: “A análise documental poderia ser definida como o conjunto de princípios e de operações técnicas que permitem estabelecer a fiabilidade e adequação de certo tipo de informações para o estudo e explicação de um determinado tipo histórico”. (ARÓSTEGUI, 2006, p. 508).

O autor alega que quando da aplicabilidade da análise documental é necessário que se leve em consideração duas características para que haja a compreensão de uma fonte: a fiabilidade e adequação. Em um primeiro plano cumpre analisar a fiabilidade dos documentos, considerando a autenticidade, a clareza da informação e sua contextualização, e após isso seguimos com a análise da adequação observando a pertinência e relevância daquele documento cruzado ao referencial teórico construído.

Desta forma, buscando compreender a trajetória da Liga Canábica da Paraíba no espaço e tempo priorizamos a coleta de documentos alusivos ao histórico de luta desta associação. Documentos como recortes jornalísticos, atos administrativos (Regimento interno, atas de reunião), fotografias e *tags* de redes sociais foram utilizados de forma recorrente durante a execução desta pesquisa no intuito de ilustrar a escrita, bem como conferir maior fidedignidade a mesma. A referida técnica foi necessária para auxiliarmos na caracterização e posteriormente reflexão sobre a trajetória da Liga Canábica da Paraíba.



CANNABIS: folhas que transformam vidas

2 CANNABIS: folhas que transformam vidas



*Me chamam de louco porque fumo maconha,
e chamam de gênio quem construiu a bomba atômica.*

(Bob Marley)

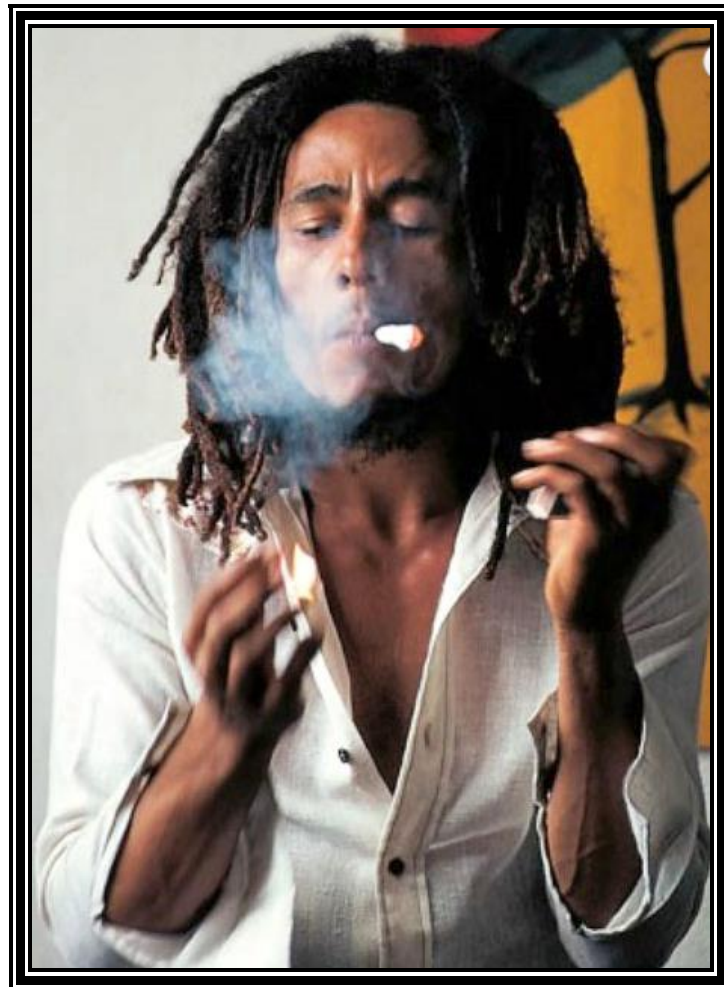
A epígrafe introdutória deste capítulo nos conduz à reflexão do cantor e compositor jamaicano Bob Marley, que por muitos anos através da sua música e do seu “estilo irreverente” defendeu de forma coerente e pacífica a sua identidade cultural – rastafári –, seu estilo musical reggae e os seus ideais de paz, igualdade e liberdade imbricados nisto. A legalização do uso da maconha se faz presente em seu discurso, uma vez estar presente na cultura rastafári e ele declarar abertamente fazer uso dela, ou seja, nas entrevistas concedidas a mídia, em seus shows, bem como através da composição das letras de suas músicas, todavia, ressaltamos que não em uma perspectiva de recreação, mas sim, como um ritual espiritualístico em consonância com seu estilo de vida.

Pela frase do músico vê-se a entonação crítica de que o cantor adota para demonstrar sua inclinação para com o uso liberal e medicinal da *ganja*⁷ contrapondo que diante deste cenário outras invenções ou atividades humanas são muito mais danosas para o contexto social e que mereceriam assim uma política de repressão, a exemplo da por ele mencionada, “a bomba atômica”, que culminou em ataques avassaladores e milhares de pessoas mortas.

⁷ Nome atribuído à *cannabis sativa* pelos integrantes da cultura rastafári. “Os rastas – novo nome dado na Jamaica aos negros – passam, então, a criar uma filosofia de vida calcada em princípios bíblicos cristãos, principalmente o Velho Testamento, e na herança religiosa das tribos africanas ligada à Bíblia Negra chamada de Kebra Nagast. Uma das formas mais significativas de difundir a consciência rasta entre a população era a música reggae, tocada em rituais sagrados acompanhados de batidas de tambor, cânticos e orações, além da ingestão da erva sagrada Kan, nome aramaico para cannabis ou haxixe. Esse contexto favorece a emergência do que os rastas identificam como vibração positiva chamada de Irie, para que o Amor não seja esquecido e a luta pelos seus direitos não se interrompa”. (FRANCO, 2014, p. 227)

Ainda no tocante à cultura rastafári, Silva (2003, p. 129) alega que os integrantes desta cultura creem que “[...] a fumaça da ganja, [...] é capaz de dar-lhes uma das mais fortes experiências, já que consideram a erva como divina e importante para sua saúde espiritual, mental e física”. Sendo assim, nos remetemos a um discurso totalmente livre do senso comum e político que permeia a atualidade que aponta o uso da erva como algo maléfico e criminoso.

Figura 2 - Bob Marley fazendo uso da *cannabis sativa*.



Fonte: CARVALHO, 2015.

O aspecto preconceituoso e repressor que a maconha detém dentro da sociedade é algo que necessita ser combatido e que muitas vezes pode ser justificado pela simples falta de informação. Muitas pessoas desconhecem seus benefícios medicinais e curativos.

Figura 3: Planta cannabis sativa.



Fonte: Jornal O Tempo⁸,2017.

A fala de Bob nos faz refletir acerca das problemáticas sociais que impactam nosso contexto social, sejam elas: corrupção, fome, miséria, preconceito, e situando-se neste cenário as “drogas”.

Segundo Gontières e Araújo (2003, p. 51) “A ligação do homem com as drogas é algo que remonta milhares de anos, nos mais diversos lugares e épocas, sejam em tratamento terapêutico ou em rituais religiosos”. O uso das plantas possuidoras de substâncias entorpecentes ou psicoativas não é de hoje, remonta a tempos passados onde se constata nas mais diversas finalidades estando quase sempre associado a uma prática cultural e medicinal.

O uso do cânhamo é muito antigo. Heródoto fala da embriaguês dos Scythas que respiravam e bebiam a decocção dos grãos verdes do cânhamo. No livro de Botânica do Dr. J. M. Caminhoá, que foi

⁸ JORNAL O TEMPO. **Anvisa reconhece a cannabis sativa como planta medicinal**. Publicada em 17 de maio de 2017. Disponível em: <http://pontalemfoco.com.br/saude/anvisa-reconhece-a-cannabis-sativa-como-planta-medicinal/>. Acesso em 01 abr. 2018.

professor desta matéria na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, lê-se que o famoso remédio das mulheres de Dióspolis, bem como o *nepenthes* de que fala Homero, e que Helena recebera de Polimnésio, era a *Cannabis indica*. Os Cruzados viram os efeitos nos Muçulmanos. Marco Polo observou nas côrtes orientais entre os emires e os sultões. É muito usado no vale do Tigre e Eufrates, nas Índias, na Pérsia, no Turkestan, na Ásia Menor, no Egito e em todo o litoral africano. Com o cânhamo se prepara o haschich, como já foi dito, e ainda pouco conhecido na sua manipulação; o povo do Oriente fuma o pó das fôlhas e flôres no *narghilé*. (DÓRIA, 1951, p. 10).

O uso de ervas para tratamento curativo se fez presente no seio da humanidade desde muito tempo. Trata-se de uma prática milenar e que só caiu em desuso há pouco tempo quando do advento da medicina como ciência. Foi feita pelos antigos (China, Egito, Suméria, Assíria, Babilônia, Índia, Grécia, Arábia, Ásia, África) com finalidades curativas, sociais ou religiosas e que era aprendida de forma empírica e intuitiva. (SILVA, 2003).

Dentro da perspectiva religiosa, no tocante aos momentos ritualísticos entendemos que “[...] são de muita importância para todos os povos que os praticam e até hoje, temos rituais expressos no cotidiano das civilizações contemporâneas”. Diante disso extraímos que “o uso de determinadas substâncias “enteogênicas” sempre fizeram parte das práticas culturais, sociais e até religiosas da humanidade”. (BRAMATTI, 2015, p. 17).

Existem registros egípcios em hieróglifos que datam mais de 4.600 anos, os quais ilustravam a utilização e contemplação por este povo de cogumelos nas suas atividades culturais e religiosas. Grande parte dos faraós tinha a substância como algo real que viabilizava sua ligação com a imortalidade. Neste mesmo contexto, temos os povos romanos que viam tais cogumelos como “alimento dos Deuses”, bem como os germânicos que dentro de sua mitologia nórdica tratavam dos guerreiros Berserkes os quais faziam uso de um estimulante produzido a partir de um fungo. (BRAMATTI, 2015).

Bessa (2010, p. 633) relata que “os índios brasileiros consumiam uma bebida alcoólica derivada da fermentação da mandioca – o cauim. Esse uso era coletivo, em rituais nos quais todos participavam e bebiam como forma de conagração da

tribo. Não havia o consumo individual e nem cotidiano”. Ainda seguindo o entendimento de Bramatti (2015, p. 19), ao ratificar a relação intrínseca que as plantas possuem junto as buscas religiosas humanas, a autora assevera que

Talvez plantas e fungos tenham originado muitos destes ritos, que fundamentaram o desenvolvimento das primeiras noções de religião e de cultos espirituais. Também é possível encontrarmos muitos dos estudos de antropólogos e de neurocientistas que narram a possível relação entre estes rituais religiosos-espirituais-místicos e a busca pela modificação dos estados da consciência.

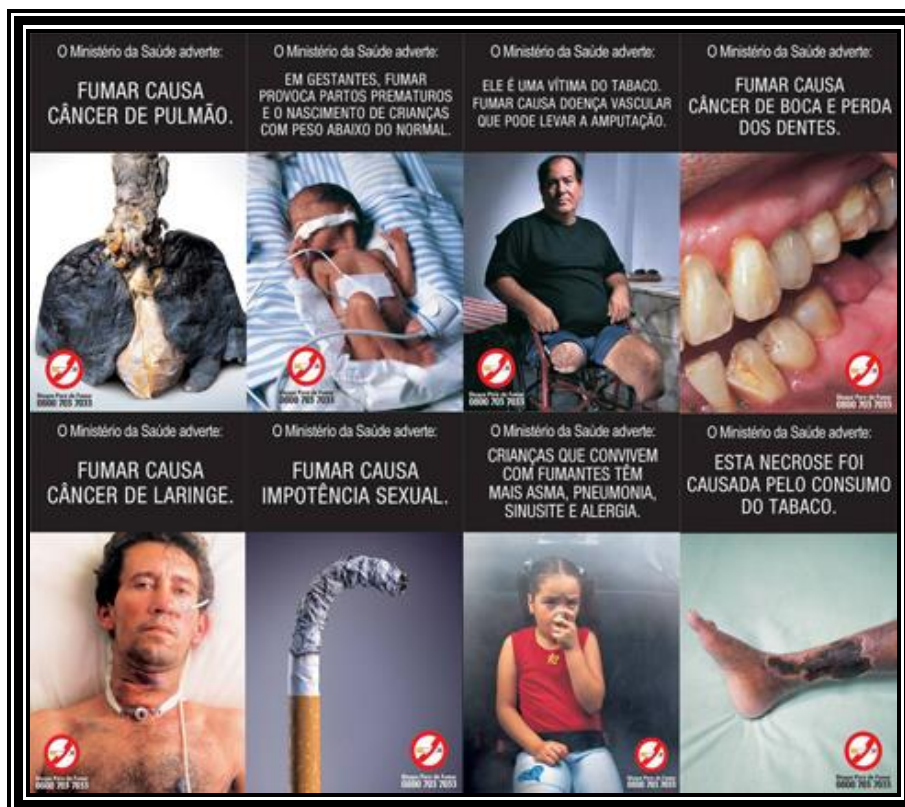
Partindo para o universo das então categorizadas “drogas”, termo cujo significado conforme a Organização Mundial de Saúde “abrange qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas produzindo alterações em seu funcionamento” (OBID, 2007)⁹, vemos que a comprovação de utilização delas percorre milhares de anos.

Na perspectiva “do que pode ou não pode”, ou do que “convém ou não me convém”, cumpre trazer à baila a diferenciação do lícito e ilícito. Em poucas palavras, as drogas lícitas são as que têm sua fabricação, comercialização e uso permitidos pelo governo através de um dispositivo legal – Lei, Decreto ou Regulamento – que oficializa esta prática.

A exemplo destes tipos de drogas temos, respectivamente, o álcool e o tabaco, utilitários na produção de elementos como a cerveja e o cigarro ainda que no caso destes dois exemplos, o seu uso deve ser feito de forma moderada de acordo com as recomendações do ministério da saúde, por prejudicarem de forma incisiva a saúde do indivíduo, causando dependência, doenças e provocando acidentes de trânsito quando partimos para o álcool. É tão comprobatório que no caso do cigarro foi adotado, conforme Resolução da ANVISA – RDC N° 54 de 06 de agosto de 2008, a utilização de imagens de advertência aos efeitos colaterais de forma simultânea nas embalagens dos produtos fumígenos, conforme visualizamos na Figura 4.

⁹ <https://www.obid.senad.gov.br/>

Figura 4: Advertência nas embalagens de cigarro



Fonte: <http://lajeadores.blogspot.com/2011/08/dia-anti-fumo.html>

Já no tocante as drogas categorizadas como ilícitas, entendemos estas como as que são proibidas por lei, e constam em um rol da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) como proscritas - Portaria/SVS Nº 344, de 12 de maio de 1998¹⁰, e sua proibição se dá em razão de sua ação no sistema nervoso central do indivíduo humano causando alterações e oscilações de sentido. (CARLINI *et al.*, 2001).

Observando o que afirma Carlini *et al.* (2001, p.11), este vem a trazer a compreensão de que estas drogas são categorizadas como psicotrópicas em face esta relação com o sistema nervoso central humano, e frente a isto alega que “As drogas psicotrópicas agem alterando essas comunicações entre os neurônios, podendo produzir diversos efeitos de acordo com o tipo de neurotransmissor envolvido e a

¹⁰ Relação disponível em:

http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/PRT_SVS_344_1998_COMP.pdf/a3ee82d3-315c-43b1-87cf-c812ba856144. Acesso em 10 abr. 2018.

forma como a droga atua". Nesta direção, observada a forma de ação "as drogas podem provocar euforia, ansiedade, sonolência, alucinações, delírios etc."

As drogas psicotrópicas, ou também chamadas de psicoativas são substâncias que intervêm no cérebro e restam por ocasionar modificações, deprimindo, incitando ou mesmo embaraçando o Sistema Nervoso Central (SNC). (NICOLL, 2010 apud VIEIRA *et al.*, 2013).

Retomando Carlini *et al.* (2001, p. 11, grifo nosso), o referido autor bebendo das considerações da Organização Mundial da Saúde (OMS), vem complementar estas conceituações pontando a tríade a seguir:

Drogas Psicoativas: segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 1981." São aquelas que alteram o comportamento, humor e cognição ". Isso significa, portanto, que essas drogas agem preferencialmente nos neurônios, afetando o Sistema Nervoso Central.

Drogas Psicotrópicas: pela OMS, 1981, são aquelas que: "agem no Sistema Nervoso Central produzindo alterações de comportamento, humor e cognição, possuindo grande propriedade reforçadora sendo, portanto, passíveis de auto-administração" (uso não sancionado pela medicina). Em outras palavras, essas Drogas levam à dependência.

Drogas de Abuso: definidas em livros de Farmacologia como sendo: "qualquer substância (tomada através de qualquer forma de administração) que altera o humor, o nível de percepção ou o funcionamento do Sistema Nervoso Central (desde medicamentos até álcool e solventes)".

Feito esse apanhado conceitual, voltemos à perspectiva histórica, para agora no tocante ao uso de drogas psicoativas. Silva (2003, p. 233-234) traz em sua obra intitulada "Se liga! O livro das drogas", - que mais é um manual acerca das drogas: Álcool, Anfetaminas, Ayhuasca, Cocaína, Ecstasy, Crack, Haxixe, LSD, Maconha, Ópio e Tabaco -, várias reflexões acerca do contexto de surgimento das drogas, bem como do uso das mesmas pelas várias camadas sociais. Chama nossa atenção uma linha do tempo trazida ao final do livro, sobre o histórico de uso das plantas que detêm substâncias alucinógenas¹¹.

¹¹ Adjetivo, substantivo masculino Diz-se das substâncias que provocam alucinações artificiais ou estados eufóricos. Ver: <https://www.dicio.com.br/alucinogeno/>.

Analisando o contexto mais antigo, visualizamos datações de 5000 a.C., nas quais é constatado o uso por parte dos povos Sumérios do ópio¹² em razão da existência de “um ideograma transcrito foneticamente como *hul*, com significado de alegria” (SILVA, 2003, p. 233).

Corroborando com este fato histórico, MacRae (2001, p. 3) aponta para o registro que

[...] tábuas sumérias do terceiro milênio A.C., cilindros babilônicos, imagens da cultura cretense-micênica e hieróglifos egípcios já mencionam os usos medicinais do ópio e o próprio Homero o menciona na *Odisséia* como algo que “faz esquecer qualquer sofrimento”.

Ainda no tocante ao ópio, a disseminação de seu uso recreativo se deu mais a frente com os povos gregos nos países árabes e ao norte da África, onde se verifica que os egípcios cultivaram bastante a planta, o que se fez por encontrar muitas evidências da usabilidade da planta em artefatos históricos preservados. (GABRIEL, 2013).

Medeiros (2012, p. 7) assevera que

Durante a Idade Moderna, o uso de drogas era tido como uma fonte de energia, e usado para equilibrar os ‘temperamentos’. Constatamos que alguns dos significados existentes hoje sobre estas substâncias diferem das empregadas em outros momentos da história.

O ano 2737 a. C. registra a existência de um Tratado Chinês que recomenda o uso da cannabis dentre outras doenças, para dores reumáticas e cólicas menstruais. Gregos e Romanos antigos utilizavam-na para fabricação de cordas e velas. No ano de 1765 o ex-presidente dos Estados Unidos já fazia o cultivo da maconha com vistas aos efeitos alucinógenos e medicinais. (MACRAE, SIMÕES, 2004; SILVA, 2003).

¹² “O ópio é extraído da papoula, planta de nome científico *papaver soniferum*. A papoula produz um líquido leitoso, batizado de ópio (suco, em grego). Dele, a medicina aproveita várias substâncias, como a morfina, o pó de ópio e a codeína. Todos são alcaloides naturais, sintetizados pela própria planta.” (SILVA, 2003, p. 146-147).

De acordo com MacRae (2001, p. 4) “As solanáceas alucinógenas, meimendo, beladona, daturas e andrágora, cujo uso na Europa também remonta aos celtas, foram usados na Idade Média em ungüentos e poções por praticantes de bruxaria”.

Partindo para o uso das drogas consideradas lícitas, verificam-se registros bíblicos de seu uso, como é o caso do vinho – bebida de uva feita a base de álcool - relatado no livro de Provérbios, capítulo 36, versículos 6 e 7, “Dá aos que estão aflitos um licor forte, e vinho aos que estão em amargura de coração; para que eles bebam e se esqueçam da sua pobreza, e não se lembrem mais da sua dor”. Outro registro foi feito pelo salmista Davi no livro de Salmos, capítulo 104, versículos 14 e 15, quando diz “[...] ele (o homem) pode fazer nascer alimento da terra, e vinho para alegrar o coração do homem”. Depreende-se destas passagens que a utilização do vinho estava quase sempre associada a ritos comemorativos ou busca por felicidade – que está relacionada a alteração de estado ou sentido do ser.

A referência mais remota do uso do álcool se dá em 3500 a. C. ao se identificar a descrição de uma cervejaria em um papiro egípcio. Outro registro que cumpre ser mencionado é também no tocante à cerveja, cuja datação se dá há mais de três mil anos em observância a documentos sumérios achados na região da mesopotâmia, onde hoje é o atual Iraque. (SILVA, 2003).

Corroborando, MacRae (2001, p. 4) traz o seguinte texto

O uso de bebidas alcoólicas remonta à pré-história e seu emprego como medicamento já era mencionado nas tábuas de escritura cuneiforme da Mesopotâmia em 2200 A.C. Cerca de 15% dos quase 800 diferentes medicamentos egípcios antigos, incluíam cervejas ou vinhos em sua composição.

Toda essa contextualização histórica e social acerca do uso de plantas e substâncias entorpecentes, na antiguidade, assim como nos tempos atuais especialmente com relação à cannabis, demonstrado também com um pouco da história de Bob Marley, nos serve de base para compreendermos que o uso de plantas proscritas nem sempre foi um tabu, além disso, constatamos registros históricos de sua finalidade terapêutica e medicinal.

Desta forma aludimos ao papel da associação Liga Canábica da Paraíba que milita a favor da liberação da cannabis para fins medicinais, e com isso se travam batalhas diárias para o alcance de políticas públicas voltadas a liberação legal dos componentes da planta.

Há de se mencionar que esta associação é precipuamente composta por famílias que se unem nesta militância pelo fato de sofrerem com seus familiares portadores de doenças neurológicas. Desta forma, a presente pesquisa urge com o objetivo de desmistificar o processo de demonização e preconceito pelo qual a prática de utilização da cannabis na perspectiva medicinal assumiu no contexto social a partir da compreensão da trajetória da Liga nesta ação de enfrentamento.

Caminhando mais especificamente para o uso da cannabis no espaço e tempo observamos que seu uso nem sempre esteve associado unicamente à consumação medicinal e práticas sociais, mas também, a outros tipos de atividades, como na fabricação de produtos têxteis. Além disso, é importante compreendermos seus efeitos benéficos e maléficos no corpo humano quando atinamos para seu uso medicinal para que com isso possamos entender melhor a atuação da planta no organismo. A seguir buscamos de apresentar de forma sucinta as considerações de alguns teóricos acerca dos efeitos da planta no corpo humano, pontuando sua indicação para tratamento paliativo de algumas patologias.

Figura 5 - Uma plantação de cânhamo (palavra que gerou o anagrama "maconha") no estado do Arizona, nos EUA, no início do século XX – Reprodução.



Fonte: PAINS, 2016.¹³

¹³ PAINS, Cecília. **Atualmente marginalizado, o uso da maconha já foi feito por escravos e até intelectuais renascentistas.** O globo. 2016. Disponível em:

Como já foi feito menção, o uso da *cannabis* se faz presente no contexto social em uma perspectiva temporal milenar. Autores como Silva (2003), Barros e Peres (2012), Carneiro (2011) e Lunardon (2015) corroboram este entendimento. Sendo assim, converge a tese de que na Antiguidade a prática de fumar maconha, assim como o seu uso em outras finalidades era de uma maneira natural e se tratava de uma prática comum no contexto social de alguns povos.

Retomando um pouco o seu contexto histórico de utilização, é salutar atinarmos às considerações de Silva (2003, p. 124) ao afirmar que

A *Cannabis* é provavelmente a planta não-alimentícia mais antiga cultivada pelo homem com objetivos comercial, medicinal, religioso e recreativo. Historiadores destacam que o cultivo do cânhamo, junto com a cevada e trigo, era a principal atividade agrícola no Egito Antigo, entre os anos de 5000 a 715 a.C. Teria chegado à Europa em 1500 a.C., vinda da Ásia. Trata-se de um dos alucinógenos mais suaves e controláveis que existe. Conhecida dos antigos chineses, indianos e persas, é mencionada na literatura religiosa grega e assíria de 1000 a.C. Na religião hindu, a planta era tida como sagrada, usada para meditação e consagrada ao deus Shiva.

É inquestionável o fato de que a *cannabis* apresenta tanto benefícios quanto malefícios em relação ao seu uso. No tocante aos malefícios são comumente conhecidos os efeitos alucinógenos, a queda de pressão arterial e ocular, e a perda da memória curta, entretanto é importante frisar que tudo irá depender da maneira como ela está sendo medida e administrada.

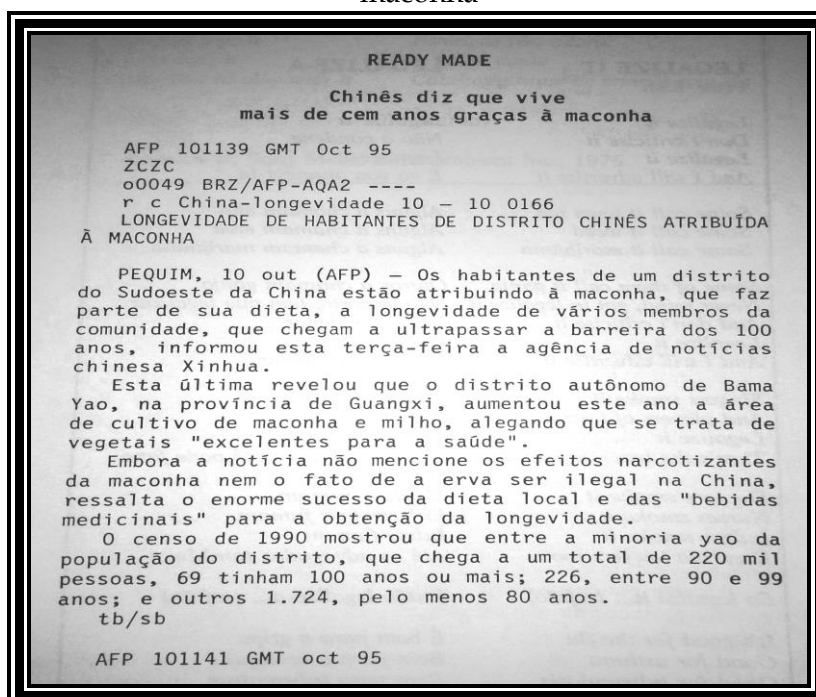
Os efeitos no SNC dependerão da qualidade da maconha fumada e da sensibilidade de quem fuma. Para uma parte das pessoas, os efeitos são uma sensação de bem-estar acompanhada de calma e relaxamento, sentir-se menos fatigado, vontade de rir (hilariedade). Para outras pessoas, os efeitos são mais para o lado desagradável: sentem angústia, ficam aturdidas, temerosas de perder o controle da cabeça, trêmulas, suando. É o que comumente chamam de "má viagem" ou "bode". (CARLINI, 2001, p. 18).

Nesta perspectiva, Inaba e Cohen (1991, p. 149) corroboram afirmando que “os efeitos dos alucinógenos (maconha) dependem particularmente da dose, da estrutura emocional do usuário, do seu estado de ânimo por ocasião do uso e das circunstâncias que os rodeiam”. Em contrapartida, quando partimos para os benefícios da planta, insta frisar que de acordo com Grinspoon (2005 apud Kiepper; Esher, 2014, p. 2), a maconha pode ser administrada como paliativo no tratamento de

[...] náuseas e vômitos severos da quimioterapia do câncer; epilepsia; esclerose múltipla; glaucoma; dor e espasmo de paraplegia e tetraplegia; dor crônica; HIV/AIDS; enxaqueca; doenças reumáticas (osteoartrite e espondilite anquilosante); cólicas menstruais; síndrome pré-menstrual; dores do parto; doença de Crohn; colite ulcerativa; dor do membro fantasma; hiperemese gravídica e depressão.

Como forma de ilustrar a questão dos benefícios provenientes do uso da cannabis, Silva (2003) traz um despacho publicado mundialmente pela agência de notícias Francesa AFP (Agência France Presse) no dia 10 de outubro de 1995, onde um cidadão do sudoeste chinês alega utilizar a maconha em sua dieta e graças a isto adquire longevidade de vida para mais de 100 anos, conforme Figura 6:

Figura 6 – Despacho sobre a longevidade de habitantes do distrito chinês atribuída à maconha



Fonte: SILVA, 2003, p. 143.

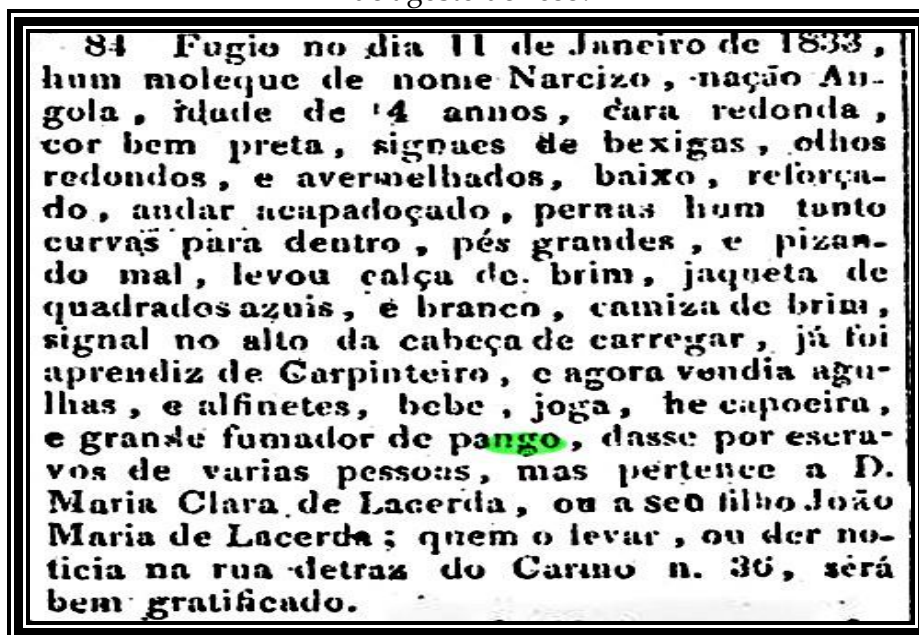
2.1 CANNABIS SATIVA: advento no Brasil

No território brasileiro é “[...] indiscutível que as raízes da criminalização da maconha estão ligadas à diáspora africana” (BARROS, PERES, 2012, p. 6) em face que os mesmos traziam sementes escondidas em suas viagens nos navios negreiros, justificando-se em razão do seu uso cultural em rituais religiosos, assim como o uso recreativo e medicamentoso, outrossim, os termos associados a cannabis – liamba, diamba, Pito do Pango, fumo-de-angola - no Brasil reforçam e remetem a ideia de pertencimento à cultura africana.

[...] A cannabis chega à terra onde agora chamamos Brasil antes de sermos pátria. As caravelas de Pedro Álvares tinham velas, cordas, trapos feitos da planta. Seu óleo possuía diversas utilidades, fazia-se papel com seu caule e vestiam-se roupas produzidas com sua fibra, muito mais resistentes que fibras como a do algodão – imagine-se o trabalho das velas naquelas naus atravessando o oceano. Já o uso psicotrópico da maconha veio junto com os escravos, principalmente os oriundos de Angola, que escondiam nas suas vestes as sementes. (LUNARDON, 2015, p.3)

Aludindo aos negros escravizados, verificamos que “O pito de Angola ou a diamba, nomes mais triviais até as primeiras décadas do século XX, eram fumados, principalmente, nos momentos de rituais religiosos dos negros” (CARNEIRO, 2011; SOUZA, 2012 *apud* LUNARDON, 2015, p. 3). Frisa-se que “O uso religioso de substâncias psicoativas feitas com plantas, sendo fumadas ou bebidas, era bastante difundido na América”. (SOUZA, 2012, p. 145). A associação ao negro era tamanha, que tal fato reverberava nos meios de comunicação locais, conforme recorte jornalístico apresentado na Figura 7.

Figura 7 - Anúncio de fuga de escravo "fumador de pango" no Diário do Rio de Janeiro de 2 de agosto de 1833.



Fonte: KORYTOWSKI, 2016.

Ainda de acordo com Souza (2012, p. 143), o autor ao fazer uma análise a partir das obras do sociólogo Gilberto Freyre, sejam elas, *Nordeste*, *Sobrados e Mocambos*, e, o famoso, *Casa Grande & Senzala* constata a associação da cannabis às práticas religiosas feitas pela comunidade negra escravizada.

[...] planta de poder e afrodisíaca, presente em diversas regiões e nas várias expressões da religiosidade afro-brasileira, usada tanto pelos sacerdotes quanto pelos filhos de santo. Este autor parece até sugerir que esse aspecto do uso da maconha denotasse alguma diferença entre os usos no Brasil e na África, pois afirma que os negros a trouxeram e “aqui cultivaram como planta meio mística”, entretanto, não confirma.

Corroborando com este entendimento de que a cannabis adveio ao Brasil com os negros escravizados, chamamos atenção para um documento oficial do governo brasileiro do Ministério das Relações Exteriores onde Pedro Rosado (1959 *apud* CARLINI, 2006, p. 315) alega que “A planta teria sido introduzida em nosso país, a partir de 1549, pelos negros escravos. Como alude Pedro Corrêa, e as sementes de cânhamo eram trazidas em bonecas de pano, amarradas nas pontas das tangas”.

Desta forma, a associação da planta à população negra escravizada se intensificou e reverbera até os dias atuais. Entretanto a partir do século XIX esta conjuntura começa a ser modificada em face à política repressiva e viés marginalizante atribuído a quem dela fizesse uso.

Vale reiterar que o contexto de uso da maconha por parte deste grupo social assim como por outros – os índios, por exemplo -, quase sempre era atrelado a seus rituais religiosos, práticas medicinais, e em seus cotidianos nos espaços de sociabilidade, uma vez que, “[...] não havia problema no fumo da maconha porque este ficava encurralado junto àqueles que o utilizavam. Assim como não havia o problema dos ritos, dos curandeiros, das cantorias, não há maior controle do que escravizar”. (LUNARDON, 2015, p. 3).

Nesta perspectiva, constatamos a relevância da planta para a manutenção de uma cultura, por conseguinte, a nutrição de um costume. O que nos desperta a atenção para o fato desta característica estar associada ao sentimento de identidade deste grupo social, assim como de muitos outros, uma vez que a prática de fumar maconha é trazida de outro continente.

Além disso, se fez presente no contexto da escravatura negra do Brasil de 1549 – ano em que começaram a se importar os primeiros escravos – até 1830 – quando houve o primeiro dispositivo legal elaborado pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro que considerava criminoso tanto a venda como o uso da cannabis.

No século XX, com a política higienista, a maconha passou a ser vista como elemento degenerativo da moralidade. Para Carneiro (2002, p. 1)

Diversos aspectos da degeneração da situação social relacionam-se direta ou indiretamente ao estatuto do comércio de drogas na sociedade contemporânea: aumento da violência urbana, do número de encarcerados e das forças militares envolvidas com as drogas.

De acordo com o referido autor foi no século XX que o comércio de drogas ganhou maior amplitude, bem como o proibicionismo oficial. Ou seja, é no século XX que a repressão oficial se dá de forma mais incisiva e agora com o auxílio de órgãos oficiais de regulação, como é o caso da ANVISA. Entretanto, na história da

humanidade sempre se verificou a instituição de mecanismos de regulação social “[...] até o início do século XX não existia o proibicionismo legal e institucional internacional.” (CARNEIRO, 2002, p. 2).

Para Assunção (1999, p. 26) “Foi somente com a ditadura militar, a partir da década de 60 do século XX, que o uso da cannabis tornou-se uma prática arriscada e suscetível de feroz perseguição por parte do Estado.” Neste caso, temos a forte repressão ao uso da planta que remonta à época da escravidão, só que neste momento condenando a todos os sujeitos que dela fizessem uso, observando a atuação agressiva da polícia nesta direção, prendendo, surrando e vigiando os usuários.

Trazendo ao panorama do século XXI percebemos que o quadro proibicionista instaurado desde a época da escravidão, bem como após a sua revogação reverbera até hoje no cenário brasileiro. O governo através da instauração de leis criminaliza o uso da planta, e ousamos dizer que tal ação se trata de uma manobra política para manter ainda marginalizada uma camada social e atender aos interesses de grandes empresas, como a indústria farmacêutica, gerando assim um controle social.

Sofre com isso a sociedade, que por meio da vedação ao acesso a medicações com derivados da planta como o THC – Tetrahydrocannabinol (princípio ativo de maior importância na planta) que poderiam ser produzidos no Brasil e beneficiar inúmeros pacientes.

A partir da ação deste componente no corpo humano algumas doenças ou efeitos colaterais delas podem ser minimizados, uma vez que descobertas científicas evidenciam sua forte ação

[...] que alivia a náusea causada pelo tratamento químico em portadores de câncer. O THC é atacado por várias enzimas no fígado e transformado em componentes menores chamados metabólitos que podem até ter efeitos benéficos para o tratamento do glaucoma (alta pressão intra-ocular). (SILVA, 2003, p. 129-130).

Sendo assim, uma parcela do tecido social com a contribuição do governo é nutrida de informações contrárias aos benefícios presentes na planta, fazendo então beber de referenciais históricos da época de associação do uso da planta a uma

camada social escanteada e esquecida, em um primeiro momento os negros escravizados em zonas rurais e em seguida é estendido a zona urbana com brancos, burgueses e elitizados.

Desta forma a sociedade é bombardeada de informações emanadas pelas autoridades de governo disseminadas pelos mais diversos tipos de mídias de comunicação, o que faz por meio do compartilhamento instantâneo tornar um círculo vicioso e pulverizador entre os sujeitos dos aspectos pejorativos atribuídos à cannabis.

Os mídia constituem o melhor sistema de informação que se pode conceber. Uma trama cerrada que cobre a superfície do globo, capta e transmite imediatamente o fato. Pesquisadores e jornalistas mergulham nos problemas que surgem no seio das sociedades. A todo instante, temos a possibilidade de ver/saber. O que está acontecendo. Podemos ter, diariamente, conhecimento da história que se está realizando. O planeta tornou-se a laranja azul que podemos contemplar a todo momento. (MORIN, 1986, p. 31).

Neste sentido, Morin (1986) aponta para a problemática da *subinformação*, *superinformação* e *pseudo informação*, da escassez e do excesso que interferem nas formas de observação, percepção e apropriação da informação por parte dos sujeitos humanos no tocante aos acontecimentos sociais, haja vista que tais processos quando da sua execução, situam-se no campo cognitivo do ser, e bebem do elemento emoção, que além de um estado de espírito produtor de sentimentos como prazer e contentamento, mas como uma mobilização cognitiva para a produção da rebeldia e do desencantamento.

Se as tecnologias têm o papel de facilitação dos processos de comunicação, é preciso atentar para os fenômenos urbanos que atingem as metrópoles, transformadas em grandes palcos de violência alimentada não apenas pelo empobrecimento de uma população concentrada nas cidades, mas pelos próprios valores consumistas, midiaticizados que são engendrados no seio dessa sociedade, em que ser é ter. (THIESEN, 2013, p. 221).

Thiesen (2013) segue afirmando que os meios de comunicação de massa funcionam como verdadeiros fabricantes de acontecimentos. Neste sentido corrobora com Morin (1986) ao relatar que na instância na qual vivemos, muitas vezes, essa chuva de acontecimentos produzidos logo em seguida é apagada. Ela ao colocar em questão a memória que pode ser ressignificada a partir desses mecanismos armazenadores de informações, alega que a depender dos interesses gerais condicionados por esta sociedade pós-moderna, por conseguinte, consumista e de relações instantâneas, e que se situam por trás das imagens transmitidas, apresentar-se-á para o mesmo fato inúmeras versões “verdadeiras”. A autora enfatiza que “essas mesmas máquinas abrem um universo de possibilidades para a produção de imagens plásticas, de cálculos matemáticos de longo alcance, em universos até então inimagináveis”. (THIESEN, 2013, p. 265).

Em analogia à questão da cannabis, visualizamos um esquema traçado para a obtenção de um controle totalitário da informação que versa sobre esta planta medicinal, na verdade mascarar seus efeitos benéficos em prol de um interesse político e comercial.

A informação que resolve uma incerteza pode eliminar uma preocupação e tranquilizar. A informação que traz uma surpresa pode, pelo contrário, preocupar e provocar a incerteza sobre nossa aptidão, e conceber a realidade. Compreende-se que o controle totalitário da informação seja usado para censurar as informações que preocupam e para distribuir informações tranquilizadoras. (MORIN, 1986, p. 41).

Neste viés, este trabalho dissertativo também busca descortinar o véu jogado nas propriedades benéficas da cannabis sativa que trazendo para o contexto da Liga Canábica Paraíba auxilia muitas famílias no combate aos malefícios das doenças acometidas por seus integrantes. Para tanto, trabalharemos na perspectiva também adotada por Morin (1986) de uma contrainformação, trazendo à luz o desconhecido ou obscurecido em torno desta temática, em contraponto apresentar o trabalho da Liga neste viés contrainformativo, haja vista a informação dispor “[...] de uma

energia potencial que pode ser imensa tanto para a ação como para o pensamento”. (MORIN, 1986, p. 42).

Nesta direção é preciso resistir ao contexto de imposição criado no período pós-industrial, e neste sentido atinamos para o que diz Thiesen (2013) quando trata desse contexto pós-moderno impactado pelas tecnologias da informação e comunicação e como as tendências que o acompanham detêm poder de tomar decisões em nome da sociedade, onde fazemos uma alusão aos grandes aparelhos de mídia e comunicação existentes. A autora chama a atenção para os sujeitos terem um crivo de análise mais aguçado para as informações e conteúdos disseminados por esses aparelhos.

É importante assinalar que não se trata de resistência ao novo, à diferença, à criação, mas de uma resistência a determinados valores, que nos são impostos por uma imensa máquina de consumo que pretende, através de um trabalho com representações, e agindo sobre o nosso imaginário, definir os caminhos do homem ideal: rico, belo e poderoso, mas de preferência também saudável (expondo um corpo ideal), à força de vitaminas, exercícios e caminhadas, e bem sucedidos. Um projeto de modernidade fartamente alimentado por informações midiaticizadas, formalizadoras de comportamentos, criadoras de memórias. (THIESEN, 2013, p. 220)

Sendo assim a Liga Canábica é instrumento de combate no tecido social ao preconceito ainda atribuído a utilização da planta. Assim como, no desempenho de ações que levam à sociedade os dados científicos, farmacológicos e medicinais já estudados e comprovados com a utilização dos componentes da planta como é o caso do THC, como também a extração do óleo que são paliativos para várias patologias já descritas mais acima.



INICIANDO O PLANTIO:

compreendendo a relação teórica da memória e da informação

3 INICIANDO O PLANTIO: compreendendo a relação teórica da memória e da informação



*Mas a memória fica
E, de repente,
Alguém a desenterra
E sangra a nossa alma
E junta os nossos pedaços.*

(Rosa Godoy)

As práticas sociais desde muito tempo restam por deixar “vestígios”. O cotidiano dos povos é marcado por acontecimentos, eventos, episódios que ora se cristalizam no espaço e no tempo e ora se fazem necessários deixar no campo do esquecimento em face ao seu grau de relevância e impacto. Nesta direção podemos depreender que: o que se cristaliza no tempo e no espaço pode ser caracterizado como testemunhos do passado que se materializam em suportes ou mesmo no campo cognitivo do ser humano, e neste sentido pairam os primeiros entendimentos acerca do conceito de memória.

Assman (2011, p. 20) afirma que há mais de uma década o tema memória vem sendo discutido de forma substancial, observada uma literatura técnica densa e cada vez mais crescente. Ela pontua que

O interesse pela memória transcende as costumeiras fases de ‘temas da moda’ na ciência. O fascínio duradouro pelo tema da memória parece ser uma evidência de que diferentes questões e interesses se cruzam, se estimulam e se condensam, provenientes dos estudos culturais, das ciências naturais e da tecnologia da informação.

Posto isso, valemo-nos das considerações de Le Goff (1996, p.419) que trata a memória como um evento dependente de uma faculdade mental, sendo que “remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como

passadas”, desta forma a memória pode ser entendida como um evento humano capaz de ressignificar acontecimentos passados a partir de referenciais do tempo presente, sendo assim trata-se de uma reconstrução, não estática e seletiva. “A memória é uma construção social e não um reservatório de dados. Portanto, jamais pode ser resgatada, mas sim reconstruída.” (THIESEN, 2013, p. 33-34).

Uma reconstrução não estática, pois não conseguimos rememorar o passado tal qual ocorreu, mas sim obtermos recortes, *flashs*, que estarão adaptados ao momento presente vivenciado pelo indivíduo. Para Thiesen (2013, p. 248) “Não há memória sem o presente”. Não é estática haja vista se tratar de um processo dinâmico que se atualiza de acordo com a experiência atual do indivíduo, neste sentido a lembrança obtida não será reconstruída da mesma maneira, em outro momento ela assume tons e tonalidades variáveis de momento para momento. “Não voltamos no tempo para reviver, mas refletimos sobre o vivido, agregando a experiência do presente ao frescor dos acontecimentos passados”. (CÓRDULA, 2015, p. 55). Trata-se de uma ação seletiva, pois o cérebro retém o que é relevante numa dualidade de ações: lembrar e esquecer.

Partindo deste pressuposto é relevante trazermos as considerações de Ítalo Svevo¹⁴ *apud* Assmann (2011, p. 21) proferidas ainda no começo do século XX ao afirmar que o passado é algo sempre atual

Ele se altera constantemente, assim como a vida segue em frente. Partes da vida que parecem ter afundado no esquecimento reaparecem, enquanto, por outro lado, outras afundam por serem menos importante. O presente conduz o passado como se este fosse membro de uma orquestra. Ele precisa desses tons somente e de nenhum outro. Assim, o passado parece às vezes curto, às vezes longo; às vezes soa, às vezes cala. Só influenciam no presente aquelas partes do passado que tenham a capacidade de esclarecê-lo ou obscurecê-lo.

Neste sentido observamos o papel de importância da informação, pois ela vem a ser o insumo fundamental da construção memorialística, uma vez que compõe “[...]”

¹⁴ SVEVO, Ítalo. **Consciência de Zeno**. Trad. Ivo Barroso. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2006.

estímulos, impressões que integram o quadro mais geral das lembranças, que compõem o acervo das experiências dos indivíduos” (THIESEN, 2013, p. 240). E neste processo entre lembrar e esquecer que constitui um único e mesmo movimento: as instituições, as organizações, as pessoas e famílias vão retendo o que é relevante para sua reprodução.

Neste diapasão, sofrendo a ação do tempo, a informação consubstancia-se em memória, ou seja, a memória irá conservar informações que vão sendo fixadas em uma atividade de seleção, sendo assim “A memória, portanto, representa a conservação de informações individuais ou coletivas de determinados fatos, acontecimentos, situações, reelaborados constantemente.” (LE GOFF, 1996, p. 423).

O homem é feito de memórias. Ao nascer já traz informações genéticas codificadas em sua própria estrutura celular e corpórea. O corpo tem memória. Não apenas no sentido genético, mas também social, institucional. As informações selecionadas, retidas e vivenciadas, desde a mais tenra idade, são impressas em nossa consciência, numa espécie de “arquivo” existencial e individual, muito embora essa construção seja um processo dinâmico, coletivo e social. (THIESEN, 2013, p. 250).

A memória coloca-se “[...] em permanente mudança como processo dinâmico, realizando uma ‘ponte’ entre o sujeito histórico e um grupo social, a um momento específico no tempo”. (CÓRDULA, 2015, p. 54). Nesta direção podemos aludir para o fato de haver dualidade na memória, sendo caracterizada nas esferas individual e coletiva, sob a perspectiva da lembrança evocada.

Consideramos a primeira vinculada ao passado salvaguardado em um indivíduo conforme sua perspectiva pessoal a partir de suas experiências de mundo. No que tange à coletiva, refere-se às lembranças, sejam partilhadas por um grupo social grande ou pequeno, não ultrapassando os limites do(s) grupo(s) retendo apenas o que ainda é tido como “aceso” ou que é possível de se habitar no campo cognitivo de tal grupo ou sociedade. (HALBWACHS, 2006).

Ainda seguindo o entendimento do autor ora mencionado, há de se considerar que a memória individual sofre intervenções da memória coletiva, ou seja, elas se interpenetram. Neste sentido,

[...] para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Funciona assim como uma relação de empréstimo, ou seja, a memória individual não é completamente isolada ou fechada, mas sim, pessoal, interna, ao passo que o sujeito humano irá rememorar fatos e acontecimentos a partir de uma perspectiva individual ou mesmo autobiográfica. Todavia no processo de evocação dessas lembranças nos ancoramos no que foi propagado no meio exterior a ele, remetendo a lembranças de outros. Toda experiência de vida de um sujeito, pessoa, família ou instituição está relacionada a uma história geral, a um contexto cultural mais amplo, onde as práticas sociais moldam essa conjuntura geral.

Sendo assim, muitas das vezes recorremos a fatos e acontecimentos que não vivenciamos, porém, sabemos que ocorreram de fato não porque vivenciamos, mas a partir do que foi relatado pelo outro, deixado registrado em suportes informacionais, ou mesmo transmitido pela oralidade. (HALBWACHS, 2006).

Candau (2006, p. 24) enquadra a memória coletiva como uma forma de “metamemória”, sendo assim a representação que cada sujeito produz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e o que diz dela. Trata-se de “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo”. O autor ainda associa memória coletiva a lembranças em comum.

Pollak (1989) faz um diálogo com Halbwachs no tocante às dimensões individual e coletiva que a memória assume, compreendendo que a relação do indivíduo com o passado se dá no entremeio a disparidades entre a memória individual e a coletiva, sendo que a primeira será erguida alicerçando-se na segunda. Pontua assim, que a memória é a “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” (POLLAK, 1989, p. 9).

Para Halbwachs (2006, p. 98) “A memória se enriquece com as contribuições de fora que, depois de tomarem raízes e depois de terem encontrado seu lugar, não se distinguem mais de outras lembranças”. Para o autor a memória individual não se limita a ela própria, construindo um muro isolante, mas sofre influência de outras memórias participando de um processo de constante interação, moldando-se a experiências sociais e coletivas mediadas pelo tempo e pelo espaço, que para o autor são “localizadores” das lembranças. Halbwachs (2006, p.24) enfatiza que “Quando nos lembramos [...] há um contexto de dados temporais a que esta lembrança está ligada de alguma forma”. Este é o fio condutor que vai viabilizar a lembrança se materializar e reconstruir-se no presente.

A memória é acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele (CANDAU, 2016, p. 9).

Assmann (2011, p. 24, grifo nosso) atina para a construção da memória sob a perspectiva do contato externo com outros indivíduos, afirmando que “Indivíduos e culturas constroem suas memórias interativamente através da comunicação por meio da língua, de imagens e de repetições ritualísticas, e organizam suas memórias com o auxílio de **meios de armazenamento externo** e práticas culturais”. A autora afirma ainda que quando há oscilação no estado dessas então mídias, a constituição da memória se altera, pois, “a comunicação entre épocas e gerações interrompe-se quando um dado repositório de conhecimento compartilhado se perde”. (ASSMANN, 2011, p. 17).

Partindo desta ideia, visualizamos os arquivos como locais de guarda e preservação de memórias, especialmente os arquivos privados que, ao serem explorados, rompem o silêncio e promovem reconstruções permanentes, “vivas”, que não se limitam ao campo da materialização, mas são compreendidos como “lugares de memória” (NORA, 1993) e se detêm também aos significados, que propiciam a

procura e o encontro de vestígios potentes para propiciar transformações sociais. (BARROS; NEVES, 2009).

Assmann (2011, p. 25) assinala que sob o prisma dos “armazenadores” externos, como é o caso dos arquivos, especialmente os privados, estes

[...] incluem localizações que são convertidas em lugares de memória, devido a algum acontecimento de relevância religiosa, histórica ou biográfica. Lugares podem atestar e preservar uma memória, mesmo para além das fases do esquecimento coletivo. Após intervalos de suspensão da tradição, peregrinos e turistas do passado retornam a locais significativos para eles, e ali encontram uma paisagem, monumentos ou ruínas. Com isso ocorrem ‘reanimações’, nas quais tanto o lugar reativa a recordação quanto a recordação reativa o lugar.

Para Nora (1993, p. 15) o que podemos chamar de memória moderna “é uma memória registradora, que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela e desacelera os sinais onde ela se deposita, como a serpente sua pele morta”. Nesta direção, são os lugares de memória responsáveis por deter a memória e propiciar a relação dos sujeitos com os acontecimentos passados, sendo a memória por si só não suficiente para estabelecer esta relação direta entre passado e presente.

Neste quadro identificamos a informação presente nos materiais custodiados pelos centros de informação (Arquivo, Biblioteca, Museus e Centros de Documentação) como essencial para nutrir o tecido memorial primeiramente no campo coletivo e posterior no individual. A partir disso, podemos fazer alusão ao *corpus* deste estudo, que é o arquivo privado da Liga Canábica da Paraíba, na medida em que ele reúne documentos que quando organizados e associando às falas dos dirigentes nos possibilitou identificar o cerne desta associação e suas imbricações no contexto social a partir de fotografias, recortes jornalísticos, documentos administrativos, registros em redes sociais, dentre outros.

No tocante ao conceito de informação, especialmente no terreno da CI, é sabido que há inúmeras discussões quanto a sua delimitação, bem como no tocante as suas formas de uso, seja no nível social ou nos mais específicos. (CÓRDULA, 2015). É salutar trazermos alguns conceitos para melhor compreender o fenômeno da

informação na ambiência da CI, especialmente pelo fato de que analisaremos informações de cunho arquivístico, pois “a informação arquivística, através de seus aspectos orgânico-funcionais, fornece subsídios para a compreensão contextualizada da informação independentemente do seu suporte”. (CÓRDULA, 2015, p. 52).

Nesta direção compreendemos que os conceitos são elementos em constante mudança, e havendo um, não irá anular o outro. Trata-se de um ato de criação que embora detenha novos contornos e acepções, continua detendo aspectos de seu status anterior (do conceitual anteriormente instituído), ou seja, não existe conceito único ou universal, mas uma multiplicidade construída pelos sujeitos no decorrer dos tempos (DELEUZE; GUATTARI, 1992), pois “os conceitos, concepções, idéias nascem e sofrem mutações no tempo e no espaço. São, por essa razão, filhos do tempo”. (THIESEN, 2013, p. 42).

A informação é um termo utilizado indistintamente em diferentes áreas do conhecimento. Sendo importante ressaltarmos que esse caráter plural da informação está diretamente ligado a uma característica marcante, que é o seu caráter interdisciplinar, pois caminha por campos variados do saber. Assim, buscar um único conceito para a informação poderia dar margem para que se pensasse em um conceito como verdadeiro e único, o que seria contraditório quando trabalhamos no viés de uma ciência em construção a exemplo da Ciência da Informação. (CÓRDULA, 2015, p. 45).

Quando partimos para o contexto social a informação assume papel essencial nas construções e produções culturais, e é grande responsável pela dinâmica das comunicações entre os indivíduos, conquistando assim espaços efetivos.

Nesta perspectiva Freire e Freire (2010, p. 12) dizem que “[...] a informação sempre foi fundamental para o desenvolvimento da sociedade humana, propiciando o seu crescimento e, conseqüentemente, trazendo progresso para a população”.

Vemos assim o protagonismo que a informação exerce em nosso meio, perpassando as searas científica e social de forma especial. Todavia em um sucinto contexto histórico podemos afirmar que a importância devida à informação começou a ser depositada no século XVI, no momento em que ocorria a 1ª Revolução Industrial, uma vez que neste período são construídas as bases de nossa sociedade

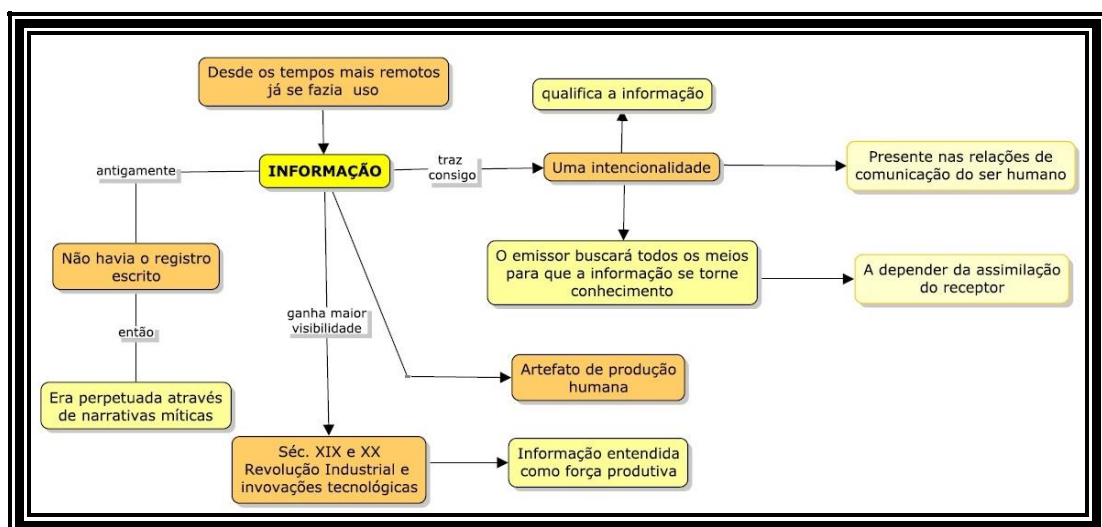
atual por intermédio da criação das associações científicas, e neste contexto os jornais iniciaram o processo de disseminação da informação viabilizando o conhecimento científico para todos os estratos sociais. (FREIRE; FREIRE, 2010).

Observando o seu caráter polissêmico, a informação pode assumir significações diferentes dependendo do contexto de fala do emissor, o que provoca uma complexidade e variabilidade conceitual da palavra, e faz com que não se tenha uma definição unificada para ela. Neste diapasão, Lancaster (1989, p. 1) corrobora esta complexidade alegando que:

Informação é uma palavra usada com freqüência no linguajar quotidiano e a maior parte das pessoas que a usam pensam que sabem o que ela significa. No entanto, é extremamente difícil definir informação, e até mesmo obter consenso sobre como deveria ser definida. O fato é, naturalmente, que informação significa coisas diferentes para pessoas diferentes.

Tendo em vista tal problemática conceitual, vale salientar que, para sua existência, a informação necessita de algumas condições básicas, sejam elas: Ambiente social (contexto social que viabiliza a comunicação), Agentes (emissor e receptor) e Canais (são as formas e meios através dos quais a informação vai circular). (FREIRE; FREIRE, 2010).

Esquema 2: O contexto da informação



Fonte: Adaptado de Freire e Freire (2010).

Conforme visualizado no esquema 2, a informação assume um papel social muito forte, pois além de ser artefato de produção humana, é essencial ao processo de comunicação entre os pares, bem como elemento da representação do conhecimento. E o mais relevante, sempre foi o insumo principal de perpetuação das memórias, e, por conseguinte dos legados humanos.

Nos tempos mais remotos não havia o registro escrito das informações, então as tradições, culturas e histórias eram perpetuadas através das narrativas míticas. A partir da revolução industrial, com o que chamamos de “explosão informacional” e advento de tecnologias de informação e comunicação, o elemento informação ganha relevância no contexto social, em face também ao desenvolvimento da escrita e neste sentido caminhamos para a formação de uma sociedade da informação.

Sob o prisma etimológico, informar advém do termo latino *informare*, que significa dar forma a algo, formar alguma coisa ou mesmo representar uma ideia ou noção (ZEMAN, 1970). Ainda a critério de conceituação, trazemos as considerações de Buckland (1991, p. 351) que apresenta o conceito de informação inserido em três esferas de atuação, como: processo, conhecimento e coisa, o que reverbera no entendimento da complexidade de definição do termo:

Informação como processo (“informação” é “o ato de informar [...]”; comunicação do conhecimento ou “novidade” de algum fato ou ocorrência), informação como conhecimento (o conhecimento comunicado referente a algum fato particular, assunto, ou evento; aquilo que é transmitido, inteligência, notícias) e informação como coisa (atribuído para objetos, assim como dados para documentos, que são considerados como “informação”, porque são relacionados como sendo informativos, tendo a qualidade de conhecimento comunicado ou comunicação, informação, algo informativo).

A partir desta conceituação trazida por Buckland (1991) podemos nos situar na importância que a informação possui e assume no seio da humanidade e, por conseguinte, nas suas dinâmicas de produção do conhecimento, podendo assim ser considerada como um fenômeno social. Desta feita, reflete a necessidade de se trabalhar a informação como fator potencializador das práticas científicas, assim

como, a preocupação de tornar transparente práticas e ações à sociedade. (FREIRE; FREIRE, 2010).

Zeman (1970) assentando os estudos sobre o conceito de informação à égide do materialismo dialético¹⁵ compreende a informação como um elemento da realidade material a ser organizada e que não se limita somente às especificidades de quantificação, envolvendo números e porcentagens. Não devemos analisá-la apenas pelo aspecto de medida de organização, mas, sobretudo, pelo viés da própria organização, como um processo depreendido do resultado de fatores de âmbitos variados. Neste sentido, Zeman (1970, p. 157) assinala que

A informação é, pois, a qualidade da realidade material de ser organizada (o que representa, igualmente, a qualidade de conservar este estado organizado) e sua capacidade de organizar, de classificar um sistema, de criar (o que constitui, igualmente, sua capacidade de desenvolver a organização). É, juntamente com o espaço, o tempo e o movimento, uma outra forma fundamental de existência da matéria - é a qualidade de evolução, a capacidade de atingir qualidades superiores. Não é um princípio que existiria fora da matéria e independentemente dela (como são, por exemplo, o princípio idealista da entidade ou o termo da “entelequia”) e sim inerente a ela, inseparável dela.

A visão de Zeman (1970) corrobora com a de Pacheco (1995) ao entender a informação como um artefato, uma vez que se trata de elemento produzido pelo sujeito humano, dependendo dele para se fazer existir na natureza. Além disso, a informação vem a ser insumo fundamental para a construção do conhecimento. Sendo assim, em face aos inúmeros conceitos existentes na literatura para o termo informação (especialmente no tocante ao campo da CI), depreende-se então como um

¹⁵ O materialismo dialético é uma corrente filosófica criada por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) a qual faz uso da dialética para compreender os processos e avanços sociais ao longo do espaço e tempo. “[...] Por meio dessa relação dialética entre o ambiente, o organismo e os fenômenos físicos, os seres humanos, a cultura e a sociedade criam o mundo, ao mesmo tempo que são modelados por ele.” Ver: BEZERRA, Juliana. **Materialismo dialético**. Toda Matéria: conteúdos escolares. 2018. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/materialismo-dialetico/>. Acesso em 22 jan. 2019.

termo polissêmico, e neste sentido aludimos ao que preconiza Araújo (1995, p. 58) quando menciona que

Informação é um termo altamente polissêmico. Essa polissemia adveio, em grande parte, da apropriação desse termo pela sociedade pós-industrial, pós-moderna que, ao adotar a informação, e o conhecimento como marcos delimitadores perpassando todos os extratos da sociedade e área do conhecimento, ampliou as ambiguidades que o termo já carregava em função das diferentes visões e conceituações que passavam a conotá-lo.

Frente a isto, buscamos disseminar as informações que permeiam os documentos existentes no Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba por meio de um processo interpretativo à medida que o acervo vai sendo explorado e seus custodiadores vão sendo consultados.

As informações ali presentes estão relacionadas ao percurso no espaço e no tempo realizado pela Liga como instituição, e a memória surge como uma força imanente transfigurada em um mecanismo de recuperação de informações mais eficaz ao passo que os dirigentes relatam os fatos passados através das entrevistas livres.

A memória e a informação são aliadas, e, portanto, devem caminhar lado a lado, pois “nem toda informação é memória, mas toda memória é permeada de informação, pois não podemos construir memória sem atribuir-lhe um sentido, um significado, um referente como a informação que a permeia”. (CÓRDULA, 2015, p. 56).

Trata-se de uma relação indissociável e principalmente quando atrelamos esses dois elementos ao interior dos arquivos, observamos que eles são partes imateriais, pois embora estejam materializados nos suportes documentais elas são intangíveis, possuindo relação direta com o indivíduo humano enquanto pertencente a uma conjuntura cultural.

Nesta direção é imperioso fazermos menção quanto ao conceito de informação levantado por Azevedo Netto (2002, p. 10) que considera a informação como “[...] um fenômeno explicitamente humano, ligado a uma estruturação sociocultural,

socialmente disseminado a partir daquilo que é interpretado e constituído no indivíduo”. Ele entende que a informação deve promover significado para quem a recebe ou busca, em algum momento ou de alguma forma desde que seja socialmente partilhado e aceito. Neste sentido, tal relação se concretiza ao passo que

Se a informação é um artefato ela foi criada num tempo, espaço e forma específica, que formam um dos contextos pelo qual deve ser interpretada - o contexto de sua geração. Sendo artefato ela pode ser utilizada em um contexto distinto daquele para o qual e no qual foi produzida, sendo, portanto passível de recontextualização. (PACHECO, 1995, p. 21).

Esta relação de significância tratada pelo autor é salutar quando partimos para o foco deste trabalho que através do material coletado no arquivo privado da Liga Canábica, seu tratamento e disseminação poderemos atribuir significado às informações e assim apresentar à sociedade o que se encontra ainda em anonimato.

Cumprir trazer à baila a partir desta discussão sobre a relação entre memória e informação, as interfaces destes dois elementos com a figura das instituições, uma vez que quando nos defrontamos com nosso objeto de estudo, podemos entendê-lo como uma instituição brotada no seio da sociedade a partir de uma relação de força, ou melhor dizendo, de resistência.

A Liga Canábica surge de uma necessidade, mas precipuamente de uma dor, que quando enquadrada aos ditames sociais de uma sociedade cada vez mais (des)informada, consumista e elitista resiste em quebrar preconceitos, conscientizar e avançar politicamente por meio da disseminação de informações acerca dos aspectos medicinais que envolvem a cannabis. Neste entendimento compreendemos que a memória paira, ao passo que a partir das práticas e ações desenvolvidas pela Liga, em um primeiro momento apenas como um movimento, e em um segundo momento como associação registrada, ela resta por deixar vestígios, marcas, legados ou documentos que consequentemente são permeados de informação e quando ressignificadas levam a memórias de fatos passados.

Nesta direção resvalamos nos estudos de Thiesen (2013), que tratam dos processos de institucionalização das práticas sociais, em outras palavras, dos

surgimentos das instituições no contexto social. Para a referida autora “se a instituição existe, a memória se plasma. É prenhe. Constitui marcas, rastros ou traços que contêm informação”. (THIESEN, 2013, p. 26-27).

Thiesen (2013) entende as instituições como algo sempre presente, existentes muito além dos sentidos e das formas. As instituições emergem no seio social em ações ou relações de saber e poder emanadas em detrimento de determinados problemas ou causas na tentativa de subvertê-los ou mesmo consubstanciá-los, ganhando espaço e se reproduzindo por meio das práticas sociais. Ela vai além, compreende que estas relações de saber-poder possuem duas faces simétricas: Lembrar e esquecer, constituindo-se em um processo complexo de racionalização entre reter e esquecer a partir de critérios sociais de validade.

Uma instituição pode ser analisada em sua gênese, quando se constitui historicamente, para trazer à luz a articulação de seus discursos, de suas técnicas, como relações de saber que se dão em práticas sociais, a fim de que daí se extraiam as matrizes que tornaram possível sua emergência. Entendemos que o comportamento e a prática é que fazem as instituições e definem o caminho do processo de institucionalização. [...] A instituição emerge como criação, como resposta (atual) a determinado problema engendrado no campo social. (THIESEN, 2013, p. 30).

Analisando sob o prisma da memória, Thiesen (2013, p. 27) vem assinalar que quando observadas sob o percurso do tempo “[...] as instituições refletem as formalizações das culturas, daquilo que as diferentes sociedades cultivam como maneiras de pensar: hábitos, usos, costumes, comportamentos etc. Aquilo que instituem”, sendo tangíveis ou intangíveis os resultados das práticas humanas constroem memórias, e neste sentido autora nos vem dizer que a memória não é um reservatório de dados, mas sim uma construção social vista através das lentes do tempo.

Relevante pontuar que para a autora não se deve confundir instituição com organização, especialmente quando se trata do conceito de memória institucional. A autora alega que o conceito de memória institucional alcança o de memória organizacional, mas não se limitando a ela, entretanto, do contrário não, pois, a

última priviledgia o aspecto da eficiência e da eficácia, ou seja, a memória organizacional pende para a questão do comparativo de memória como reservatório de dados, e neste sentido quando o conhecimento do passado é recuperado através de atividades do presente poderá conferir maior ou menor grau de eficácia organizacional direcionado para aquele fim específico.

É como ela vem ilustrar com o exemplo da burocracia em que muitas vezes se confunde com instituição, porém se trata de uma organização, uma forma de administração que possui um fim em si própria. Segundo Thiesen (2013, p. 108) “a questão prioritária da organização é a eficácia. E a da instituição é a legitimidade, vale repetir”. Então, o que devemos levar em consideração quando nos referimos ao fenômeno da instituição é a sua legitimidade com normas e regras definidas, as relações de força no plano social que vão determinar o plano institucional, e, por conseguinte, assentar a organização. A ação dos indivíduos é que irá constituir a memória das instituições, e esta refletirá sua trajetória histórico-social no espaço e tempo.

Ainda neste ínterim, é preponderante trazer conceitos para o que se venha a configurar como organização, e com isso fique mais clara esta diferenciação, especialmente por estarmos trabalhando com o conceito de memória institucional. Etzione *apud* Ferrari (1991, p. 852) afirma que uma organização pode ser compreendida como “um conjunto dos instrumentos (órgãos) escolhidos, predispostos e oportunamente coordenados por um indivíduo ou grupo, com vistas À consecução de determinados fins.”

Morgan, Bergamini e Coda (1996, p. 2) entendem organizações como “[...] propostas com um fim em si mesmas. São instrumentos criados para se atingirem outros fins. Isso é refletido pelas origens da palavra organização que deriva do grego *organon* que significa uma ferramenta ou instrumento.” Os autores ainda vão além, compreendem a organização como um organismo, visto sob o prisma biológico. Este organismo detém um conjunto de órgãos que funcionando de forma sistêmica e harmoniosa levam a obtenção dos objetivos organizacionais estabelecidos.

As instituições seguem por outra via. Partem do princípio de criação, surgimento, das razões, relações, forças que conduziram sua criação não se atendo a

um fim específico, mas transitando por searas, instâncias e finalidades variadas que se desenvolvem no âmbito social coletivo ou geral, uma vez que “[...] jamais haveria instituição como fenômeno individual, pois é da natureza da instituição ser coletiva.” (THIESEN, 2013, p. 79). Ela segue afirmando que “As instituições são integradoras e formalizadoras das práticas e comportamentos, com a função inicial de fixar enunciados para, em seguida, reproduzi-los”. (THIESEN, 2013, p. 280).

Nesta direção podemos atinar para a segmentação da memória entre individual e coletiva (HALBWACHS, 2006), sendo assim, ao pensarmos a instituição a situamos no contexto de uma memória social mais ampla que consegue abranger a memória organizacional que estará numa perspectiva mais interna, pois as instituições “[...] são e serão sempre aquilo que agenciamos coletivamente, no heterogêneo”. (THIESEN, 2013. P. 286).

A autora traz um conceito filosófico para o que vem se configurar como memória institucional, fugindo da ótica da representação. Ela enfatiza que a memória institucional se apresenta em imutável elaboração uma vez que é função do tempo e com isso irá remeter a experiências híbridas, incluindo e excluindo o social que quando analisadas sob o enfoque do tempo seriam “[...] o retorno reelaborado de tudo aquilo que contabilizamos na história como conquistas, legados, acontecimentos, mas também vicissitudes, servidões, escuridão” (THIESEN, 2013, p. 286) sempre adaptadas ao tempo atual.

Nesta direção é forçoso atinarmos para o objeto de estudo desta pesquisa ao passo que sua perspectiva de surgimento se coaduna a ideia de instituição proferida por Thiesen (2013). Indo além, ela foge de um senso comum que enquadra a instituição muitas vezes a uma construção de concreto onde suas dinâmicas de funcionamento e ações restringem-se a quatro paredes. A Liga embora não possua ainda sede fixa consegue fazer ação, apresentar-se como um corpo formal e socialmente instituído. Visualizamos seus mecanismos de regulação, suas regras e normas, mas sobretudo, a face de sua função social.

Toda instituição só existe em processo e é da sua natureza comportar uma face instituída e outra instituinte. Ambas as faces são, na realidade, memórias e saberes, que interagem nas relações sociais,

institucionais, interinstitucionais. O mecanismo é similar. A instituição é um corpo em processo e, como tal, necessita que suas células trabalhem solidárias para que seu funcionamento seja padronizado (passível de se repetir) e criativo (que possa contemplar a diferença). (THIESEN, 2013, p. 268-269).

Quebra-se assim a visão física, e partimos para as relações de força na sociedade, as razões instituintes. As instituições nem sempre cadastradas ou registradas sob o ponto de vista jurídico-formal conseguem se impor e, ao mesmo tempo, se reproduzir socialmente. No caso da Liga Canábica da Paraíba, ressaltamos que ainda não possui sede fixa, contudo, as práticas desempenhadas por ela ao longo do tempo fizeram com que sua militância se fortalecesse e ganhasse notoriedade no contexto social.

De início quando ainda nem era oficialmente legalizada, os militantes da Liga Canábica da Paraíba ganharam judicialmente uma liminar para poder importar o medicamento de países como os Estados Unidos, em que a venda desses medicamentos é legal. Vão além, seu trabalho estabelece conexões com vários âmbitos: científico, jurídico, político, medicinal, comunicativo, dentre outros. Informes, panfletos, eventos, associativismo, parcerias nacionais e internacionais, são algumas das muitas atividades desenvolvidas por esta associação e que carregam teor informacional, por conseguinte, memórias partilhadas e deixadas no seu percurso no histórico por entre os tempos.

Para Thiesen (2013, p. 168) “a instituição se fundamenta, em última análise, nos princípios de associação”, isso reflete o papel desempenhado pela Liga, que continuam a avançar, rompendo barreiras e vencendo preconceitos paulatinamente, estabelecendo uma verdadeira rede de colaboração e apoio mútuo entre os sujeitos em que podemos observar duas características importantes: protagonismo e legitimidade.

Uma instituição se define por um objeto do qual se apropria, por um âmbito de ação que a caracteriza e delimita, por um conjunto de atores que constituem o grupo social estruturador e por um conjunto de práticas resultantes de ações conflitantes entre diversos atores sociais. (THIESEN, 2013, p. 197).

Quando analisamos sob o prisma da memória institucional, preconizado por Thiesen (2013), observamos ser esta associação uma instituição social com mecanismos de funcionamento próprios, em que visualizamos as razões que levaram a sua emergência, surgida assim no seio social para combater muitas problemáticas sociais (preconceito, políticas públicas para a saúde, saúde universal e igualitária, acesso a informação legítima, ditadura das grandes indústrias farmacêuticas), mas, acima de tudo, promover a união, o apoio e a colaboração de sujeitos dos mais variados estratos sociais, regiões e grau de instrução numa espécie de formação de uma grande corrente com o objetivo de se conseguir legalizar a *cannabis sativa* para finalidades médicas e terapêuticas.

E neste sentido revela-se o instituinte e o instituído, o primeiro detém um caráter formalizador de realidades, ou seja, a idealização das razões pelas quais foi criada a Liga, as relações de força no campo social que promoveram seu brotamento, que, por conseguinte não são dizíveis ou visíveis. Já o segundo refere-se ao acontecimento, aquilo que já se formalizou, ou seja, a composição da Liga. Sendo assim, essas duas esferas nas quais uma instituição se visualiza acabam por gerar vestígios, marcas, ações e legados que carregam consigo o poder de vincular ela a um determinado período da história, assim como compõem o arsenal de expressividades assumidas por ela no decorrer de sua trajetória.

3.1 DOCUMENTANDO MEMÓRIAS, ACESSANDO INFORMAÇÕES: uma trajetória contada a partir de documentos

Assmann (2011) relata o declínio da arte do “saber de cor” em razão dos registros de informações em suportes de papel, em outras palavras refere-se à memória decorada. Como ocorria em Roma através da técnica chamada mnemotécnica, compreendida como um “procedimento adquirível e aplicável a vários fins e que objetivava o armazenamento confiável e a recuperação idêntica das informações inseridas na memória” Assmann (2011, p. 31) alerta que o tempo não era fator relevante neste processo, mas sim a capacidade de fixação na mente humana das informações absorvidas.

Isso leva a uma transição no sentido da função memorialística, que não mais se enclausura ao campo cognitivo do sujeito humano, mas estende-se a locais, meios e armazenadores externos onde o passado se cristaliza, e com isso pode ser ressignificado a partir do tempo presente.

[...] a qualquer momento, quando a vontade de lembrar nos atravessar o pensamento, quando há vontade de reconstruir o passado, somos impelidos a lançar mão dos mecanismos que dão suporte à memória e vamos buscar as lembranças onde quer que estejam: seja na consciência, no inconsciente, nos materiais da memória – os documentos (*latu sensu*), arquivos, relatos de outras pessoas que tenham partilhado experiências comuns. (THIESEN, 2013, p. 252).

Tal constatação é importante para compreendermos o contexto de emergência das instituições-memória, sendo elas: arquivos, bibliotecas, museus e centros de documento, mas de forma especial os Arquivos, assim como a relação existente entre tais locais para com a memória evocada. Nesta direção, os lugares de memória podem ser compreendidos como artefatos, instrumentos, locais ou instituições que não se deterá a sua natureza concreta, mas a realidade pregnante, retratada uma vez que são armazenadores de conteúdos informacionais. (CÓRDULA, 2015).

Isso se deve precipuamente ao surgimento da escrita¹⁶ que viabilizou o registro das ideias, palavras, como um verdadeiro meio de expressão permanente. Não apenas registrando e reproduzindo bem a linguagem articulada, mas também proporcionando aprendizado a partir dos pensamentos registrados, fazendo com que os mesmos se perpetuem no tempo e no espaço. (PAES, 2004).

Thiesen (2013, p. 80-81) vem assinalar que quando nos referimos estritamente à memória como um sistema recuperador de informações alusivas a acontecimentos, quando então eram presentes, estamos diante de uma memória-arquivo

[...] apoiada em diversas superfícies de inscrição (corporal, textual, imagética, celular, digital, rupestre, celeste, etc) e que reproduz uma infinidade de documentos, em seu mais amplo sentido, da mesma

¹⁶ A escrita pode ser definida como “Um conjunto de símbolos dos quais nos servimos para representar e fixar a linguagem falada”. (Paes, 2004, p. 15).

forma que reproduz informação, conhecimento, dado, memórias. Para dar conta da memória-arquivo foram criadas, na história das grandes civilizações as instituições-memória – arquivos, bibliotecas e museu.

A autora supramencionada informa que tal invenção se deu em razão de os grandes soberanos terem percebido que poderiam deixar registradas para todo o sempre as ações de seus respectivos governos, em inscrições comemorativas que festejavam as vitórias conquistadas.

As informações presentes nas instituições-memória vão além dos documentos presentes em seu acervo, de acordo com Bellotto (2006, p. 183),

Se considerarmos com maior abrangência, analisando-a como transmissão cultural, lançada para o futuro através de diferentes documentos grafados em diferentes suportes, ela pode significar muito mais, quando aliada a outros dados/informações oriundos de campos não arquivísticos.

Assman (2011) segue relatando que nas grandes culturas antigas do oriente a escrita foi utilizada fundamentalmente para fins comerciais e administrativos o que se conferia ao profissional escriba, um funcionário público por excelência, que garantia a autoridade do rei por meio de serviços de chancelaria. Ainda remetendo-se ao Egito Antigo, fazendo o contraponto das atividades econômicas exercidas à época, Assmann (2011, p. 367) relata que

A proteção advinda da escrita permitiu a criação de um complexo sistema econômico - de redistribuição do Egito antigo: as colheitas obtidas deviam ser entregues ao Estado, que as redistribuía, agindo como uma instância de provisões. Dessa forma, construiu-se um sistema de armazenamento e de provisões em larga escala, com a proteção organizacional da escrita. Como os documentos escritos não se decompunham naturalmente após seu uso, eles constituíam um resíduo que podia ser especialmente coletado e preservado. Assim, a partir do arquivo como memória da economia e da administração, surge o arquivo como testemunho do passado.

Nesta direção, a autora alega que o arquivo ganha relevância de memória potencial, como uma pré-condição material para futuras memórias culturais. Mas também o arquivo surge com uma memória funcional imbricada, que se revela na forma de memória de armazenamento, “[...] que é designada pelo nome de ‘herança cultural’ e que é também entregue aos cuidados dos arquivistas, imbuídos da tarefa de protegê-la contra possíveis catástrofes naturais ou culturais, como terremotos e guerras nucleares”. (ASSMANN, 2011, p. 369).

Seguindo esta linha de raciocínio constatamos que os legados dos sujeitos humanos possuem uma relação forte com os registros físicos deixados no decorrer de suas vidas, que no fim das contas, através das interconexões entre tais registros, bem como das informações inseridas neles forma-se a memória de determinado indivíduo, grupo ou até mesmo instituição.

Benjamim (1994) atina para o fato de que os arquivos sejam eles públicos, privados ou pessoais são reflexos de uma sociedade na qual os indivíduos estão inseridos, que alternadamente vão desenvolvendo-se através das mudanças sociais, culturais e políticas. Ou seja, a história evolui com o passar do tempo e conseqüentemente há o acúmulo das atividades de toda uma vida.

Na concepção de Pereira, a memória é “[...] a capacidade de adquirir, armazenar e recuperar informações disponíveis tanto no cérebro como em outros mecanismos artificiais como, por exemplo, a memória de um computador, ou nos documentos de arquivo. [...] É através dela que damos significado ao cotidiano” (PEREIRA, 2011, p. 23). Ainda segundo a autora, “a construção da memória está estreitamente vinculada ao acesso à informação, que por sua vez está vinculada à organização dos seus suportes materiais.” (PEREIRA, 2011, p. 20).

Para Le Goff (1996, p. 423) “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”. Neste sentido, entendemos que a memória registrada “delegou ao arquivo a função de mantê-la viva, de forma a desacelerar o desaparecimento de sinais do que se deseja manter, em face da necessidade do lembrar.” (BARROS; AMÉLIA, 2009, p. 57). Sendo assim o arquivo

vem a ser um condicionante para o processo de ressignificação do conteúdo informacional imbricado em seus documentos.

Sob o aspecto etimológico, Paes (2004) e Assmann (2011) alegam que a palavra “arquivo” é advinda do grego *arché*, surgida na Grécia Antiga tratava-se de uma expressão atribuída ao palácio dos magistrados, mas também designava outros termos como “início”, “origem”, e “autoridade” significava também “repartição pública” e “escritório público”. Paes (2004) afirma que se há dúvidas quanto à origem do termo arquivo, ela ainda ressalta a evolução do termo *arché* para *archeion*, remetendo a um lugar de depósito e guarda de documentos.

Embora haja divergência acerca da origem do termo, suas significações sempre remetem a um local de guarda ou de preservação de documentos e outros títulos, sempre atrelado ao aspecto legal de comprovação de atos e direitos, bem como de perpetuação.

Podemos determinar o status do arquivo: como memória institucional da pólis, do Estado, da nação e da sociedade, entre a memória funcional ou a de armazenamento, dependendo de como ele estiver organizado; como instrumento da autoridade; ou como repositório de conhecimento realocado. (ASSMANN, 2011, p. 369).

Trazendo para um contexto mais atual Paes (2004, p. 16) surge conceituando arquivo como uma “[...] acumulação ordenada de documentos, em sua maioria, textuais, criado por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando a utilidade que poderão oferecer no futuro”. Deste conceito extraímos que a finalidade do arquivo é preliminarmente funcional, serve primeiro a administração, a necessidade de comprovação ou prestação de algum ato ou ação, e neste sentido detém um caráter orgânico em razão da sua íntima relação com o produtor. Em um segundo momento os arquivos ao perderem seu valor administrativo, entretanto sendo considerados de valor permanente em razão de seu valor histórico e documental servem a pesquisa, a história e a comprovação de direitos e informações.

Córdula (2015, p. 49) acentua que “O documento constituído pelo suporte material detém a informação. Ele é o registro concreto que serve de prova para fatos, modos de vida, crenças, e ações dos homens em um determinado tempo e lugar”. Entretanto é salutar apontar para o fato que nem todo objeto se configura como um documento, mas poderá tornar-se um. O elemento ocasionador da transformação do objeto em documento será o desejo de se ter informação, muito embora o objeto não tenha sido produzido para esta finalidade, ou seja, é no momento da busca por informação no objeto, que este último se converte em documento. (ORTEGA; LARA, 2010).

Cumprе destacar ainda o comparativo entre documento e monumento, uma vez que o seu grau de relevância social e potência informativa. Le Goff (1996) alega que os materiais da memória se revelam sob duas formas: documentos e monumentos e neste sentido cumpre diferenciá-los. O autor menciona o documento como sendo uma escolha do pesquisador ou historiador, diferentemente do monumento que faz remissiva ao passado e, portanto, consegue perpetuar as recordações por entre os tempos. É importante frisar que ambos os materiais da memória não se tratam de meros vestígios do tempo passado, mas sim, frutos de uma intencionalidade partida de sujeitos históricos que se dedicam ao desenvolvimento temporal do campo social, bem como, dos profissionais historiadores, atores importantes no aperfeiçoamento da ciência do passado.

Le Goff (1996, p. 536) acentua que o monumento apresenta como características “[...] o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.” Os monumentos por si só se perpetuam carregam e refletem seu conteúdo informacional, neste sentido o autor faz remissiva a alguns exemplos de monumentos “[...] 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte.” (LE GOFF, 1996, p. 535).

Já do documento – apesar da intencionalidade em o querer produzir e preservar – requer que um sujeito por meio de um processo de abstração/interpretação retire todo o conteúdo informacional nele imbricado, o autor alega isso em analogia ao papel do historiador, principalmente como sujeito histórico de sua época.

Todavia Le Goff (1996) aponta que documento é monumento, justamente em razão do fato de o primeiro ser resultado de escolhas e intenções de quem o produziu. O documento deriva de um processo de construção, voluntária ou involuntária dentro de um contexto sócio histórico no espaço e no tempo servindo a sociedade que o criou, mas que consegue sobreviver à ação do tempo, e, por conseguinte, impõe a gerações futuras certa imagem própria da sociedade que o produziu.

[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, p.545, 1996).

Ele vai além, compreendendo o documento como um ponto de vista parcial da história, Le Goff vem com a afirmativa de o documento ser uma mentira, uma vez que “no limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo” (p.547-548, 1996). Nesta direção, chama atenção para o fato de o pesquisador/historiador ser antes de tudo um questionador, justamente pelo fato de o documento ser resultado de uma montagem.

Sendo assim, os pesquisadores/historiadores não podem desempenhar um papel ingênuo quando da análise de documentos, necessitam problematizá-los, ter uma reflexão crítica diante compreendendo as condições de emergência deles no seio social, sobretudo, na perspectiva de ser um instrumento de poder à época que foi criado. É importante frisar que o autor chama atenção para o fato de os documentos não mais se limitarem “aos escritos”, mas sim, de se considerar a dimensão plural dos registros informacionais.

Neste diapasão, compreendemos os documentos presentes no acervo da Liga Canábica como documentos/monumentos que fazem remissiva a momentos e acontecimentos específicos no trajeto sócio histórico desta instituição. Ressaltamos por oportuno que quando da relevância social assumida pela Liga no seio social em virtude das ações desempenhadas em prol do bem comum, seus documentos se tornam monumentos. Ao passo que compreendemos seu processo de produção e acumulação documental, enquadramos esses registros informacionais como documentos que necessitam serem explorados e questionados.

Podemos afirmar com isso que toda ou qualquer organização, pessoa e família carecem de documentos para registrar bem como fundamentar sua existência e suas atividades. Para o Arquivo Nacional (2005, p. 73) documento é a “Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte [...]”. Neste sentido, observa-se que não nos detemos mais aos documentos em suporte de papel, mas sim a uma infinidade de suportes para registro da informação, pois, o que vai configurar um documento é o seu conteúdo informacional.

Sob este prisma, em especial quando da relação dos documentos com a memória, cabe frisar também a definição de “documento de arquivo” que, conforme Bellotto (2006, p. 272) “são aqueles que depois do trâmite dentro da ação que justificou sua criação foram recolhidos a arquivos passando pelas diversas fases do ciclo vital dos documentos”. Isso implica dizer que quando se produz um documento ele é resultado de certa atividade no âmbito de seu organismo produtor, ou seja, advém de um conjunto de mesma proveniência e tal característica faz dele um documento de arquivo. Sendo assim os documentos arquivísticos são autênticos, únicos e interdependentes naquele acervo que está inserido e provém de uma acumulação natural de seu produtor.

Delmas (2010, p.56) aponta que: “O documento de arquivo é o instrumento de uma ação e, como tal, possui três qualidades: ele é necessário, pessoal e preservado”. A partir deste conceito entendemos que o documento de arquivo possui uma relação bastante singular com o seu produtor refletindo assim um caráter orgânico que de acordo com Bellotto (2006) e Paes (2004) trata-se de uma qualidade a qual os arquivos conseguem refletir as funções, atividades ou mesmo a estrutura de seu produtor, seja

na esfera interna como externa. Em analogia ao arquivo da Liga Canábica da Paraíba compreendemos a partir de seus documentos os caminhos percorridos por essa associação.

Graças ao contexto pós-moderno os documentos ganharam novas formas de registro da informação, não se detendo unicamente ao suporte papel. Pensando no arquivo privado da Liga Canábica da Paraíba chamamos atenção para a variabilidade de documentos especiais presentes em seu acervo, por conseguinte de suportes, são distribuídos nos mais diversos gêneros: textual, iconográfico, filmográfico, vestuário e todo aquele que na perspectiva histórica e social mantém relação íntima com seu produtor. Nesta direção, os documentos presentes no acervo da Liga, que compõem um fundo documental aberto¹⁷, carregam informações que refletem a trajetória desta instituição no espaço e no tempo que sob o olhar do pesquisador e a partir da fala dos dirigentes da Liga revelou aspectos de seu surgimento, seus objetivos e avanços no campo social.

Neste sentido cumpre recordar a perspectiva de trajetória preconizada por Bourdieu (1996) quando afirma que para a construção de uma trajetória, seja pessoa ou instituição é necessário não apenas analisarmos o sujeito ou instituição, mas suas conexões com outros sujeitos, bem como com o meio ambiente onde essas relações emergem, não deixando de fora aspectos externos que contribuíram para a construção de sua configuração atual na sociedade.

No tocante a sociedade atual e sua relação com a informação e os artefatos tecnológicos desenvolvidos para sua reprodução, Freire e Freire (2010, p.17) atestam que

É inegável que a presença do fenômeno da informação foi se tornando mais presente em nossas vidas, sua área de ação e atuação foi crescendo cada vez mais, até sua identificação com a sociedade contemporânea, qualificada como “Sociedade da informação”.

¹⁷ O arquivo da Liga Canábica da Paraíba constitui um fundo documental aberto uma vez que novos documentos podem ser inseridos em seu acervo, pois, a Liga enquanto produtora encontra-se ativa e em pleno exercício de suas atividades, por conseguinte, produzindo e recebendo documentações.

A nova conjuntura desta então sociedade da informação marcada pela incidência das tecnologias da informação e comunicação, de forma especial quando apontamos para as comunidades virtuais – as redes sociais se inserem nesta categoria - que surgem com o advento da web. Destaca-se que tais comunidades marcam a “culminação de um processo histórico de desvinculação entre localidade e sociabilidade na formação da comunidade” (CASTELLS, 2003, p. 98). Nesta direção, elas viabilizam o rompimento de barreiras geográficas, propiciando a troca de informações remota entre pessoas situadas em localidades distantes com o auxílio da internet, e deste contexto extraem-se “novos padrões seletivos de relações sociais substituem as normas de interação humana territorialmente limitadas”. (CASTELLS, 2003, p. 98).

A Liga Canábica surge em meio ao contexto pós-industrial, e esse contexto que também podemos chamar de pós-moderno o qual “[...] formou e formatou o corpo social, que deveria ser docilizado para as novas formas de trabalho então emergentes.” (THIESEN, 2013, p. 279). Neste sentido, observamos a incidência das tecnologias da informação e comunicação no campo social como verdadeiras alternantes das dinâmicas sociais. Posto isso, destacamos a figura das redes sociais como grandes espaços disseminadores de informação, e, por conseguinte, registro do cotidiano humano.

Partindo deste pressuposto podemos compreender as redes sociais como verdadeiros confessionários, ou melhor, tomando o conceito de Assmann (2011), como espaços de recordação, onde a memória pode ser registrada, e a partir dos quais o passado pode ser ressignificado no tempo presente. Carneiro e Germano (2017, p. 110) assinalam a figura das redes sociais como espaços de registro informacional ressaltando a questão de ser um campo ideal para registro de imagens uma vez que “[...] não apenas priorizam a veiculação de dados visuais como justificam sua própria existência pelas imagens produzidas e trocadas por seus usuários.”

Sob esta vertente o estudo de Carneiro e Germano (2017) vem corroborar com o entendimento de Assmann (2011) alegando que sob a perspectiva da fotografia digital e da memória autobiográfica, estas novas formas de se produzir conteúdo no

meio virtual, especialmente aqueles direcionados ao compartilhamento online são engendrados para constituir lembranças do vivido, uma vez que “[...] a função de guardar lembranças do passado reaparece na natureza interconectada e distributiva da fotografia digital, visto que muitas imagens são enviadas através da rede e acabam armazenadas em algum ambiente digital”, sendo armazenada nos próprios aparelhos tecnológicos ou na nuvem.

A pesquisa de Carneiro e Germano (2017) se deu no âmbito da rede social facebook e analisou as fotografias e legendas postadas por um grupo de usuários da rede, que compartilham seus registros através do campo *linha do tempo*¹⁸ presente na plataforma. Sob a relação da memória com os conteúdos compartilhados na rede, de forma especial as fotografias, Carneiro e Germano (2017, p. 111) se ancoram em J. Van Dijck (2007) para justificar tal conexão e como as últimas ampliam o escopo da primeira.

É inegável que a forma como hoje se criam e se compartilham artefatos de memória – entendidos como dispositivos para auxiliar, melhorar e ampliar a memória, usados como objetos de recordação de eventos e experiências passadas – é peculiar a esta era tecnológica. Atualmente, vídeos, áudios ou fotografias digitais incidem sobre as lembranças que mantemos do passado e a maneira como nos reportamos a elas.

Neste sentido, os conteúdos disseminados em sites de redes sociais também podem vir a contribuir na reconstrução do passado no presente, principalmente pelo fato de que na maioria das vezes são produzidos e disseminados pelo próprio produtor, como uma espécie de confissão.

Nesta direção a rede social da Liga Canábica – *Facebook* – foi analisada como um espaço vivo de comunicação e troca de informações, onde as ações são divulgadas, campanhas são levantadas, ou seja, funcionando como uma verdadeira extensão desta instituição no intuito de obter um alcance maior de pessoas e nisso visualizamos as relações estabelecidas pelos sujeitos que integram ou que desejam

¹⁸ Conforme Carneiro e Germano (2017, p. 120) “De acordo com a descrição do Facebook, a ‘linha do tempo’ é o espaço no perfil onde é possível ver as próprias mensagens, mensagens de amigos e histórias (incluem textos, vídeos ou imagens) em que você foi etiquetado, organizadas pela data em que foram postadas.”

integrar a Liga. Além disso, constitui um meio de armazenamento e preservação de dados. Desta forma, alguns recortes foram feitos e documentos (fotografias) foram extraídos desta ferramenta tecnológica para melhor consubstanciar este trabalho dissertativo.



TRAJETÓRIA DA LIGA CANÁBICA: a luta pela vida

4 TRAJETÓRIA DA LIGA CANÁBICA: a luta pela vida



*Canta, a Liga canta, cannabis, cativa cantiga
De acalanto, de luta,
encanta enquanto planta a esperança.*

(Ricardo Lucena)

Os capítulos 2 e 3 deste trabalho nos servem de base para compreendermos o contexto de nascitura e as razões que envolvem a militância da Liga Canábica da Paraíba enquanto uma instituição social, que se pauta nas finalidades medicinais de uma planta que sofre preconceito ainda no contexto social, e que tem sua proibição como uma forma de controle social por parte do governo que tem por trás a imensa e rentável indústria farmacêutica. (FIORE, 2012).

Diante disso, em 2015 surge a necessidade de criar um movimento de enfrentamento de um pai e uma mãe: Júlio Américo Pinto Neto e Sheila Dantas Geriz, cujo filho é portador de epilepsia refratária¹⁹ e após várias idas e vindas a médicos, prescrições variadas de medicamentos e cominado a isto o contexto de dor e sofrimento por qual passava o seu pequenino chegando a convulsionar cerca de 40 vezes ao dia. Frente ao sofrimento perceberam que o progresso era pouco ou quase nenhum, sendo assim a partir do conhecimento acerca dos benefícios medicinais da planta, já reconhecidos em países com os Estados Unidos (KIEPPER, 2016), iniciaram uma batalha social e judicial para buscar a autorização de importação do medicamento à base de substâncias da *cannabis*.

¹⁹ A persistência na frequência das crises epiléticas após o uso de pelo menos duas medicações devidamente indicadas para o tipo de epilepsia (focal ou generalizada), utilizadas em associação ou não com outras (ex.: carbamazepina, valproato de sódio, lamotrigina, topiramato, etc.), recebe a denominação de epilepsia refratária ou de difícil controle medicamentoso. Este tipo de epilepsia está presente em 30% dos casos. Após este diagnóstico, é possível fazer novas tentativas com medicações diferentes, mas é imprescindível que o paciente seja orientado quanto à possibilidade em associar um tratamento dietético (dieta cetogênica) ao medicamentoso. Ver: GREGÓRIO, Marcela. **Epilepsia e dieta cetogênica**. Associação Brasileira de Epilepsia – ABE.

Disponível em: <http://www.epilepsiabrasil.org.br/dieta-cetogenica-e-epilepsia-refrataria>. Acesso em 08 jul. 2018.

Tendo em vista que o campo específico deste estudo, centra-se - além da pesquisa documental sobre o acervo da Associação Liga Canábica da Paraíba - nos depoimentos do presidente e vice-presidente da associação por meio de entrevistas livres, importante se faz trazer para a discussão dados históricos da institucionalização e do desenvolvimento da associação, também sob o ponto de vista de nossos entrevistados, além da documentação recolhida em nossa pesquisa de campo. É o que realizaremos a seguir.

O principal obstáculo enfrentado no reconhecimento da cannabis medicinal é o preconceito surgido com o proibicionismo inicialmente ligado a comunidade negra, *“esse preconceito que tem origem no povo negro, pobre... esse preconceito racial, esse preconceito que também tem a ver com categorias de médicos isso atinge muito a gente também, da mesma forma que atinge os negros, pobres de periferia também as crianças pobres e de periferia, os pacientes de cannabis medicinal de periferia acabam sendo atingidos e não tem acesso, não tem dinheiro para comprar um importado, não tem dinheiro para pagar caro num óleo de cannabis e eles não tem direito de produzir o seu próprio remédio.”*²⁰

Neste sentido alude às considerações de Barros e Peres (2012), e de Lunardon (2015) quando da associação à comunidade negra sobre o uso da erva, bem como ao fato de terem trazido a mesma ao território brasileiro. Júlio Américo ainda chama atenção para o caso do preconceito também se fazer presente no seio de algumas famílias que resistiam/resistem a seus familiares fazerem uso de remédios à base da planta, ou de seu óleo, tudo em razão da demonização que se criou em torno da cannabis.

Começou então no ano de 2014 a luta pelo direito, a priori, de comprar no exterior e trazer para o Brasil o medicamento feito a base dos derivados da planta, canabinóides, contudo neste entremeio de burocracias e angústia que refletiam no quadro clínico de seu filho, estes pais adentram na clandestinidade e começam a trazer para o Brasil o remédio à base da planta que em um período de seis meses fez

²⁰ Trecho retirado da fala de Júlio Américo Pinto juntamente com Sheila Dantas Geriz em vídeo publicado nas redes sociais da Liga. O vídeo foi publicado na rede social Youtube no dia 24 de novembro de 2017.

com que a criança saísse de uma situação de 40 convulsões diárias para nenhuma, diz Júlio Américo²¹.

Essa luta iniciada, ou melhor, esse ativismo iniciado parte do conhecimento dos efeitos medicinais presentes nos compostos da planta a partir de uma matéria jornalística divulgada pelo programa de TV dominical da Rede Globo de Televisões Fantástico veiculada em março de 2014²², em que se apresenta a história dos pais Katiele Fischer e Norberto Fischer no tocante as barreiras enfrentadas por eles para se conseguir a importação do remédio à base de CBD para sua filha com 05 anos à época. Ela é portadora de uma patologia rara e sem cura (síndrome CDKL5), e, que, já havia testado todas as medicações possíveis no Brasil, inclusive, se submetido a uma cirurgia para tratar seu quadro de cerca de 80 convulsões por semana, mas que infelizmente não apresentou melhoras.

A fala de Sheila nos faz atinar para as considerações de Morin (1986), Castells (2003) e Thiesen (2013) quando retratam o contexto pós-moderno, especialmente, no tocante ao papel das tecnologias da informação e comunicação com relação a prover o sujeito de informações de modo instantâneo e muitas vezes sem barreiras geográficas.

A matéria sobre a filha de Katiele e Norberto foi impulsionada em razão de um filme/documentário lançado também à época chamado “Ilegal: a vida não espera, dirigido por um jornalista chamado Tarso Araújo, que mais a frente se torna peça importante na trajetória da Liga. O filme faz parte do projeto REPENSE²³ e é desenvolvido em parceria com a Revista Super Interessante, ele mostra histórias de pais que enfrentam os percalços sociais, políticos e jurídicos para se conseguir importar maconha medicinal para o Brasil para tratamento dos seus respectivos filhos, em que dentre as histórias está a de Katiele e Norberto Fischer.

²¹ Idem.

²² A reportagem encontra-se recortada e disponível na rede social Youtube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=jTVuI3STOY4>. Acesso em 28 jan. 2019.

²³ Campanha de conscientização sobre a maconha medicinal proposta pelo Jornalista Tarso Araújo: “Em dois dias no ar, o projeto passou dos 50% da meta de arrecadação e em cinco dias alcançou o objetivo final de R\$ 12 mil. Mais do que o dinheiro para realização do projeto, a campanha do Repense começou e acelerou a construção de uma rede de pessoas no Brasil que podem se beneficiar das propriedades terapêuticas da maconha.” (CARUSO, 2018).

Sheila Geriz e Júlio Américo apontam para o envolvimento deles com a campanha REPENSE quando disseminada na cidade de João Pessoa, com o objetivo de propor uma conscientização a respeito do uso da maconha medicinal em nível nacional: “[...] liderada por aquele jornalista Tarso Araújo, que é autor de almanaque das drogas, que ele veio aqui dar palestra, depois a gente fez uma parceria com ele, e fez a campanha acontecer aqui e também, e em alguns estados aconteceram. E a gente fez um ato aqui na praça da paz com a campanha repense, tem fotos desse ato público. E foi participando de eventos a nível nacional. Depois disso, aí a gente começou a fazer campanha. Teve o filme *Ilegal*, que teve um lançamento em nível nacional e teve o lançamento aqui na Paraíba também, e a gente foi divulgar o filme *Ilegal*, foi numa universidade dessas privadas de sala em sala falando do filme, fazendo campanha.”. (Júlio Américo e Sheila Geriz, 2018).

Neste sentido antes mesmo de se firmarem como uma associação Júlio Américo e Sheila Geriz já atinavam para a necessidade de uma mobilização nacional, no intuito de se romper paradigmas e apresentar, ou melhor, conscientizar os sujeitos sobre o fato de que maconha é remédio também.

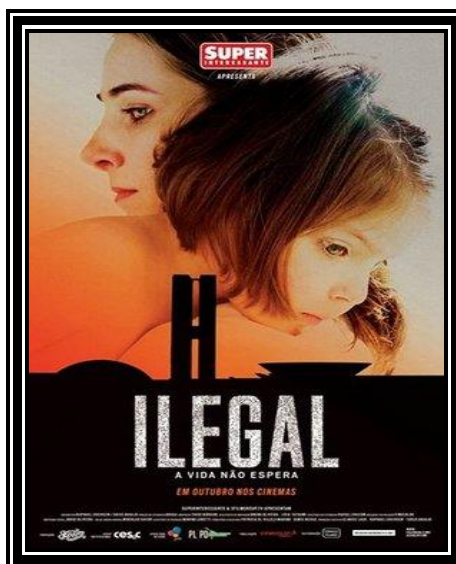
Deparamos então com as considerações de Thiesen (2013) com relação a compreensão do contexto de emergência de uma instituição social. Neste sentido observamos as razões de emergência da Liga Canábica na sociedade e que deixaram marcas no tempo ressignificadas mediante as narrativas orais dos entrevistados combinadas com os materiais tangíveis encontrados no arquivo desta associação.

Posto isso observamos as instâncias que conduziram e forjaram a estruturação de um movimento social - a união, o relacionamento e a ajuda mútua -, e a partir de sua fala observamos as mobilizações iniciais da futura associação em apoio a outros movimentos. Quando da aproximação com o Jornalista Tarso Araújo, verificamos que foi essencial, pois, como diz Júlio Américo: “Ele está dentro desse contexto, e é responsável por esse projeto repense, que é: Repense a maconha medicinal. Repensar no sentido de conscientizar-se do poder terapêutico da planta e tal, então essa campanha REPENSE reproduziu alguns vídeos que a gente usou, inclusive na página da liga tem alguns vídeos dele, tem um vídeo dele chamado Dor.” (Júlio Américo, 2018).

Complementando a fala de Júlio, Sheila afirma que é a partir desses vídeos produzidos pelo jornalista que a maconha medicinal ganhou essa dimensão toda,

especialmente através das histórias de vida retratadas no filme *Ilegal*, pois conseguiu fazer sensibilizar uma parcela da sociedade brasileira, inclusive eles próprios para o uso com seu filho.

Figura 8 – Capa do filme *Ilegal* – A vida não espera



Fonte: <https://filmow.com/ilegal-t106621/>²⁴

Sheila afirma que neste período estava em São Paulo para realizar o último tratamento de Pedro que era a dieta cetogênica e foi quando teve os primeiros contatos com reportagens que versavam sobre a temática. Neste sentido ela alega que neste período seu irmão sinalizou o primeiro relato que viu de uma história dos Estados Unidos: “[...] quando o meu irmão que mora no Tocantins disse que tinha visto - isso no comecinho de 2014, fevereiro de 2014 – aí disse que tinha visto a história de uma menininha que morava no EUA que estava fazendo tratamento com maconha que tinha muita crise e que estava muito bem, só que a gente estava indo para São Paulo tentar a dieta cetogênica, que, era assim, uma das últimas opções de tratamento para Pedro e resolvemos tentar, pois, era muito difícil a gente trazer do Colorado - onde essa menininha morava – e trazer o óleo pra cá, enfim. Vamos tentar a dieta, se não der certo a gente tenta o óleo como última alternativa, né.” (Sheila Geriz, 2018).

²⁴ Na capa está Katiele e sua filha Anny Fischer por trás de uma sombra alusiva ao congresso nacional brasileiro.

Sendo assim, não havendo melhoria de saúde para o seu filho, decidiu então fazer uso do óleo rico em CBD. Retornaram com isso para a Paraíba e assistiram mais uma vez à reportagem do Fantástico em que puderam observar que a menina estava com seu quadro clínico melhor em razão do uso do medicamento:

“A reportagem falava exatamente disso, de uma criança que convulsionava sem parar, como Pedro, tinha ficado bem com o óleo, só que o óleo era extraído da maconha e era proibido no Brasil, só que eles traficavam dos EUA e um certo dia a ANVISA pegou e interceptou e reteve, e a menina ficou sem remédio e voltou a convulsionar, a reportagem era sobre isso. E daí quando vimos a reportagem, falamos: vamos tentar. Vamos usar isso aí.” (Sheila Geriz, 2018).

Entretanto, foi uma tentativa frustrada uma vez que ao conversar com os neurologistas e psiquiatras nenhum quis receitar o medicamento. Desta forma, partiram para a busca em redes sociais dos contatos de Katiele e Norberto Fischer e foi quando através de contato virtual conseguiram se comunicar e obter informações de como era que eles faziam à época a importação do produto por conta própria (clandestinidade) dos Estados Unidos, neste sentido relata Sheila Geriz: *“Eles foram super bacanas com a gente, sinalizaram, disseram como é que a gente buscava... Eles são de Brasília... Aí eles disseram como é que a gente comprava, o site, nos orientaram depois que chegou (o medicamento), como a gente deveria usar, a dosagem, porque os médicos nem tinham conhecimento de nada. Aí a gente começou a usar, e aí era muito complicado trazer, porque era muito caro, corria o risco de ficar retido, além da demora, porque passava três meses pra poder chegar aqui, bem complicado, e daí somente Pedro e G*** que era o filho de J*** usavam nessa época.”* (Sheila Geriz, 2018).

Assmann (2011) chama atenção para a memória corporal, que se cristaliza no cognitivo do sujeito em razão de episódios de dor, sofrimento, impacto psicológico, e nesta perspectiva Júlio e Sheila chamam atenção para um fato – triste e doloroso – vivenciado no tocante ao processo de reclassificação do canabidiol ainda no ano de 2014 em Brasília – DF, quando Sheila e outras famílias participaram da reunião que a ANVISA objetivava reclassificar o canabidiol de substância proscriita para controlada e que tal iniciativa facilitaria o processo de importação.

Ocorre que, dentre os participantes desta reunião, estava a mãe de Gustavo, um menino de um ano e quatro meses que era paciente e usuário de cannabis medicinal e integra uma das histórias retratadas no filme “Ilegal” de Tarso Araújo, “[...] no dia dessa reunião na ANVISA eles não fizeram essa reclassificação, e a mãe do Gustavo que era paciente bem grave que estava tentando trazer, passou três meses para conseguir trazer para o Brasil, na hora dessa reunião Gustavo teve uma convulsão e morreu.” (Sheila Geriz, 2018).

Desse modo Sheila Geriz pôde ver de perto o desespero e dor de uma companheira de ativismo, assim como constatar a necessidade de criação de políticas públicas efetivas e isonômicas para este fim.

Na época, o então presidente da ANVISA Dirceu Barbano negou o pedido de reclassificação do CBD sob a alegação de que não se tinha ainda informações suficientes, especificamente as de viés técnico e científico a respeito dos possíveis efeitos colaterais que a substância pode ocasionar em quem dela faz uso, além disso, o Dirceu alegou que a reclassificação não facilitaria a importação ao passo que muitos remédios comercializados no exterior detinham outras substâncias que iriam continuar proscritas no Brasil, a exemplo do THC.

A alegação do então presidente soou infundamentada para muitos, uma vez que a eficácia do CBD já era uma realidade, assim como o movimento social erguido à época havia levantado, inclusive, literaturas que versavam sobre os efeitos da maconha medicinal, especialmente da substância CBD. Desta forma o sentimento de revolta pairou, inclusive para Katiele Fischer que esperava ansiosa e esperançosa por esta decisão.²⁵

O CBD só veio a ser reclassificado como substância controlada em 2015 no dia 14 de janeiro enquadrando-se assim na lista C1 da Portaria 344/98, que define e regulamenta os controles e proibições de substâncias no país. O então presidente da ANVISA à época era Jaime Oliveira.

Júlio Américo chama atenção que neste mesmo dia (da negativa da reclassificação) estava em João Pessoa e relatou sua revolta em sua página pessoal do

²⁵ Este momento é apresentado no filme “Ilegal: a vida não espera”, inclusive com a fala do então presidente da ANVISA Dirceu Barbano.

facebook e mesmo não havendo a necessária reclassificação do componente da planta continuaria traficando, pois era a vida do seu pequenino que estava em risco. Sua afirmação ganhou repercussão nas redes sociais e com isso chamou atenção do Jornal da Paraíba que o contataram desejosos de realizar uma entrevista com ele e publicar uma matéria.

De pronto ele aceitou o desafio de “colocar a cara a tapa” e mostrar para todos e todas as razões de sua luta, bem como sua insatisfação com relação ao adiamento da decisão da ANVISA, como registrado em sua página e trazido à matéria que é estampada com a foto de Júlio e Sheila juntamente com seu filho Pedro, ele registra:

“Quanta tristeza por essa decisão da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Eles não têm coração. Mas assumo publicamente: tráfico e continuarei traficando o canabidiol e denunciando esse verdadeiro crime contra a saúde pública; um verdadeiro atentado aos direitos humanos. Tenho orgulho de ser preso por traficar vida para meu filho.” (Júlio Américo, 2018).

A matéria foi divulgada no dia 12 de agosto de 2014 na coluna “Cidades” do Jornal da Paraíba pela jornalista Lucilene Meireles (Figura 9). Ele afirma ainda, conforme a matéria jornalística, que é o momento de ir contra o sistema e desobedecer publicamente às normas legais impostas especialmente para conseguir ver os avanços do quadro clínico do seu filho que à época havia retornado a olhar as pessoas nos olhos.

Figura 9 – Júlio e Sheila na matéria alusiva a posição da ANVISA em adiar a decisão da reclassificação do canabidiol



Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

O ativismo começou a ser reforçado por parte de Júlio Américo e Sheila Geriz, entendendo que não mais se tratava de situações individualizadas, mas sim, de uma questão de saúde pública em que inúmeras famílias poderiam ser beneficiadas. Desta forma, Júlio Américo afirma que as ações eram variadas e reforça que começou “[...] a fazer rifas, a gente fazia rifas, colocava o povo pra vender, ia atrás das universidades, nessa época a gente procurou apoio do pessoal da OAB, fomos em vários locais, a gente fez visita na receita federal, fez visita À polícia federal, levava essas mães, todo mundo.” (Júlio Américo, 2018).

Observamos com isso o início de formação de um verdadeiro movimento social que se pauta, neste momento, no desejo de melhoria da qualidade de vida de seus familiares, por conseguinte, na necessidade de importação do medicamento à base de CBD, em que discutiremos o referido processo para aquisição do remédio a seguir.

4.1 O DIREITO DE USO DE UMA ERVA MEDICINAL

O contexto de atuação neste momento histórico se deu basicamente em conseguir facilitação quanto a importação, isenção de impostos para se evitar os 60% cobrados pela importação e que tornava o medicamento assim como o processo no todo bastante custoso financeiramente falando. Neste sentido Júlio Américo ainda aponta outras ações: *“começamos a falar, quando fomos na polícia federal pra conseguir que eles não barrassem e não colocassem dificuldade quando entrasse (o medicamento) aqui no Brasil, e a gente saiu, foi indo.”* (Júlio Américo, 2018).

Júlio Américo chama atenção ainda para outro momento vivenciado por ele e Sheila Geriz ainda enquanto não eram registrados como Liga, mas já possuíam o reconhecimento social da luta. Foi quando houve a apreciação por parte do Senado Federal brasileiro da Sugestão de Melhoria - SUG Nº 8/2014²⁶ recepcionada pela Câmara de Direitos Humanos em 11 de fevereiro de 2014 e que obteve uma adesão de muitos brasileiros - cerca de 20 mil assinaturas nas palavras de Júlio Américo.

De relatoria do então senador Cristovam Buarque (PDT/DF) trouxe inúmeras discussões em torno do uso recreativo e medicinal dos componentes da planta. Complementando:

A repercussão da SUG no 8/2014 impulsionou também a apresentação, na Câmara dos Deputados, de dois projetos de lei que autorizam a produção e a comercialização de maconha no país, além de reivindicações judiciais por parte de pais de crianças portadoras de síndromes raras associadas a epilepsias de difícil controle, que têm se beneficiado do óleo de maconha, rico em Canabidiol (CBD). (KIEPPER e ESHER, 2014, p. 2).

Júlio Américo afirma que em agosto de 2014 se deu a discussão da SUG Nº 8/2014 e ele, Sheila e outras famílias se mobilizaram para participar desse momento e partilhar suas experiências com os políticos numa tentativa de sensibilizá-los quanto à problemática da importação e da classificação do canabidiol como um

²⁶ Proposta por André Kiepper analista de gestão em saúde da Fundação Oswaldo Cruz, que alguns de seus estudos foram discutidos no decorrer deste trabalho.

proscrito. Nas audiências que antecederam a discussão da sugestão de melhoria foi verificado que o debate não avançava. Segundo Júlio Américo: *“Nas audiências públicas nem se falava na maconha medicinal, era só falando daquelas histórias de quem era a favor da liberação, dos outros quem eram contra, que aquela droga que era porta de entrada para outras drogas, aquela coisa toda.”* (Júlio Américo, 2018).

Diante disso constataram a necessidade se realizar uma intervenção lá, e assim ele relata: *“Produzimos uma camisa que era ‘Canabidiol, nossa luta é pela vida’, na época era Canabidiol que a gente usava, e daí escondemos a camisa e quando chegamos lá no senado abrimos (quando estávamos todos sentados dentro do senado), e deram espaço pra gente. Foi muito interessante, pois, a nossa intervenção lá gerou uma reviravolta lá dentro, porque uma das mães que foram com a gente a L**, ela botou um vídeo do filho dela convulsionando, então ela começou a fala dela colocando o vídeo, então chocou muita gente. Teve gente que estava na mesa que chorou, que se emocionou e tudo. Ali, naquele momento, o Cristovam Buarque disse “uma coisa me parece que é consenso aqui, que a gente precisa apressar, dar prioridade à essa questão medicinal”, aí continuaram a audiência, só que essa questão medicinal passou a ser vista como prioridade, e foi a primeira intervenção da gente fez.”* (Júlio Américo, 2018).

O referido momento foi relatado pelo Jornal Correio da Paraíba no dia 26 de agosto de 2014 (Figura 10). Na matéria jornalística é registrado que a audiência durou mais de quatro horas e que se deu oportunidade de fala para mais de 30 pessoas. Outra questão que o jornal aponta é que embora tenha havido falta de consenso no tocante a legalização para uso recreativo, por outro lado os parlamentares presentes naquele dia ficaram sensibilizados quanto a urgência em se acelerar decisões com relação ao uso medicinal da planta e desta forma a comitiva de paraibanos presentes naquele momento fez toda a diferença relatando os efeitos medicinais da planta, já apontados por Carlini (2001), Kiepper e Esher (2014), Silva (2003).

A matéria é estampada com uma fotografia de Sheila Geriz abraçada a outra mãe, emocionadas, pois o Senado Federal resolvera tratar com urgência a legalização para fins medicinais da planta.

Figura 10 – Matéria sobre a audiência que discutiu a SUG Nº 8/2014



Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

Júlio ressalta que se tratou de um momento muito importante e difícil ao mesmo tempo, importante vez que se começou a moldar a identidade da futura associação e difícil porque receberam muitas agressões. Segundo relata Júlio Américo, muitas pessoas apontaram para o fato de eles estarem fazendo uso dos filhos para se conseguir a liberação da maconha no Brasil e afirma: *"Depois disso aí, foi quando deu um 'boom' nesse movimento a nível nacional e a gente passou a ser meio que uma referência, e as pessoas passaram a se comunicar. Foi quando se formou um grupo também."* (Júlio Américo, 2018).

De fato, foram esforços necessários e frutíferos, que se refletiram em janeiro de 2017 com a aprovação da maconha como erva medicinal pela ANVISA, possibilitando a produção, manufatura, exportação, importação, posse ou uso da

planta para fins médicos e científicos, mas sempre passando pelo crivo dos órgãos públicos de fiscalização²⁷.

No tocante à negação da classe médica em prescrever o medicamento à base de cannabis, Sheila Geriz chama atenção que parte desta resistência da classe médica situa-se no fato do CFM ter emitido uma resolução que autoriza o uso compassivo do canabidiol exclusivo para o tratamento de epilepsias refratárias aos tratamentos convencionais – Nº 2113/14 – mas que limita a emissão desta prescrição a algumas especialidades médicas como a neurologia e suas áreas de atuação, neurocirurgia e psiquiatria. Neste sentido, os médicos que venham a receitar o tratamento terapêutico com medicamentos à base de cannabis estariam indo contra seu órgão de classe.

Para Sheila Geriz, trata-se de uma “[...] *uma resolução ilegal porque não pode haver limitação a essa prescrição*”. A resolução ainda enfatiza em seu 4º a proibição ao uso da planta *in natura*

Art. 4º É vedado ao médico a prescrição da cannabis *in natura* para uso medicinal, bem como quaisquer outros derivados que não o canabidiol; Parágrafo único. O grau de pureza do canabidiol e sua forma de apresentação devem seguir as determinações da Anvisa.

Todos os pacientes devem estar cadastrados junto ao sistema CRM/CFM para efeitos de acompanhamento de segurança e verificação de possíveis efeitos colaterais, bem como, tanto os pacientes como seus respectivos representantes legais devem estar cientes dos riscos e benefícios potenciais por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Outrossim, todos os médicos que desejarem prescrever os medicamentos, também devem estar cadastrados previamente no mesmo sistema. A resolução em seu Anexo IV requisita que

Após a introdução do medicamento, o médico deverá encaminhar ao CFM, por via eletrônica, o Relatório de Acompanhamento (Anexo

²⁷ G1. **Anvisa inclui Cannabis sativa em lista de plantas medicinais**. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/anvisa-inclui-cannabis-sativa-em-lista-de-plantas-medicinais.ghtml>. Acesso em 30 ago. 2017.

III), devidamente preenchido, com uma periodicidade de 4 (quatro) a 6 (seis) semanas, no primeiro ano e de 12 (doze) semanas após esse período. (CFM, 2014).

A autorização para importação é tramitada via ANVISA, e quando é concedida pelo órgão de fiscalização detém 01 ano de validade, diferentemente de épocas anteriores em que o paciente deveria possuir uma autorização para cada compra que necessitasse fazer. Conforme alude Júlio Américo: “[...] *tem validade de um ano e precisa ser renovada. Antes nem era, cada compra você tinha que ter uma autorização, aí agora houve uma facilitação nesse sentido pra isso.*”²⁸

Imbuídos então da certeza de eficiência da aplicabilidade do remédio, Júlio Américo e Sheila Geriz se unem a outras famílias que compartilham de situações similares em seus lares, e decidem recorrer judicialmente para se ter o direito de compra, sem a necessidade de prescrições médicas ou autorizações da ANVISA para tal.

Sheila relata que quando ministrou pela primeira vez o medicamento em seu filho por volta de abril de 2014 – logo após terem estabelecido contato com Katiele e Norberto Fischer e terem conhecimento do processo de compra – rapidamente percebeu melhoras e a partir disso atinou para o fato de questionar outras famílias que tinham crianças com a mesma patologia do seu filho – aqui da Paraíba – sobre se tinham conhecimento do uso do medicamento: “[...] *contatamos oito famílias e todos estavam na mesma situação só que não usavam, a gente que tava comprando assim mesmo, sem receita e por nossa conta. E eles não, estavam tentando ver como fazer. Aí a gente comprou ainda umas duas vezes com esse grupo maior, ilegalmente e resolvemos entrar na justiça pra ter o direito de comprar sem autorização, sem passar pela ANVISA.*” (Sheila Geriz, 2018).

Sheila Geriz ressalta que as respostas das famílias foram unânimes no sentido de não conseguirem prescrições médicas para fazerem a solicitação formal à ANVISA, pois os médicos não queriam prescrever. Nessa direção, apontamos para o fato do preconceito, de certo modo, que a classe médica apresenta sobre a utilização

²⁸ Trecho retirado de entrevista realizada pelo pesquisador Josemar Junior no dia 16 de julho de 2018.

dos derivados da planta ou mesmo por conta da regulação legal agressiva sob a questão do seu uso. Frisamos também o preconceito até com relação às pesquisas científicas: *“A gente conhece pesquisadores que passam de quinze dias a um mês no conselho de ética para aprovar um projeto, quando de cannabis eles passam 7 meses para aprovar... quando aprovam.”* (Júlio Américo, 2018).

Observamos que o preconceito inclusive avança para dentro dos muros da academia em que muitas vezes obstaculizam pesquisadores a tratar deste assunto. Vale ressaltar que parte da classe médica desempenha papel contrário a utilização da planta, pois: *“[...] muitas vezes não se interessam, desaconselham seus pacientes de usar ou até ameaçam não acompanhar mais o paciente porque eles estão usando”*. (Júlio Américo, 2018).

Deste modo visualizamos as variadas formas de preconceitos enfrentadas pelo então grupo de pessoas na batalha pela garantia de uma saúde com mais qualidade, por avanços no quadro clínico de seus familiares, o que soa contraditório haja vista a saúde ser um direito fundamental conferido pelo art. 5º da Constituição Federal de 1988 e que deve ser garantido pelo Estado.

Nas palavras de Sheila Geriz no vídeo divulgado no Youtube, ela pontua o que foi sentir na pele ter o acesso a uma melhoria na qualidade de vida do seu filho e como foi difícil *“lutar e tentar no início, fazer uso, há 4 anos atrás, quando Pedro tinha cerca de 40 convulsões por dia e mesmo assim nenhum dos neurologistas que acompanhavam ele topavam prescrever, acompanhar o tratamento.”* (Sheila Geriz, 2018).²⁹

É forçoso então considerar que muito embora as comprovações científicas acerca dos canabinóides presentes na planta estejam veiculadas nos meios de comunicação, uma parcela da classe médica resiste em requisitar e com isso assistir casos para averiguar de perto os avanços propiciados pelo medicamento.

Diante do compartilhamento de um mesmo sentimento e necessidade, um grupo de pais e familiares viu a necessidade de se criar uma força no combate a esta repressão e barreiras impostas a obtenção de um direito, foi aí que resolveram

²⁹ Trecho retirado da fala de Júlio Américo Pinto juntamente com Sheila Dantas Geriz em vídeo publicado nas redes sociais da Liga. O vídeo foi publicado na rede social Youtube no dia 24 de novembro de 2017.

requerer judicialmente, neste primeiro momento, o direito de comprar o medicamento no exterior sem prescrição médica ou autorizações da ANVISA, pois até aquele momento não havia médicos que quisessem prescrever o medicamento. Júlio relata que foi necessário fazer força e reunir outras pessoas, especialmente as que possuíam familiares acometidos de patologias tratáveis com a medicação: “[...] a gente começou a procurar outras mães, quando a gente viu que a coisa estava dando certo, a gente começou a entender que a gente tinha que buscar outras pessoas também, a gente procurou, juntou essas mães, a gente começou a fazer campanha para conseguir dinheiro pra comprar, a gente trazia no início ilegalmente, a gente traficava mesmo até que ia acontecer na ANVISA nessa época a reclassificação do canabidiol.” (Júlio Américo, 2018).

Sheila Geriz, quando entrevistada por nós no dia 16 de julho de 2018, atina para a grande dificuldade dos pacientes e assim se expressa: “A maior dificuldade dos pacientes é isso, o paciente com dor, com Parkinson, com Alzheimer, dificilmente ele vai encontrar um médico que queira prescrever, pois precisa da prescrição e de um laudo médico falando já ter percorrido vários tratamentos sem melhora e os documentos pessoais, que aí você vai no site da ANVISA preenche o formulário³⁰ lá anexando esses documentos, tem um termo de responsabilidade para você assinar e o seu médico também, e entre 15 e 30 dias no máximo, dependendo da época do ano, chega no seu e-mail um ofício lhe autorizando comprar.” (Sheila Geriz, 2018).

A autorização concedida pela ANVISA é pautada em dois dispositivos legais. O primeiro é a RDC nº 66 de 18/03/2016 que estabelece os critérios e os procedimentos para a importação, em caráter de excepcionalidade, de produto à base de Canabidiol em associação com outros canabinóides, por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde. O segundo é a Portaria – PRT nº 344 de 12/05/1998 que valida o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, que inclui “os medicamentos registrados na ANVISA que possuam em sua

³⁰ O formulário é disponibilizado de forma eletrônica através da plataforma FormSUS, no link: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=19489. O modelo do formulário de forma física encontra-se no Anexo B deste trabalho e após preenchido por ser encaminhado por e-mail (med.controlados@anvisa.gov.br) ou por correio [Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Gerência de Produtos Controlados (GPCON) - Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) - Trecho 5, Área Especial 57, Brasília (DF) - CEP: 71205-050].

formulação derivados de Cannabis sativa, em concentração de no máximo 30 mg de tetraidrocannabinol (THC) por mililitro e 30 mg de canabidiol por mililitro". (ANVISA, 1998)³¹.

A emissão de autorização excepcional para a realização da importação é necessária, pois os produtos contêm substâncias proscritas e que necessitam de um controle supervisionado diretamente pela autoridade competente, em cumprimento a acordos internacionais. Não há medicamentos registrados na Anvisa a base de Canabidiol.³²

No site da ANVISA é disponibilizado um passo a passo para tramitar a referida solicitação. Enquanto o usuário clica em cada etapa uma nova aba é aberta para a obtenção de informações e, quando for o caso, preenchimento eletrônico dos dados requisitados. Neste sentido, percorre o seguinte caminho:

Esquema 3 - Etapas para solicitação/tramitação do pedido de importação do medicamento



Fonte: Adaptado do site da ANVISA.

³¹ BRASIL. ANVISA. PORTARIA/SVS Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. Republicada no DOU nº 21, de 01 de fevereiro de 1999.

³² Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Passo a passo para importação de produtos a base de Canabidiol**. Site da ANVISA. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/informacoes-tecnicas13?p_p_id=101_INSTANCE_WvKKx2fhjdjM2&p_p_col_id=column-2&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=2&_101_INSTANCE_WvKKx2fhjdjM2_groupId=33868&_101_INSTANCE_WvKKx2fhjdjM2_urlTitle=solicitacao-de-importacao-de-produtos-a-base-de-canabidiol&_101_INSTANCE_WvKKx2fhjdjM2_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_INSTANCE_WvKKx2fhjdjM2_assetEntryId=3824655&_101_INSTANCE_WvKKx2fhjdjM2_type=content. Acesso em 24 jan. 2019.

No caso dos documentos que necessitam ser anexados e mencionados, de acordo com as especificidades da ANVISA são os seguintes, e precisam estar em consonância com os requisitos do órgão. Vejamos:

Quadro 1 – Documentos requisitados pela ANVISA para solicitar importação do canabidiol.

DOCUMENTO	REQUISITOS
Receita Médica	Deve conter nome do paciente, nome comercial do produto, posologia, quantitativo necessário, tempo de tratamento, data, assinatura e carimbo do médico, com o número de registro no conselho de classe;
Laudo Médico	Deve conter descrição do caso, justificativa de uso em comparação às alternativas terapêuticas existentes no Brasil, tratamentos anteriores, nome do paciente, data, assinatura e carimbo do médico, com o número de registro no conselho de classe;
Declaração de Responsabilidade e Esclarecimento	Com assinatura do paciente/responsável e do médico, local e data.

Fonte: Adaptado do site da ANVISA.

Cumpre mencionar que se por ventura ocorrer uma alteração de qualquer dado da prescrição do produto emitida inicialmente durante a validade do cadastro e/ou o quantitativo autorizado não seja suficiente para o período, o paciente deverá encaminhar uma nova prescrição médica e requisitar a alteração necessária através de e-mail ou via plataforma FormSUS. Igualmente, quando o paciente necessitar renovar o cadastro, depois de decorrido o período de um ano, será necessário apresentar um novo laudo médico contendo: a evolução do caso depois da utilização

do produto à base de Canabidiol, nome do paciente, data, assinatura, carimbo e número do registro do profissional prescritor em seu conselho de classe. E ainda, uma nova prescrição contendo impreterivelmente nome do paciente e do produto, posologia, quantitativo necessário, tempo de tratamento, data, assinatura e número do registro do profissional prescritor em seu conselho de classe.

Sheila Geriz aponta para essa questão da autorização via ANVISA como uma atenuante ao desejo de melhora do paciente em razão do tempo e da burocracia e faz um comparativo com a liminar alcançada pelo grupo ao afirmar que no cenário internacional: “[...] as empresas dos EUA e Europa, que são os dois pólos, só mandam se você mandar a autorização da ANVISA, e, no nosso caso não, como a gente tem a sentença judicial que falamos no início, a gente apresenta a sentença e aí não tem essa limitação de quantidade, de óleo, de marca, é bem livre.” (Sheila Geriz, 2018).

Além disso, na entrevista disponibilizada na rede social da Liga (Facebook) e no youtube, ambos reforçam a questão do enfrentamento do preconceito não só de ordem social, mas também econômica que envolve a grande indústria farmacêutica. Sob este ponto Júlio Américo coloca que não somente a indústria farmacêutica, mas também as grandes empresas de cannabis considerando “que estão prontas já pra entrar, você veja que tem o Mevatyl³³ que é um medicamento produzido por uma britânica... uma empresa farmacêutica britânica que deve entrar no primeiro semestre aqui no país custando cerca de R\$ 1.800,00.” (Júlio Américo, 2018).³⁴

Observamos na fala de Júlio Américo que esta ação das empresas estrangeiras acentua ainda mais as desigualdades sociais, sobretudo no acesso a saúde quando o valor cobrado para um remédio é de difícil acesso por parte da população. Outra

³³ O MevatylTM é indicado para tratar os sintomas de pacientes adultos que apresentam espasmos de moderados a graves, por causa da esclerose múltipla (EM). O medicamento deve ser usado por pacientes que não apresentaram bons resultados após a utilização de outras medicações antiespásticas e que demonstraram melhora significativa dos sintomas relacionados à espasticidade na fase inicial do tratamento com o MevatylTM. Ver: BEAUFOUR IPSEN FARMACÊUTICA LTDA. Mevatyl: **Bula do paciente**.

Disponível em:

http://www.anvisa.gov.br/datavisa/fila_bula/frmVisualizarBula.asp?pNuTransacao=950732017&pIdAnexo=4676126. Acesso em 08 jul. 2018.

³⁴ Trecho retirado da fala de Júlio Américo Pinto juntamente com Sheila Dantas Geriz em vídeo publicado nas redes sociais da Liga. O vídeo foi publicado na rede social Youtube no dia 24 de novembro de 2017.

questão apontada por Júlio Américo é que embora tivessem ganhado o direito de importar o medicamento tudo ficava condicionado à apresentação de laudos médicos e prescrições, o que se tornava um entrave uma vez que a classe médica se mostrava resistente a requisitar o medicamento com medo de represálias.

Outrossim, a questão de mobilidade, pois a Receita Federal não permitiu que o medicamento chegasse até as suas zonas geográficas de destino – no caso, a Paraíba. Conforme reportagem jornalística acima mencionada, o medicamento ficava retido no aeroporto de Campinas na cidade de São Paulo, desta forma além do gasto financeiro com a importação do medicamento ainda teriam mais gastos com o deslocamento de João Pessoa-PB até São Paulo-SP e ainda diante de tudo isso precisavam se ater a questão do vencimento do medicamento que se dava dentro de 15 dias. Sendo assim, para muitas famílias a importação se tornou inviável em face ao seu caráter oneroso, bem como dispendioso, o que fez com que a importação clandestina continuasse.

Neste sentido Sheila Geriz chama atenção para essas outras formas de acesso que são consideradas ainda ilegais, que se dá muitas vezes: *“[...] através de uma rede cultivadores que cultivam ainda de forma ilegal e vendem para todo o Brasil. E também pelos pacientes que estão cultivando, estava vendo agora mesmo uma matéria que mamãe mandou pra mim de uma mulher lá em Curitiba que tem câncer e conseguiu habeas corpus para cultivar em casa e fazer o óleo dela em casa para o tratamento. Tem se multiplicado esses casos, tem muitos pacientes que estão conseguindo autorizações individuais.”* (Sheila Geriz, 2018).

Neste contexto observamos que muito embora os dispositivos jurídico-legais criados no intuito de se punir e controlar o uso de plantas psicotrópicas, a exemplo da cannabis, a sociedade ainda consegue burlar tais aparelhamentos, e fazer o cultivo no anonimato.

Observadas as burocracias para se importar o medicamento e tendo em vista a ação judicial impetrada na esfera cível, o então grupo composto de 16 famílias ganha na justiça uma liminar, e com a referida ação se tornam os pioneiros no estado da Paraíba a conseguirem autorização judicial para importar o medicamento para o Brasil. O que já se registra uma grande vitória no combate ao preconceito e, por

consequente, o rompimento de paradigmas sociais, conforme divulgado em matéria publicada no jornal Correio da Paraíba no dia 29 de julho de 2014, como se pode ver a seguir:

Figura 11 – Registro do dia em que as famílias foram ao MPF protocolar ação



Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

Apenas um ano depois os médicos começaram a se interessar pela questão medicinal que envolve planta, haja vista acompanharem de perto a melhora dos pacientes usuários.

“Foi o primeiro grupo que conseguiu uma autorização dessa natureza e até hoje conseguimos tratar os nossos filhos dessa forma, hoje né... eu acho que um ano pra cá os médicos começaram a se interessar, pelo menos perguntar, depois que começaram a ver a melhora das crianças que foi impressionante, nosso filho, por exemplo, tinha cerca de quarenta convulsões por dia e hoje já vai fazer seis meses que ele não tem nenhuma crise. Uma criança que mal sustentava o pescoço, agora está andando. Então assim, é uma mudança de vida que não há médico que não se curve.” (Sheila Geriz, 2018).

Conforme visualizamos na matéria jornalística publicada pelo Jornal Correio da Paraíba (Figura 12) em 19 de agosto de 2014 a liminar judicial foi conseguida no dia 18 de agosto do mesmo ano sob a condição de que com o seu não cumprimento

fixa uma multa de dez mil reais. Vale mencionar um trecho na liminar e ressaltado na matéria do jornal em que a Justiça destaca um trecho de texto divulgado na Revista Justiça e Educação (CEJ), do Conselho das Escolas de Magistratura Federal e dos Centros de Estudos Judiciários:

*“Saúde é um valor humano, ascende ao imaterial, ao intangível.
Ao direito cumpre a missão de preservá-la. Daí a ideia do direito à proteção da saúde.
Trata-se de direito de dupla face, que se insere no âmbito dos direitos fundamentais
e na ordem dos direitos de personalidade, marcados pela essencialidade
e indisponibilidade dos bens”.*

Figura 12 – Notícia quanto à aprovação da liminar impetrada pelas famílias



Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

Neste quadro se vê a necessidade de erguer ainda mais forças constituindo um movimento de militância e assim batalhar a favor da causa, no intuito de fazer com que o Estado voltasse seus olhos de forma sensível para a causa, bem como buscando criar e efetivar políticas públicas para o uso da cannabis medicinal, mas não somente no que diz respeito a produção do óleo da maconha, igualmente no tocante ao próprio cultivo, ao beneficiamento, a pesquisas clínicas, e assim haja um estado ávido e autônomo capaz de produzir e propiciar as condições necessárias para que a

população tenha acesso ao medicamento, e não através do que se é imposto por um capitalismo selvagem refletido no domínio de grandes empresas.

Neste diapasão iniciou-se o movimento mais forte e substancial em torno da descriminalização da substância, ou seja, criação de reivindicações para que a ANVISA procedesse com a reclassificação do canabidiol de substância proscrita para legal, no caso de pacientes portadores de epilepsia de difícil controle, e mais além, a efetivação de uma política pública voltada a distribuição do medicamento via Sistema Único de Saúde – SUS, para que assim as camadas sociais menos favorecidas tenham acesso aos benefícios do medicamento, por conseguinte, de uma saúde igualitária.

Nesta direção se iniciaram as primeiras passeatas e manifestações, como a caminhada ocorrida no dia 17 de agosto de 2014 intitulada “Gotas pela vida libera Anvisa” no busto de Tamandaré na cidade de João Pessoa. Os manifestantes foram munidos de cartazes com frases de efeito, bem como produziram camisas alusivas ao movimento. A proposta desse movimento era a de fazer com que a ANVISA reclassificasse o canabidiol para fins medicinais através de uma liminar instaurada pelo Ministério Público na Paraíba favorável a uma ação pública de efeitos nacionais. A caminhada ganhou notoriedade e foi divulgada pela mídia local, através de reportagem jornalística conforme visualizamos na figura 13.

Figura 13 – Matéria sobre a passeata “Gotas pela vida libera ANVISA”



Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

Nesse momento toda imprensa pessoense se fazia ali presente. Nas palavras de Julio Américo (2018): *“Olhe... foi quase toda a imprensa junto, as televisões todas estavam lá, jornais, então foi um ‘boom’.* E foi isso aqui que acabou gerando esse movimento todo e o pessoal começou a meio se questionar.”

O movimento começou a trazer aderência de pesquisadores, civis, professores, estudantes, enfim, os olhos começaram a se voltar para um verdadeiro problema de saúde pública. A caminhada obteve repercussão nacional e seus frutos foram colhidos dias depois. Especificamente no dia 22 de agosto de 2014, o Conselho Federal de Medicina se pronunciou no tocante a recomendação do tratamento com o medicamento.

Segundo conselheiro Marco Aurélio Smith, de acordo com a matéria publicada no Jornal da Paraíba no dia 18 de agosto de 2014, nesta mesma data o CFM estava em fase de conclusão de uma resolução recomendativa à prescrição do medicamento por parte da comunidade médica ao tratamento de pacientes portadores de patologias neurológicas com previsão de validade da mesma no início de setembro do referido ano.

Em matéria publicada no mesmo jornal já no dia 22 de agosto visualizamos o retorno do CFM no tocante a reivindicação instituída na cidade de João Pessoa. Conforme o recorte de jornal, CFM manifestou-se no tocante a comprometer-se em emitir uma Resolução no início de setembro para recomendar que a classe médica prescrevesse maconha medicinal como tratamento de patologias neurológicas, que, no caso, foi a Resolução CFM Nº 2113/14 já discutida e analisada mais acima.

Figura 14 – Matéria sobre a manifestação do CFM no tocante a prescrição do medicamento

CIDADES
Paraíba • Sexta-feira, 22 de agosto de 2014 B1

PREVISÃO DO TEMPO	TEMPERATURA	MARÉS	FASES DA LUJA
LITORAL Nublado a parcialmente nublado com chuva isolada	Máx. 33°C	ALTA 02:28 2.1m	MINGUANTE 17 de agosto
AGRESTE/BREJO Nublado a parcialmente nublado com chuva isolada	Min. 15°C	14:49 2.1m	CRESCENTE 02 de setembro
SERTÃO Nublado a parcialmente nublado com possibilidade de chuva isolada	Ventos: fracos/moderados	BAIXA 08:38 0.6m	NOVA 25 de agosto
		20:45 0.6m	CHEIA 08 de setembro

PRESCRIÇÃO DO CANABIDIOL

CFM VAI LIBERAR

Conselheiro diz que órgão publicará resolução recomendando medicamento para tratar pacientes com doenças neurológicas

AINOÁ GEMINIANO
O Conselho Federal de Medicina (CFM) vai emitir uma resolução, no início de setembro, recomendando o uso do Canabidiol como tratamento de patologias neurológicas. Segundo o neurologista Marco Aurélio Smith, conselheiro do CFM, o documento está em fase de conclusão, faltando apenas uma votação do conselho para confirmar a publicação. Marco Aurélio disse que já é consenso na comunidade médica que o Canabidiol é muito eficaz no combate a diversas doenças. "Desde junho temos acompanhado os estudos que são feitos no mundo inteiro com a substância e todos apontam para o mesmo resultado. Canabidiol é mesmo uma substância muito perfeita", disse. Por ser um composto extraído da maconha, o medicamento é proibido no Brasil e, por consequência, os profissionais de saúde são proibidos de prescrevê-lo, com exceção dos casos que atendem à ordem judicial. A descoberta de que o Canabidiol é eficaz no tratamento de pacientes que apresentam crises convulsivas de difícil controle, gerou uma mobilização no País para que o medicamento entre na lista dos medicamentos liberados. Em nota, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informou que está discutindo a reclassificação do Canabidiol, mas que, independente disso, tem garantido o acesso dos pacientes ao produto. Porém, para conseguir esse acesso, os interessados precisam apresentar vários documentos, entre eles a prescrição médica. A dificuldade de conseguir receita, o que resulta na impossibilidade de acesso ao remédio, levou 16 famílias paraibanas a recorrer à Justiça e conseguirem, no início desta semana, uma liminar que obriga a Anvisa a liberar a importação e acoberta os médicos a prescreverem. "Tentamos durante muito tempo uma receita para fazer o protocolo exigido pela Anvisa, mas nenhum médico queria se arriscar. O resultado é que ficamos assistindo a nossos filhos viverem sob risco de morte, por conta de burocracia. Nossa sorte foi que conseguimos o apoio do Ministério Público Federal, que moveu a ação junto conosco", disse o psicólogo Júlio Américo Pinto, pai de Pedro, 4 anos, que chegou a ter 30 crises convulsivas diárias.

Caravana vai ao Senado na segunda
No próximo segundo-feira, o Conselho de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal vai realizar uma audiência pública para ouvir setores da sociedade civil sobre o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha. A reunião foi proposta pelo senador Crizóteno Boregas, que chegou a bancada da saúde superior da sociedade para formular sua voto na Sessão nº 8/2014, que trata da regulamentação da droga. Cinco dos 16 representantes das famílias que conseguiram o liminar judicial vão aproveitar o momento para propor um projeto em caráter prioritário, que libera o uso medicinal da droga. Segundo Júlio Américo, um dos membros do coletivo que irá à capital federal, o documento sobre a regulamentação da maconha para uso recreativo deve ficar em segundo plano. "Queremos mostrar aos senadores que existe um número grande de famílias brasileiras que sofrem vendo os filhos à beira da morte, sem ter acesso ao tratamento que pode salvá-los. Vamos pedir que analisem primeiro este assunto e de forma urgente", explicou.

Grupo fez mobilização no domingo, pedindo a liberação
MANO DE CARVALHO
Um grupo de pessoas fez uma mobilização no domingo, pedindo a liberação do Canabidiol. O grupo segurava cartazes com o texto "CANABIS É SAÚDE" e "CANABIS É ESPERANÇA".

MAQ-LAREM
Há mais de 20 anos imprimindo qualidade
SISTEMAS DE IMPRESSÃO
PARAIBA - RIO GRANDE DO NORTE
ALAGÓIS - PERNAMBUCO
(81) 3331-8614 / WWW.MAQ-LAREM.COM.BR

Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

O protagonismo assumido por Júlio Américo e Sheila Geriz juntamente às outras famílias no campo social os fez ganhar reconhecimento, mais que isso, conseguiram ganhar confiança de uma parcela da sociedade no tocante ao apoio dado à utilização de *cannabis* medicinal, o véu do preconceito começou a ser rasgado a partir das discussões e manifestações realizadas. Neste sentido o movimento começou a tomar proporções nacionais ao ponto que se fundou um grupo chamado "Turma do Bem": "E começou a juntar pacientes de vários estados que estavam militando e

disso aqui começou uma discussão para se fundar a associação que no final de 2014, que em 13 de dezembro, a gente foi pra lá, inclusive foi com proposta, a gente levou uma coisa pra defender o nome da associação e tudo, depois saiu outro nome, mas a gente foi e nesse lançamento da associação a AMAME que foi a primeira associação.” (Júlio Américo, 2018).

Júlio Américo informa ainda que ele aparece como pessoa indicada a ser o presidente da referida associação, que no momento era composta por *“pacientes, não pacientes, cultivadores, tinham várias pessoas também que estavam lá”*, diz ele. Em meio às divergências surgidas, o que era comum por se tratar de pessoas de regionalidades diversas e, por conseguinte hábitos e formas de pensar também, Júlio surge como a pessoa que consegue mediar os conflitos, pois estava havendo muitas divergências e com isso surge como a pessoa que conseguia equacionar tais divergências: *“[...] os cultivadores aceitaram meu nome e as outras pessoas que estavam lá também aceitaram”*.

Isto fez com que Júlio Américo se tornasse o primeiro presidente de uma associação de pacientes usuários de cannabis medicinal no Brasil. Sheila Geriz informa que até se chegar nesse processo de fundação da associação, as reuniões se davam de 15 em 15 dias via Skype onde se *“discutia como estavam os filhos, era todo mundo que tinha epilepsia refratária, enfim”*, seguindo uma linha de auxílio e compartilhamento de experiências. Neste sentido, *“surtiu essa necessidade, de se fazer um movimento nacional, assim, de tornar reconhecido esse movimento que já era nacional.”* (Sheila Geriz, 2018).

Sendo assim, uma associação nacional foi fundada antes mesmo de se firmar como Liga Canábica da Paraíba, que reunia famílias dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e a Paraíba. Registra-se o fato de Sheila Geriz e Júlio Américo terem sido os autores do Estatuto social dessa associação emergente.

Todavia, a referida instituição não chegou a ser registrada em cartório. Ela reforça que após a criação da associação foi percebido o afloramento das particularidades regionais, o que para ela à época era impossível de se dar conta, principalmente, porque: *“Com uma diretoria, uma presidência em nível nacional, a demora começou a ser demais, muita gente procurando a gente, pedindo orientação de como comprar de como usar, qual era o médico que prescrevia, pedindo ajuda, pedindo socorro. Outras*

patologias começaram a chegar, então a gente viu que não iria dar conta com um núcleo tão pequeno.” (Sheila Geriz, 2018).

Desta forma os membros da associação tomaram a decisão de segmentarem-se, com isso cada estado passou a ter sua própria associação. Júlio Américo afirma que o grupo de Belo Horizonte deu prosseguimento ao projeto AMA+ME, que se consolidou como Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal.

Figura 15 – Slogan da AMA+ME



Fonte: Site da AMA+ME³⁵.

Ainda de acordo com Júlio Américo a saída se deu por identificarem que em nível local além da necessidade de se criar uma autonomia a demanda estava crescendo e de certo modo iam de encontro com a proposta da AMA+ME por ser nacional e com isso se tornava bastante centralizada. Optaram por sair e deixar a então associação seguir seu fluxo, e com isso iniciaram os trabalhos em âmbito local. Por meio de uma discussão começaram a pensar num projeto chamado Liga Canábica da Paraíba, e neste sentido: *“A gente começou a ver qual é a característica da gente, o que é que a gente defendia, como a gente se posicionava frente a esse processo, a gente tinha algumas características regionais que eram mais fortes, também tinha contato, por exemplo, com a MARCHA DA MACONHA, com coletivos anti-proibicionistas, com um coletivo chamado DROGAS E DIREITOS HUMANOS DA UFPB, e nós começamos a*

³⁵A AMA+ME tem como princípios fundamentais promover, garantir, consolidar e expandir os direitos dos pacientes de cannabis medicinal. Neste sentido eles buscam através de um trabalho voluntário e colaborativo ser âncora no compartilhamento de informações seguras em relação ao uso terapêutico da cannabis, bem como buscar contribuir de forma efetiva para regulamentação no Brasil no intuito de se produzir cannabis medicinal com qualidade e a um preço acessível. Ver: AMA+ME. **Quem somos.** Disponível em: <https://amame.org.br/quem-somos/>. Acesso em 29 jan. 2019.

assumir uma feição meio de movimento social, aquela coisa mais horizontalizada, mais coletiva.” (Júlio Américo, 2018).

Ao relatar as dinâmicas do movimento social iniciado em João Pessoa - enquanto o projeto Liga Canábica ainda se fazia presente em um campo virtual -, Júlio Américo informa que com relação às reuniões do então grupo, tudo se conduzia por meio do diálogo: *“A gente não tinha aquela coisa do movimento que tinha ‘proposta 01, proposta 02, agora vamos para votação’, eu não me lembro de nenhuma reunião que a gente tenha partido para votação, normalmente as coisas acabavam acontecendo pelo consenso, um perdia aqui, outro perdia ali (rodas participativas) e eram muito assim, nossas reuniões eram muito de convivência.” (Júlio Américo, 2018).*

Júlio Américo relembra ainda que quase sempre nessas reuniões havia um momento de convivência que sempre era regado a um bom lanche compartilhado por todos os participantes, todos juntos, cuidando um do outro, ouvindo, acolhendo, ocorrendo uma verdadeira reciprocidade amiga, ou melhor, uma partilha de vidas: *“Em várias reuniões que a gente teve de ter o momento de um chorar, de um consolar, de trazer a dor de si e aí um ajudava o outro, e assim, tinha muito dessas coisas.” Relata Julio Américo (2018).*

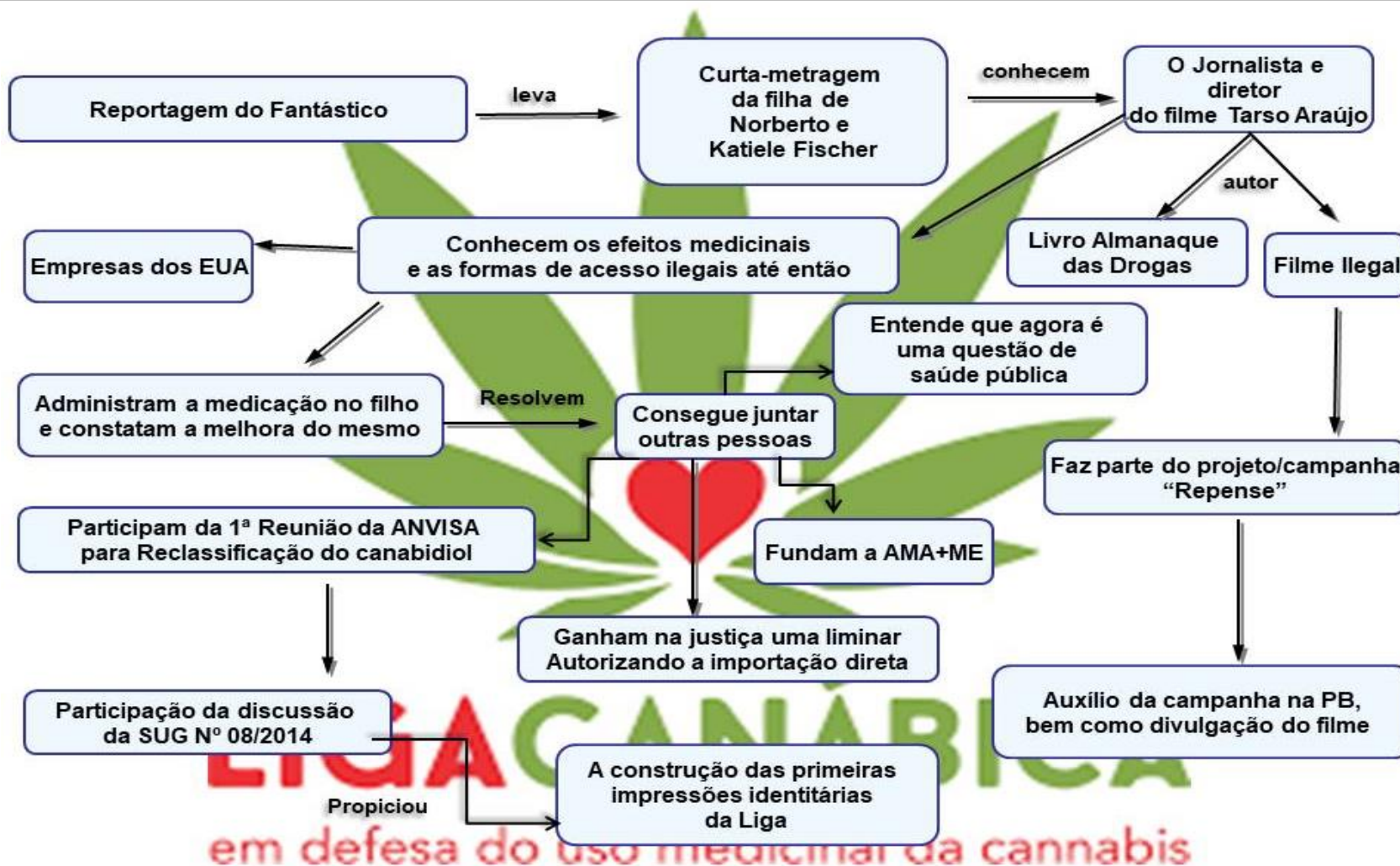
Essas experiências foram forjando as características e valores da Liga Canábica Paraíba que se encontra, sobretudo, pautada em valores de acolhimento e relacionamento. Para ele *“O próprio processo experiencial da Liga foi forjando esses valores, foi montando a cara que a gente tem hoje, que é essa cara que tem como valor principal essa questão do relacionamento baseado no acolhimento e na reciprocidade, que é essa coisa de um ajudar o outro, de participar da vida do outro.” (Júlio Américo, 2018).*

Desta forma à medida que o tempo passava, a luta era instaurada e experiências eram vividas a “cara” da Liga Canábica da Paraíba, de modo que quando decidiram pela oficialização legal da associação uma identidade já havia sido construída, acarretando com isso *“um jeito de ser, um jeito de levar a luta, um jeito de ser movimento social”, diz Julio Américo, que diferentemente do que acontece na dinâmica dos movimentos sociais onde a questão de luta por poder, de fogo nos debates, são sobressalente, a Liga brota numa perspectiva de mais união, da participação de todos, do aproveitamento de todos. Como forma de ilustrar esse*

brotamento ele relembra situações ocorridas em reuniões da diretoria: *“que reuníamos para decidir coisas, chegaram pacientes que queriam espaço pra falar da sua dor, e aí a gente parava a reunião para escutar essas pessoas e aí acabava muitas vezes nem decidindo muitas coisas que a gente queria decidir em função de uma coisa que a gente considerava muito mais importante que era a dor do outro, escutar a experiência do outro.”* (Júlio Américo, 2018).

Posto isso, observamos que o ano de 2014 foi muito importante no processo de institucionalização da Liga, quando visualizamos as razões que levaram os dirigentes da associação à militarem, as relações pessoais que estabeleceram, as fontes de informação que através das quais tomaram ciência dos efeitos medicinais da planta e suas primeiras ações quando ainda não eram uma associação sob a perspectiva formal, mas um movimento social iniciado. Neste sentido, achamos pertinente esquematizar os principais acontecimentos no fluxograma a seguir.

FLUXOGRAMA DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO ANO DE 2014



4.2 LIGA CANÁBICA: para além de uma associação formal, um enlace de fraternidade

Observada as particularidades regionais de cada Estado e suas respectivas necessidades, no ano de 2015 o referido grupo resolveu reunir esforços e oficializar-se como associação sob o ponto de vista legal no estado da Paraíba.

Aludindo a observância de Benjamin (2014) quanto aos arquivos serem reflexos sociais das ações de seus produtores e de Paes (2004) e Belloto (2006) ao compreenderem os mesmos como instituições memória, onde o passado é preservado, e a partir da interpretação de quem os acessa ressignificam-se os acontecimentos vivenciados em outro momento do tempo (ASSMANN, 2011; BARROS; AMÉLIA, 2009; CÓRDULA, 2015) lançamos mão dos documentos administrativos da Liga para retratar o contexto de formação legal desta associação o que casa com as considerações de Paes (2004) e Delmas (2010) ao observarem a organicidade dos documentos, refletindo assim a estrutura e ações de uma organização, pessoa ou família.

Transitando por um processo entre lembrar e esquecer que se situam no mecanismo da memória (ASSMANN, 2011); (LEGOFF, 1996), sendo o esquecimento a outra face da memória, posto que, ela forma-se por uma perspectiva seletiva que para Thiesen (2013, p. 249) “a memória em funcionamento precisa tanto da potência da lembrança, quanto do esquecimento, que são duas faces da mesma moeda, ou dois momentos de um único e mesmo movimento”. Nesta perspectiva a partir das narrativas orais trazidas com as entrevistas livres, aspectos e fatos importantes quanto ao surgimento da Liga no espaço e no tempo, a partir do campo individual e coletivo de Sheila Geriz e Júlio Américo.

Neste limiar, no dia 06 de setembro de 2015 reuniram-se em assembléia de primeira convocação no objetivo de se fundar a associação civil “Liga Paraibana em Defesa da Cannabis Medicinal”.

A reunião se deu no edifício Blue Tower, localizado na Rua Agrícola Montenegro nº 105/1202 na cidade de João Pessoa e contou com a presença dos 14 fundadores, sendo dois com participação digital via *Skype*.³⁶

Na ocasião registrou-se o local de sede da Liga, que ficou na rua³⁷ Prof. Oscar de Castro, nº. 154, bairro João Agripino, cidade de João Pessoa, assim como houve deliberação acerca do projeto de estatuto da Liga que foi aprovado por unanimidade. No momento também foi eleita a diretoria para um mandato de dois anos sendo o Presidente: Júlio Américo Pinto Neto e a Vice-presidente: Sheila Dantas Geriz vale ressaltar que Júlio Américo possui formação em Psicologia e Sheila Geriz em Direito. Elegeram-se ainda os membros do Conselho Fiscal da Liga, conforme organização no quadro 2.

Quadro 2 - Composição inicial da Diretoria e Conselho Fiscal da Liga

DIRETORIA	
Presidente	Júlio Américo Pinto Neto
Vice-presidente	Sheila Dantas Geriz
1ª Secretária	Clarissa Figueirêdo de Carvalho
2ª Secretária	Djanira Maria Fernandes Maia
Tesoureiro	Alex de Araújo Souto
CONSELHO FISCAL	
Marília Leite Gonzalez Rocha	
Everton Brito Von Szilagyi	
Cibelle Gomes de Oliveira Fernandes	
Suplentes:	

³⁶ Informações obtidas a partir da Ata de Assembleia Geral de Constituição de Associação Civil presente no arquivo privado da Liga e disponibilizada por seus dirigentes.

³⁷ Endereço de residência de Sheila Geriz que na verdade constitui-se mais como um apoio às reuniões e atividades da Liga, sendo assim não apresenta aspectos relativos a um prédio institucional com móveis, maquinários e departamentos necessários. Quando as atividades requerem demandas maiores, eles lançam mãos da ajuda dos integrantes e apoiadores para conseguir um local mais espaçoso, como é o caso da ADUF – Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba que gentilmente cede um espaço na sua sede sociocultural localizada na Rua Dr. Gilvan Marinho Muribeca, 88 - Cabo Branco, João Pessoa - PB, 58045-220.

Luciana BezerraVon Szilagyi
Renata Silveira Santos
Sheila Maria Tabosa Silva Souto

Fonte: Dados da pesquisa.

Posto isso, procedeu-se a abertura do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica em 26 de outubro de 2015, cujo nome fantasia restringe-se a apenas “Liga Canábica”. Em reunião realizada no dia 20 de junho de 2018, Sheila Geriz na abertura da reunião nos explana um pouco sobre este momento e rumos tomados pela Liga até então.

“[...] a gente resolveu criar uma associação que aconteceu em 2015, em setembro de 2015 nos registramos como associação, com CNPJ, tudo direitinho, e desde então começaram a chegar também pacientes de outras patologias, e a gente começou a sentir a necessidade de produzir. Plantar para fazer óleo, para fazer bolo, [...] fazer o que a gente quiser fazer, alguns dos pais e dos familiares, hoje já são pacientes também, porque a gente começou a descobrir que maconha não era remédio só para epilepsia, que era o primeiro grupo, de epilepsia, hoje os pais, alguns já usam para outras coisas e chegaram pacientes como Diego né, que falou que foi paciente de câncer.” (Sheila Geriz, 2018).

Sendo assim, a Liga restou por ser compreendida não mais como um espaço restrito a pacientes portadores de epilepsia de difícil controle, mas sim, um espaço democrático, aberto para todo aquele que compactua dos ideais da Liga e sente-se beneficiado com o uso medicinal da *cannabis sativa*, congregando assim diversas pessoas de diversos segmentos da sociedade, o que corrobora com as considerações de Candau (2006), Halbwachs (2006) e Pollak (1989) ao compreenderem a construção da memória individual pautada em referenciais coletivos congregados por um grupo.

Resvalamos também nas questões identitárias que envolvem e unem esse referido grupo ao observarmos a compactuação dessas pessoas para com a questão da maconha medicinal (SILVA; OLIVEIRA, 2014; CANDAU, 2006; WOODWARD, 2007), bem como às características de funcionamento da associação, e neste sentido

vemos a importância da memória no tocante a afirmação da identidade (LE GOFF, 1996).

Neste sentido, Júlio Américo chama atenção para a pluralidade construída e ao mesmo tempo conquistada pela Liga justamente pela abertura que a associação deu para outros movimentos e patologias: *“e aí a gente hoje percebe que é uma característica da liga, pois você encontra pessoas na liga que são heterossexuais, homossexuais, transexuais, pessoas que são mais abastardas, pessoas que são das classes populares, de diversas, das opções ideológicas mais divergentes, aquelas pessoas mais certinhas, aquela pessoa mais de cabelão ali em cima, você encontra de tudo, de todos os pensamentos e ideologias, ou religiões mesmo.”* (Júlio Américo, 2018).

Figura 16 – CNPJ de abertura da Associação Civil “Liga Canábica”

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 23.560.415/0001-15		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
MATRIZ		DATA DE ABERTURA 26/10/2015	
NOME EMPRESARIAL LIGA PARAIBANA EM DEFESA DA CANNABIS MEDICINAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LIGA CANABICA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R PROFESSOR OSCAR DE CASTRO		NÚMERO 154	COMPLEMENTO
CEP 58.033-550	BAIRRO/DISTRITO BRISAMAR	MUNICÍPIO JOAO PESSOA	UF PB
ENDEREÇO ELETRÔNICO LIGACANABICAPB@GMAIL.COM		TELEFONE (83) 9813-1050 / (83) 8854-1833	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/10/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

Júlio Américo ao ser questionado acerca das dificuldades para fazer com que a sociedade civil organizada aderisse a Liga, sobretudo nesse momento histórico enquanto uma associação constituída do ponto de vista legal, é enfático e aponta para primeiramente o receio que as famílias dos pacientes tinham de oferecer um

remédio à base de maconha para seus filhos (o preconceito social) e que muitas das vezes se dava por conta da ideologia religiosa das famílias.

O segundo fator que ele ressalta é a classe médica ainda resistente em prescrever o medicamento, pois, muito embora as resoluções elaboradas pelo CFM a classe mantinha-se resistente por alegar a falta de estudos científicos e pesquisas clínicas voltadas, em especial, ao CBD. Júlio Américo ressalta a necessidade de se avançar e sair dessa zona de convivência com o preconceito. Era preciso fazer o movimento social crescer *“[...] a partir da nossa luta mesmo, a gente quem teve que ir abrindo caminho atrás de artigo científico, pesquisando, conversando com pessoas que já tinham experiência com relação a isso, fazendo parceria com outros movimentos sociais, buscando apoio. Então foi uma coisa que foi se dando, a gente meio que foi abrindo caminho pra uma coisa que estava fechada.”* (Júlio Américo, 2018).

O presidente da Liga ainda complementa o rol de dificuldades acrescentando a não abertura que a academia apresentava à época para se discutir, ou mesmo, realizar pesquisas em torno da cannabis medicinal. Como Júlio Américo diz, *“a gente quem foi provocar a academia, buscar essas reuniões, falar com as pessoas.”*

Em relação a academia existem projetos de pesquisas, teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso frutos da experiência dos/com pacientes da Liga. Assim: *“Os nossos filhos foram objeto de estudo de umas meninas lá que eram aluna da professora K***, que teve um projeto de TCC no final, a gente foi crescendo, foi ganhando espaço na universidade, paralelo a isso a gente ia fazendo eventos culturais.”* (Júlio Américo, 2018).

Como forma de ilustrar os avanços, aludimos ao projeto de extensão - PROBEX/UFPB comandado pela Professora Dra. Katy Lisias intitulado: *“Cannabis Medicinal: A Educação é o Melhor Remédio e Pode Salvar uma Vida”*³⁸ aberto no ano de 2018 cujo objetivo é o de apresentar através da pesquisa científica o potencial terapêutico da cannabis sativa L. e seus canabinóides em várias doenças do SNC, bem como averiguar o panorama de regulação no país. Abertas 06 vagas para alunos

³⁸ Projeto desenvolvido em parceria com a Liga Canábica da Paraíba.

da UFPB sendo quatro para os cursos de medicina e farmácia e dois para demais cursos da universidade.

Citamos ainda as duas dissertações abaixo que trabalharam com a Liga Canábica direta e indiretamente no escopo de seu trabalho.

Quadro 3 – Trabalhos acadêmicos que abordam a experiência da Liga

AUTOR	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	RELAÇÃO	ANO
Lucas Lopes Oliveira	DISCURSOS MÉDICOS E JURÍDICOS SOBRE MACONHA NO BRASIL E NA PARAÍBA: os contradiscursos no debate sobre as políticas de drogas à luz dos direitos humanos.	Programa de pós-graduação em direitos humanos, cidadania e políticas públicas (PPGDH/UFPB)	Retrata o processo feito pelas 15 famílias para conseguir a Liminar autorizando a importação do CBD, analisando o discurso da peça judicial.	2016
Wendel Alves Sales Macedo	O DIREITO HUMANO À SAÚDE PELO ACESSO AO USO TERAPÊUTICO DA CANNABIS: um estudo de caso da liga canábica paraibana	Programa de pós-graduação em direitos humanos, cidadania e políticas públicas (PPGDH/UFPB)	Propõe produzir um Estudo de Caso da Liga Canábica paraibana, pela observação das suas ações e entrevistas de alguns dos seus membros.	2018 (ainda em execução)

Fonte: Dados da pesquisa.

No dia 07 de março de 2018 reunidos em assembleia geral houve eleição para nova formação do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal da Liga em reunião

realizada às 20 horas na sede social da Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba – ADUF/PB para a gestão 2018/2019 em que na oportunidade também se deliberou a aprovação do relatório de atividades do biênio 2016/2017³⁹. Conforme quadro 4 visualizamos a nova composição da Liga que diferentemente da primeira diretoria não houve relação de membros suplentes para o Conselho Fiscal.

Quadro 4 – Composição atual da Diretoria e Conselho Fiscal da Liga

DIRETORIA	
Presidente	Júlio Américo Pinto Neto
Vice-presidente	Sheila Dantas Geriz
1ª Secretária	Vânia Cristina Lucena Lima
2ª Secretária	Djanira Maria Fernandes Maia
Tesoureiro	Clarissa Figueiredo de Carvalho
CONSELHO FISCAL	
Ricardo Figueiredo Lucena	
Eduarda Rocha Jorge da Silva Trindade	
Dhieggo Gláucio Evaristo Gomes Nascimento	

Fonte: Dados da pesquisa.

O lançamento oficial da Liga se deu no dia 07 de maio de 2016 na sala Maestro José Siqueira do Espaço Cultural José Lins do Rêgo, na cidade de João Pessoa e contou como a participação dos artistas locais: Adeildo Vieira, Gláucia Lima e Seu Pereira. Num primeiro houve um diálogo com a Liga onde se apresentaram e colocaram os objetivos e razões de criação da associação, em seguida procedeu-se com um show musical dos artistas convidados. O evento marcou presença de aproximadamente 600 pessoas conforme podemos visualizar na figura 18 os registros desse momento.

³⁹ Informações coletadas da Ata da Assembleia Geral ordinária para eleição dos membros da Diretoria da Liga Paraibana em Defesa da Cannabis Medicinal – Liga Canábica.

Figura 17 – Lançamento da Liga Canábica da Paraíba



Fonte: Arquivo privado da Liga Canábica da Paraíba.

As reuniões da Liga Canábica da Paraíba ocorrem oficialmente duas vezes por mês ou sempre que requisitada pelos membros integrantes da associação, sendo uma considerada de “acolhimento” que ocorre sempre nas primeiras quartas-feiras do mês, e nesta reunião toda a sociedade civil organizada é convidada a participar, nela é relatado o histórico de fundação da Liga Canábica, assim como os principais apontamentos no que tange aos aspectos medicinais da planta *cannabis sativa* apresentando as razões e propostas da associação. A segunda reunião é delegada pela diretoria e conselho fiscal que determinam a data, local e horário e que visa discutir assuntos internos da associação: finanças, articulação de ações e eventos, parcerias, dentre outras pautas.

Figura 18 – Reuniões de acolhimento da Liga Canábica da Paraíba



Fonte: Dados da pesquisa.⁴⁰

Com relação à reunião de acolhimento, esta objetiva: “[...] acolher os que precisam do óleo, ou seja, os pacientes, mas também todas as pessoas que desejam conhecer a Liga. Por que fazemos essa reunião unificada, pacientes e novatos? Porque quem vem conhecer a Liga tem um primeiro contato com a dor daquelas pessoas, com o sofrimento daquelas pessoas e isso sensibiliza, isso ajuda o outro a compreender a proposta da liga. E aí, nessa reunião, o que é que a gente faz: orientação aos pacientes, a gente coloca todo mundo pra se apresentar, dar espaço para que eles falem um pouco da sua dificuldade, da sua dor e depois a gente fala pra eles das formas de acesso ao óleo, quais são as principais alternativas, a ideia da importação, a ideia do cultivo, todas essas formas de acesso. O óleo através da ABRACE⁴¹,

⁴⁰ Reuniões de acolhimento realizadas no dia 21/06/2018 (à esq.) e 07/11/2018 (à dir.).

⁴¹ A ABRACE – Associação Brasileira de apoio a cannabis Esperança “é uma organização sem fins lucrativos com o objetivo de não apenas dar apoio às famílias que necessitam do tratamento com Cannabis medicinal, como também realizar pesquisa com os pacientes que utilizam Cannabis medicinal como alternativa de tratamento. Firmamos convênio com o Instituto Nacional do Semiárido (INSA). Para pesquisar e analisar nossa produção. Hoje a ABRACE atinge mais de 500 associados por todo o país. Nossa luta é para garantir uma maior qualidade de vida para isso lutamos pelo acesso à maconha medicinal”. A ABRACE mantém parceria com várias entidades dentre elas a Universidade Federal da Paraíba por meio de um projeto de pesquisa visando a troca de informações e

de associações de cultivadores. A gente mostra as formas de acesso e quais são os requisitos... faz todo esse caminho.” (Júlio Américo, 2018).

O papel da Liga diz respeito antes de tudo a um apoio mútuo “[...] não só por conta do acesso, mas tem tido muita ajuda em outras áreas, entre associados e não associados”, afirma Sheila Geriz, mas funcionando como uma verdadeira corrente do bem em prol do próximo, não se limitando às ações e eventos promovidos, mas, também, ao cuidado, a ajuda, a empatia para com a situação, muitas vezes desesperadora que o outro está a passar, e que não se restringe ao conglomerado de associados, mas a todos os indivíduos que buscam a Liga Canábica.

Nesta direção assinalamos este acompanhamento feito pela associação destacando que o mesmo “[...] é perene, de associados e de não associados, porque tem gente que nem é associado à Liga, mas que liga que pergunta que procura a gente todos os dias. Do jeito que você está vindo aqui hoje, pelo menos duas ou três vezes na semana sempre tem alguém aqui à noite e que geralmente é paciente, que está desesperado, que está... geralmente em situações de muito sofrimento, de muita dor. E é um acompanhamento perene, depois que a pessoa consegue o óleo e aí começar a usar”. (Sheila Geriz, 2018).

Questionados acerca da sua relação com a ABRACE no tocante a ser (a Liga) um veículo canalizador dos usuários ao óleo produzido por essa instituição Júlio Américo e Sheila Geriz reafirmam que o papel da Liga é informativo, ou seja, eles apontam os tratamentos, benefícios, instituições e rede de cultivo da planta por onde os associados podem ter acesso ao óleo da maconha.

Quando perguntados acerca da autorização para a obtenção do óleo produzido pela ABRACE, Sheila Geriz em primeiro momento afirma que na ABRACE não é necessário ter, uma vez que se trata de uma associação que detém uma autorização judicial para cultivo e pesquisa, sendo assim:

“[...] você leva a sua receita, um laudo médico e os documentos pessoais e se associa, pois como a Abrace é uma associação, só terá direito de comprar os óleos produzidos lá quem for associado. Aí tem umas taxas lá que não saberia te informar quanto é que você paga para

se associar e fica podendo comprar uma quantidade limite lá para cada paciente”, (Sheila Geriz, 2018).

Júlio Américo endossa afirmando que “[...] a orientação da gente é justamente nesse sentido, quais são as formas de acesso e como chegar a elas, como você tornar isso concreto e ir atrás”.

Ele registra que um dos anseios e objetivos futuros é conseguir uma sede fixa que detenha terreno para plantação e com isso a Liga consiga produzir e distribuir seu próprio óleo: *“Hoje a gente ainda não tem um óleo produzido pela Liga, mas nosso objetivo é caminhar para isso. E aí, além disso, aqui, a gente dá um apoio, pois, normalmente o trabalho que a gente faz não é só orientação em relação ao tratamento, mas a gente também dá um apoio psicológico, a gente fica por perto, acompanha, dá força. A gente procura fazer com que a pessoa vá se entrosando com outras pessoas da Liga outros pacientes, justamente pra criar essa rede apoio. A ideia é que a gente se ajude, crie essa coisa que sempre foi a fisionomia da Liga que é a reciprocidade, a partilha, ajuda mútua.”* (Júlio Américo, 2018).

Desta forma foi adotada uma logomarca para representar a Liga, assim como estampar as ações, eventos, movimentos e demais atitudes em prol da disseminação dos benefícios medicinais da maconha e da necessidade de criação e efetivação de políticas públicas voltadas a esta questão conforme vemos na figura.

Figura 19 – Logomarca da Liga Canábica



Fontes: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

A figura refere-se a uma folha de *cannabis sativa*, onde ao centro da folha observa-se o desenho de um coração, neste sentido temos os dois pilares que sustentam a formação desta associação: a *cannabis* medicinal e o amor. A *cannabis* pelos motivos que já foram expostos no decorrer deste estudo – seus benefícios medicinais e terapêuticos –, e o amor por fazer menção a seus familiares acometidos de patologias severas, o afeto que une e nutre o desejo de se batalhar por uma melhor qualidade de vida, enfim, o amor que permeia a Liga de um modo geral. Outrossim, o coração estampado no seio da gravura da planta vem com o intuito de retirar o aspecto demonizante da planta, e trazer à tona o grande poder que a mesma detém.

A frase de efeito faz menção aos objetivos da Liga “Por uma política nacional de cannabis para fins medicinais”, e esta política buscará ser efetivada e expandida por todo território nacional brasileiro por meio da participação da sociedade civil organizada e principalmente dos que necessitam da utilização da *cannabis* medicinal.

Júlio Américo relembra que essa logomarca foi feita por um enteado de uma integrante da Liga (não recorda o nome) que estava na época residindo no Rio de Janeiro e esclarece: “A gente passou a ideia dessa coisa da LIGA e da unidade do carinho, e dessa coisa das mães e aí surgiu a história da folha, porque a gente queria enaltecer a planta e um coração dentro pra dizer qual era a grande história que estava no centro disso aqui, que era o acolhimento, o relacionamento, a paixão, aquela coisa do outro.” (Júlio Américo, 2018).

Como já mencionado em outros momentos deste trabalho a Liga pauta-se nos valores de acolhimento e relacionamento, e sendo assim “fala muito de coração, de emoção de mães cuidando de filhos e dando a vida por essas pessoas, de acolher esses pacientes, aí por isso que ficou a planta e a experiência enaltecidas, que tipo de experiência a gente está levando”, afirma Júlio Américo (2018).

Nesta direção nos deparamos com os princípios adotados pela Liga Canábica, agora constituída como associação, os quais são elencados em seu Estatuto Social, art. 2º do Capítulo I:

- I – O respeito aos direitos humanos;
- II – O respeito às práticas sustentáveis e à conservação da natureza;
- III – O respeito aos interesses das populações tradicionais e à cultura, conforme definidos em lei;

IV – O repúdio a toda forma de preconceito e discriminação de qualquer natureza, conforme definidos em lei;

V – O respeito à Constituição da República Federativa do Brasil.⁴²

Em relação a seu objetivo geral, o mesmo é firmado no escopo de seu estatuto social, em seu art. 3º, onde relata que a Liga busca:

[...] defender, promover, garantir, consolidar, monitorar e expandir uma Política Nacional de Cannabis Medicinal – construída com a participação ativa da sociedade civil e daqueles que necessitam da cannabis medicinal – que tenha como fundamento a inclusão social e o respeito aos direitos humanos dos usuários de cannabis medicinal e seus responsáveis, e garanta acesso universalizado e qualificado às diversas variedades de *cannabis ssp* e a todos os produtos delas derivados, e uma cultura de acolhimento e superação dos preconceitos e discriminações em relação ao uso medicinal dessa planta.

No tocante ao processo de associação à Liga Júlio Américo e Sheila Geriz deixam claro que a Liga é aberta para todo indivíduo que dela deseje participar, usuários e não usuários, estudiosos, militantes da causa, enfim, quem deseja e concorda com a ideologia de ativismo da Liga. Sheila afirma que como porta de entrada existe uma ficha cadastral⁴³ para preenchimento de informações pessoais do associado usuário ou não.

Júlio Américo atina para o fato de que o mais importante é a questão da identificação, pois é preciso que haja uma empatia de quem deseja ou se com relação ao papel da Liga Canábica: “[...] com aquilo que a gente defende, com aquilo que a gente acredita, com aquilo que a gente vive né. É importante ter essa identificação. Não é que a gente use isso como camisa de força, mas é que a própria pessoa ela vai percebendo se se encaixa ou não com a história.” (Júlio Américo, 2018).

Diante disso, ao serem questionados acerca de taxas financeiras para os associados, foi dito que não tem uma taxa financeira fixa. Contudo, “tem opções de

⁴² Citação retirada do Estatuto Social da Liga Canábica, o qual foi aprovado e registrado em cartório no dia 06 de setembro de 2015.

⁴³ Presente no Anexo C.

valores lá e tem “outros” inclusive, pois, se você quiser dar mais ou dar menos, você dá. Se você não puder dar nada, você também é associado. Mas o ideal é que haja empenho, nós damos muito mais valor ao engajamento das pessoas, a participação das pessoas. Como tem muito esse trabalho de criar uma cultura nova, faz parte também essa cultura de que eu sou protagonista do meu tratamento... eu preciso lutar. Eu não posso ficar aqui parado esperando um óleo que me vai cair do céu porque eu pago tanto né? Eu preciso me mobilizar, ser o protagonista do meu tratamento e ajudar outras pessoas.” (Sheila Geriz, 2018).

Vemos com isso que os objetivos da Liga não se detêm ao lucro financeiro, mas sim a promoção do bem comum e de um acesso à saúde humanizado e igualitário. Cumpre frisarmos que os valores arrecadados pela Liga por meio do associativismo são convertidos nas ações desempenhadas pela mesma.

Assim, aludimos também ao desejo da Liga de obter uma sede e a resposta foi a seguinte: *“O que tem entrado de dinheiro tem sido para custear esses eventos que a gente tem feito, e agora a gente vai se organizar para ver se a gente aluga uma sede, pois estávamos tentando ver com o governo do Estado uma cessão de imóvel, mas os que têm são muito precários... não teve condições. Vamos colocar na reunião da próxima quarta-feira do grupo fechado a possibilidade alugar uma sede e esse dinheiro que vai entrar, tentar fazer algumas campanhas e alguns eventos para tentar arrecadar e começar a investir na possibilidade de cultivo que é bem dispendioso e controlado, mas aí a gente vai tentar começar porque a demanda tem crescido e os pacientes estão precisando.” (Sheila Geriz, 2018).*

Vale salientar que as atividades desempenhadas pela Liga Canábica da Paraíba estão centralizadas em quatro eixos, que são seus objetivos específicos: 1) Disseminação do conhecimento acerca do uso terapêutico da cannabis; 2) Contribuição para o alargamento do conhecimento científico do uso da cannabis para fins terapêuticos; 3) Atuação juntos ao poder público com vistas à criação de políticas públicas que garantam o acesso às diversas formas de uso terapêutico e a extinção dos entraves legais à sua utilização; e 4) Contribuição para a melhoria da qualidade de vida dos usuários buscando promover o acesso às diversas formas de uso terapêutico da cannabis e à criação de uma cultura de acolhimento aos que dela necessitem.

É importante frisar ainda que o processo de maturação pelo qual a Liga passou com o decorrer dos anos foi essencial para que a mesma pudesse ampliar suas perspectivas no tocante às suas razões de luta. Inicialmente as discussões e debates estavam pautados em questões que envolviam o CBD, pois era a maneira que tinham de dialogar com a sociedade, todavia o rol de pautas se alargou e atualmente discutem acerca de outros canabinóides como é o caso do THC (responsável pelo efeito psicoativo).

Começaram a focar na planta juntamente a perspectiva da necessidade de combinar os canabinóides, bem como: *“começou a gente a estudar um pouco a história da planta, com os movimentos sociais também, com a ligação com eles a gente foi aprendendo também: com a marcha da maconha, os coletivos anti-proibicionistas que falavam dessa questão do uso tradicional e aí a gente começou a caminhar para hoje a gente ser uma associação que trabalha com o uso tradicional.”* (Sheila Geriz, 2018).

O foco da Liga passa então a compreender políticas públicas, disseminação de formas de acesso (as mais variadas) e retorno ao uso tradicional. Quando Júlio Américo atina para o uso tradicional, ele refere-se ao uso recreativo também, uma vez que hoje eles compreendem a necessidade de se retornar ao uso tradicional, pois existe uma relação cultural, de identidade para com o uso da planta, ou seja, está ligada a história de uma comunidade com a erva – na perspectiva de um resgate histórico:

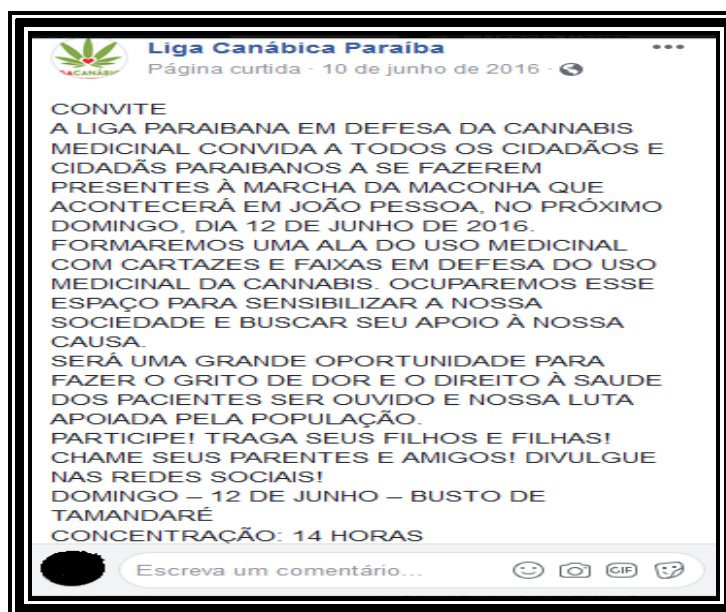
“Essa relação é uma relação geral e não tem categorização, agora, ora essa relação se expressa numa experiência religiosa, ora essa relação se expressa numa experiência com a erva medicinal, ora essa experiência se expressa numa experiência celebrativa/social, isso na comunidade, e não era categorizado, depois com o tempo é que houve as categorizações com a própria história, depois a proibição que se criou o mercado de cannabis, o mercado negro, o tráfico, e tal. Aí também tinha aqueles usos intelectuais, da década de 60 e 70, tudo isso a gente vê, mas pra nós, o processo aconteceu muito mais no sentido de retornar à planta.” (Júlio Américo, 2018).

Desta forma, a Liga possui hoje uma visão mais ampliada da planta e suas interfaces com a sociedade e com outras substâncias, entretanto, não deixam de focar no que preconiza o seu estatuto que é a finalidade terapêutica⁴⁴ da planta.

Neste sentido, a instituição ora estudada como forma de alcançar este objetivo geral firmado lança mão de todos os mecanismos e artefatos assistenciais, jurídicos, políticos, técnico-científicos, administrativos, econômicos, artístico-culturais e de qualquer outro segmento, sendo assim, pontuamos que a parceria com instituições e outros movimentos simpatizantes à causa se fazem pertinentes.

O apoio dado pela Liga à Marcha da maconha realizada no ano de 2016 é um dos exemplos das conexões estabelecidas pela Liga com outros movimentos, tal ato foi manifestado na rede social da associação (*Facebook*).

Figura 20 – Apoio da Liga Canábica à Marcha da maconha



Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

⁴⁴ Júlio chama atenção para o termo “terapêutico” que preferem a utilização do mesmo ao invés de “medicinal” “que naquela perspectiva da organização mundial de saúde, ele parte do pressuposto que a saúde seria um estado de bem estar, bio, psico e social e não só a ausência de patologia [...]Terapêutico a gente considera “que é algo mais amplo, não é só extinguir sintomas, controlar sintomas ou curar patologias, mas é direcionado a um estado de bem estar. Quando você fala, por exemplo, de pessoas que trabalham a sua ansiedade com cannabis, pessoas que se sentem melhor, com mais energia quando usam cannabis e aí usam pra se sentirem melhor”, afirma o psicólogo.

A marcha da maconha é um movimento social que foi aprovado por unanimidade no Supremo Tribunal Federal (STF) em atenção à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 187/DF. Nas palavras do ministro Celso de Mello no tocante a tal aprovação, ele diz que o referido evento é um movimento social espontâneo que reivindica através da livre manifestação do pensamento “a possibilidade da discussão democrática do modelo proibicionista (do consumo de drogas) e dos efeitos que (esse modelo) produziu em termos de incremento da violência”, divulgado na Imprensa em 2011.

Sendo assim, o evento vem realizando-se desde 2008 de maneira anual, porém só a partir de 2011 com a sua legitimidade o caráter proibicionista e de apologia ao uso de drogas foi, de certo modo, quebrado.

Figura 21 – Cartaz de divulgação da Marcha da Maconha em João Pessoa no ano de 2016.



Fonte: VITAL, 2016.

Em João Pessoa, desde o ano de 2008 a marcha vem acontecendo, todavia até 2009 era conhecida como “Marcha pela Liberdade”, no ano de 2010 foi quando recebeu esta nova nomenclatura.

A Marcha da Maconha é uma manifestação internacional, que começou nos Estados Unidos. Desde então, segundo o Coletivo Antiproibicionista da Parayba - que organiza o evento desde 2015 - o evento só cresce e a cada ano mais cidades e países marcham pela legalização da maconha. (VITAL, 2010, não paginado).

Em 2016 foi a vez da Liga Canábica lançar apoio ao movimento, assim como levar para as ruas suas dores e objetivo de militância. A Liga acompanha o movimento da Marcha da Maconha desde então, conforme podemos visualizar em notícia publicada no Portal de notícias G1 da PB, no ano de 2017 há também o registro de participação da Liga no evento, que inclusive, o presidente Júlio Américo concedeu entrevista ao veículo de notícias alegando que as políticas públicas não devem ser proibicionistas, mas na verdade “dar espaço para que o cidadão se expresse [...] e fazer uma política que seja realmente o que a população quer e não o que o político imagina.”⁴⁵

Figura 22 – Marcha da maconha 2017

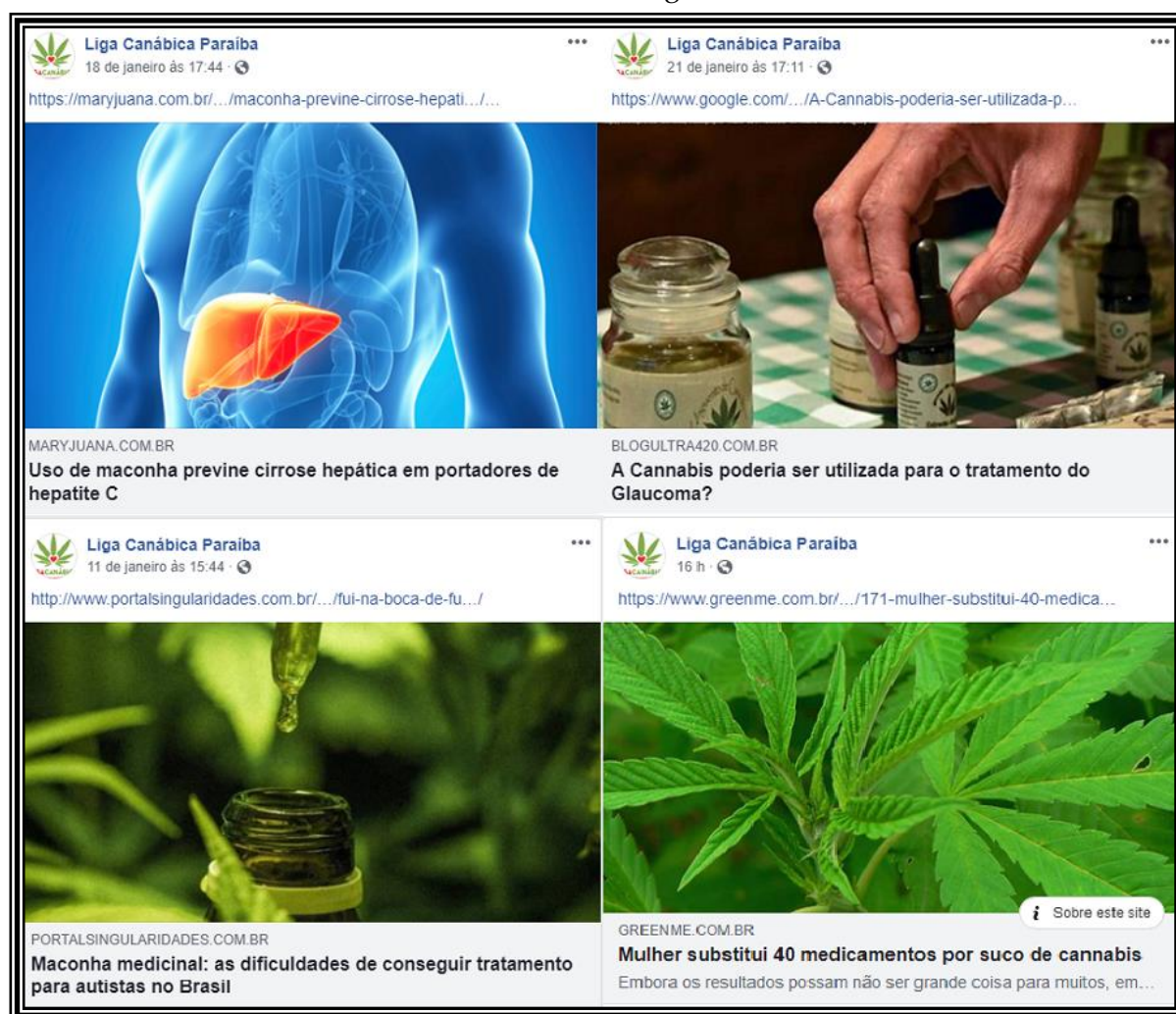


Fonte: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/marcha-da-maconha-e-realizada-em-joao-pessoa.ghtml>

⁴⁵ G1 PB. 'Marcha da Maconha' é realizada em João Pessoa. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/marcha-da-maconha-e-realizada-em-joao-pessoa.ghtml>. Acesso em 08 jul. 2018.

Além das ações e campanhas levantas pela Liga nas Redes sociais da mesma e do apoio dado a outros movimentos, como é o caso da marcha da maconha, tanto no Grupo do WhatsApp como no Facebook, a liga estabelece um compartilhamento constante de informações acerca do uso medicinal da cannabis, bem como sobre outras vertentes que circundam a temática no Brasil e no mundo – legalização, política, segurança, dentre outros - buscando assim, por meio de um viés contrainformativo, nutrir a sociedade de informações válidas e fidedignas sobre o assunto (Figura 23), bem como promover a associação divulgando ações e eventos (CARNEIRO; GERMANO, 2017).

Figura 23 – Disseminação de matérias acerca do uso medicinal da cannabis no Facebook da Liga



Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

Outra proposta nesta mesma vertente é a dos testemunhos partilhados por usuários da cannabis. A Liga por meio da rede social divulga as experiências de sujeitos que fizeram uso e tiveram progresso no tratamento de suas respectivas enfermidades. Como podemos observar neste anúncio (Figura 24) publicado no dia 03 de junho de 2018 no Facebook da Liga Canábica da Paraíba com mais de 10 compartilhamentos, 50 curtidas e 4 comentários de pessoas manifestando interesse em divulgar suas histórias.

Figura 24 – Anúncio de convocação para o compartilhamento de experiências



Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

Este tipo de ação apresenta íntima relação com os valores adotados pela Liga Canábica da Paraíba, especialmente porque se trata de uma ação de envolvimento de histórias, assim como se apresenta como uma ação de disseminação de informações confiáveis acerca do uso terapêutico da maconha medicinal a partir do relato de experiências reais. Isso retoma, por exemplo, as reuniões de acolhimento propostas pela Liga em que se dá abertura para relatos orais de pacientes. O caminho

percorrido pela Liga formou a própria Liga, e a construção de uma cultura de acolhimento consiste no maior diferencial deste grupo.

Todavia é preciso salientar que seu trabalho está firmado numa perspectiva mais política, por conseguinte, questionadora. Seguiu um trabalho informativo, de abastecer pessoas de informações relevantes e fidedignas para mais a frente tornarem-se, acima de tudo, questionadores. É preciso criar essa política de questionamento; de se questionar o *status quo* do contexto social no qual estão inseridos, e ainda *“de entrar em contato com outros movimentos sociais, de defender políticas públicas, de ter um posicionamento em relação a essas questões, os usos tradicionais, a função social da patente, o apoio a pequenos produtores, toda essa história que está nas mãos do Brasil, a soberania do Brasil”*, afirma Júlio Américo (2018).

É necessário criar uma cultura de superação do preconceito, da estigmatização imposta à planta, e neste sentido Júlio assinala que é nessa vertente diferenciada que a Liga Canábica vem trabalhando, de modo a *“[...] criar cultura de acolhimento, fomentar políticas públicas, um viés mais educativo e político, de transformação, de engajamento social mesmo, de uma coisa de questionar o status quo, questionar a coisa de como sempre se produziu aqui, com uma dependência muito forte do estrangeiro, da indústria farmacêutica estrangeira.”* (Júlio Américo, 2018).

E neste sentido desdobram-se as atividades da Liga Canábica da Paraíba firmadas, sobretudo, em uma cultura de acolhimento, priorizando sempre o coletivo, o bem comum e que se revelam em dinâmicas variadas, transitando por palestras, shows, rodas de discussão, sarau poético dentre outros, discutidas com mais afinco na próxima seção.

4.3 AÇÕES E EMOÇÕES: atividades desenvolvidas pela liga no tempo e no espaço

Nesta vertente de um trabalho diferenciado, as ações desenvolvidas pela Liga seguem este viés também, neste sentido os seus integrantes lançam mão das mais variadas formas de disseminar informações e com isso alcançar os objetivos presentes no estatuto da associação. Desta forma, em sua trajetória encontraremos muito eventos artísticos-culturais, eventos científicos, passeatas, rodas de discussão e

intervenções realizadas em órgãos políticos que em alguns momentos são desenvolvidos em parceria com outros movimentos sociais e instituições e que agregam no reconhecimento da sua luta.

Alguns já foram relatados no decorrer deste capítulo à medida que os documentos foram remexidos e as memórias foram sendo ressignificadas. Os demais serão expressos a seguir a partir da cronologia de seus acontecimentos.

Uma vez compreendendo a dimensão plural dos documentos (BELLOTO, 2006) estamos nos deparando com suas características de materialidade e imaterialidade.

Azevedo Netto, José Mauro Loureiro, Maria Lúcia Loureiro (2013) chamam atenção para o fato dos objetos ao passo que se enquadram como documentos por refletirem seus aspectos de materialidade e imaterialidade, sendo o primeiro atrelado aos aspectos físicos como verdadeiros mecanismos de transportar a memória por entre os tempos; o segundo aspecto faz menção às informações neles inseridas e que muitas vezes não são visíveis a olho nu, neste sentido o acervo da Liga Canábica detém documentos não convencionais como: folders, camisas, canecas, bottons, fotografias, jornais que se referem ao resultado das ações desempenhadas pela instituição no tempo e no espaço, e, portanto, constituem verdadeiros potenciais memorialísticos, por conseguinte, de informações que em alguns casos necessitam ser desvendadas (ORTEGA; LARA, 2010).

Ainda de acordo com Azevedo Netto, José Mauro Loureiro, Maria Lúcia Loureiro (2013) as informações dos objetos podem ser permanentes ou transitórias, intencionais ou involuntárias.

Figura 25 – Materiais de campanha



Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

Desta forma os documentos/objetos carregam consigo uma relação íntima com os fenômenos memoriais e identitários, pois no tocante a dimensão da memória, esta vem percorrer “um universo simbólico dos mais significativos, mediante um processo de representação no qual são criados referentes para sua cristalização nas consciências, quer individuais quer coletivas, aproximando-a, em muito, da noção de identidade” (AZEVEDO NETTO, 2008, p. 12).

Sendo assim, os documentos presentes no acervo da Liga podem ser compreendidos como verdadeiros canais de ligação entre ela e suas próprias memórias (CÓRDULA, 2015), assim como nos viabiliza perceber as feições e caminhos assumidos pela Liga no transcorrer do tempo, e como verdadeiros monumentos (LE GOFF, 1996) que expressam e representam um específico momento ou ação de relevância.

Os objetos apresentados na figura 25, em especial, guardam relação direta com as ações desenvolvidas pela Liga ao passo que acompanham seus integrantes nelas como forma de se fazer mais expressivas e afirmando assim o sentimento de pertença, ou melhor, identidade. Além disso, os referidos objetos constituem formas

de arrecadação de capital financeiro uma vez que são vendidos e essa renda é convertida nas ações e necessidades da Liga.

Os documentos elencados a seguir, bem como os anteriormente já apresentados no auxiliam a compreender a memória institucional (THIESEN, 2013) construída pela Liga Canábica da Paraíba, que alcança as razões e ações de militância desde o ano de 2014 e vão até os acontecimentos mais atuais resultando em seus eventos, intervenções, ações sociais, reuniões de grupo já atrelados a uma instituição formal - instituída - em relação à perspectiva jurídica legal.

Nesta direção, de acordo com o documento administrativo fornecido pela vice-presidente da associação - Relatório de atividades da Liga Canábica da Paraíba referente ao biênio 2015-2017 - visualizamos as ações realizadas a seguir, e algumas delas estão refletidas em objetos e documentos presentes em seu acervo, outrossim, algumas já relatadas no decorrer deste trabalho dissertativo:

Quadro 5 – Ações desenvolvidas pela Liga entre 2015-2018

MÊS/ANO	AÇÃO DESENVOLVIDA
SETEMBRO/2015	Participação em reunião na Anvisa para apresentação de demandas dos pacientes e associações.
OUTUBRO/2015	Palestra para grupo de pacientes e militantes, em Recife - PE.
NOVEMBRO/2015	Roda de conversa “Drogas e Direitos Humanos: o caso da maconha medicinal”. Com Tarso Araújo, Diretor do filme “Illegal” e autor do Livro “Almanaque das Drogas”, Olívia Almeida, da Frente Paraibana Drogas e Direitos Humanos, e Júlio Américo, Presidente da Liga Canábica da Paraíba. Auditório 412 do CCHLA.
MARÇO/2016	Palestra: Uso medicinal da cannabis no judiciário brasileiro (Emílio Nabas e José Godoy), no CCJ da

	UFPB.
MAIO/2016	Show de lançamento da Liga Canábica em João Pessoa, na Sala de Concertos José Siqueira, no Espaço Cultural, com a presença de Adeildo Vieira, Gláucia Lima e Seu Pereira.
JULHO/2016	Liga Canábica: nossa luta em verso e prosa. No projeto Café em verso e prosa, no Empório Café, em Tambaú, com os artistas Suzi Lopes, Nyka Barros, Flávio Lira, Antônio Mariano e Lau Siqueira.
OUTUBRO/2016	Palestra no CCJ “Cannabis medicinal: aspectos jurídicos”, dentro do projeto de extensão em cannabis medicinal coordenado pela Profa. Katy Lisias. Participação da Liga no Concerto da Orquestra Sinfônica Jovem.
NOVEMBRO/2016	II Encontro Paraibano de Biologia, promovido pela UEPB, no Campus I, em Campina Grande.
DEZEMBRO/2016	Participação em o I Simpósio Drogas, Direitos Humanos e Modos de Cuidar, promovido pela UFCG, no Auditório do Tribunal de Júri do Fórum Afonso Campos, em Campina Grande/PB.
MARÇO/2017	Evento na Bodega arte café. “Liga Canábica: cantando a luta”, com Adeildo Vieira, Gláucia Lima e convidados. Simpósio no Piauí.
ABRIL/2017	Reunião com ativistas e militantes para criação de um núcleo da Liga Canábica em Natal. Presença do Prof. Sidarta Ribeiro.

MAIO/2017	Audiência Pública na Assembleia Legislativa da PB. Café pensante na OAB-PB. Palestra “Cannabis: um olhar em perspectiva”, com Tarso Araújo, diretor do filme Ilegal. No auditório 412 do CE-UFPB.
JUNHO/2017	Envio à Anvisa de uma Carta de Repúdio contra a nota do CFM e da ABP, em representação às demais associações e entidades. Participação no 1º Fórum Delta 9: as implicações da legalização e regulamentação da cannabis, em Natal-RN.
JULHO/2017	Elaboração de petição da Liga Canábica, representando outras associações e entidades, à Defensoria Pública da União contra nota publicada pelo CFM e pela ABP contra o uso terapêutico da cannabis. I Seminário sobre o uso medicinal da cannabis, com a médica psiquiatra Eliane Guerra, de SP, no Auditório da Reitoria, na UFPB.
AGOSTO/2017	Roda de conversa: por uma política pública nacional de cannabis medicinal, com Renato Filev, cientista da UNIFESP e do CEBRID.
SETEMBRO/2017	Roda de conversa com Margarete Brito, Participante do filme “Ilegal” e primeira mãe brasileira a ter salvo conduto para cultivar cannabis para fins terapêuticos. No Centro de Educação da UFPB.
OUTUBRO/2017	Audiência Pública na Câmara Municipal de João

	Pessoa.
	Participação no evento: Direitos Humanos e uso de Drogas: criminalização e ativismo. CCHLA-UFPB
NOVEMBRO/2017	Show de Lançamento da Liga Canábica em Campina Grande, com os artistas: Gláucia Lima, Tita Moura, Adeildo Vieira e Toninho Borbo, no Cine São José, em Campina Grande.
	Participação no Congresso Brasileiro de Medicina de Família e Comunidade, com Dr. Gustavo, em Curitiba-PR.
	Palestra em Evento promovido pela UFTO, em Palmas - TO.
	Palestra para pacientes na cidade de Guarabira - PB.
MARÇO/2018	Participação na marcha pelo Rio Gramame.
	Parceria no projeto de extensão coordenado pela Dra. Katy Lisias, na UFPB.

Fonte: Adaptado do relatório de atividades da Liga Canábica da Paraíba no biênio 2015-2017.

As atividades ainda contam com reuniões realizadas com instituições diversas, mas que possuem relação com a ideologia da Liga e seu trabalho, dentre eles, a UFPB, o Laboratório Industrial Farmacêutico do Estado da Paraíba – LIFESA e o Instituto Nacional do Semiárido – INSA. As reuniões ocorreram no sentido de se firmar convênios e parcerias para melhor atender aos usuários de cannabis medicinal. Além disso, houve participações em programas televisivos e de rádio em níveis local e nacional.

Figura 26 – Folder de divulgação do evento “Drogas e Direitos Humanos: o caso da maconha medicinal”



Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica.

O evento alusivo à figura 26 foi realizado pela Frente Paraibana de Drogas e Direitos Humanos e da Liga Canábica da Paraíba e a mesa foi composta por Tarso Araújo, Olivia Almeida e o presidente da Liga Júlio Américo Pinto. O evento ocorreu no dia 19 de novembro de 2015 no auditório 412 do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da UFPB, Campus I em João Pessoa. Na oportunidade discutiu-se acerca do acesso a cannabis medicinal e o reflexo dos direitos humanos nesse processo: seu papel e necessidade.

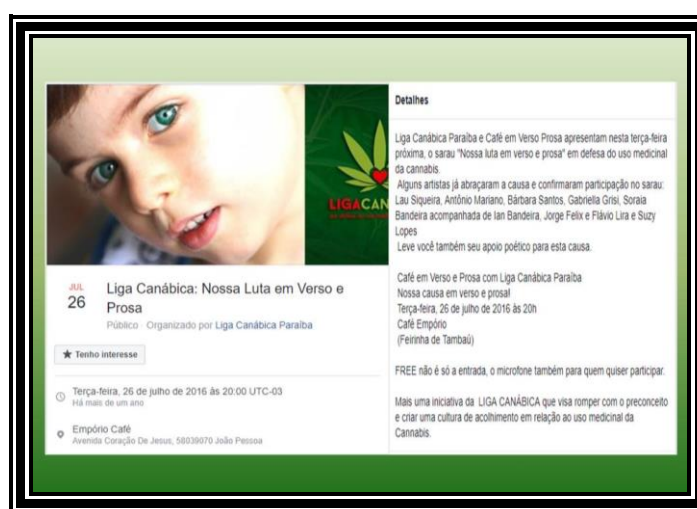
Em entrevista concedida à assessoria da UFPB Júlio Américo alega que em relação a eventos como esse são necessários uma vez que

momentos como esse são essenciais para levar à sociedade a discussão acerca dos direitos humanos dos usuários de Cannabis Medicinal e mobilizar as forças ativas da sociedade para lutar juntas por uma Política Nacional de Cannabis Medicinal que garanta acesso universal e qualificado a todas as formas de tratamento com cannabis e valorize a pesquisa científica e o uso médico nessa área, até agora

muito negligenciados. (ASSESSORIA DE NOTÍCIAS DA UFPB, 2015)⁴⁶.

No dia 26 de julho de 2016 ocorreu o evento subsequente ao de lançamento da Liga Canábica da Paraíba, intitulado “Liga Canábica: nossa luta em verso e prosa”, que fez parte do projeto da atriz Suzy Lopes chamado Café em verso e prosa em que estabeleceu entrada franca.

Figura 27 – Convite para participação do evento “Café em verso e Prosa”



Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

O evento foi pensado no intuito de tornar público a causa da luta da Liga. Era um evento cultural que reunia poetas, escritores, uma espécie de sarau, onde tinha performance juntava o pessoal do teatro de artes com outras pessoas. “E acontecia no empório café lá em Tambaú. Aí eles ofereceram o espaço e a gente fez ‘Nossa Liga Canábica: nossa luta em verso e prosa’”, relembra Júlio Américo (2018). Ele aponta que o evento reuniu além da atriz Suzy Lopes outros artistas famosos, dentre eles os poetas: Lau Siqueira e Antônio Mariano.

⁴⁶ ASSESSORIA DE NOTÍCIAS DA UFPB. **Diretor do documentário “Ilegal” fará palestra no Campus de João Pessoa**. Publicada em 13 de novembro de 2015.

Disponível em:

<http://www.ufpb.br/content/diretor-do-document%C3%A1rio-%E2%80%99Cilegal%E2%80%99D-far%C3%A1-palestra-no-campus-de-jo%C3%A3o-pessoa>. Acesso em 01 fev. 2019.

Figura 28 – Convite de evento realizado pela Liga em parceria com a OSJPB



Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

Em 20 de outubro de 2016 foi a vez de lançar mão de mais um evento de cunho artístico cultural em que a Liga Canábica em parceria com a Orquestra Sinfônica Jovem da Paraíba promoveu um concerto que foi precedido de um encontro dos participantes com os integrantes da Liga Canábica. Desta forma o público convidado tinha contato com os valores e ideais da Liga canábica a causa da luta era apresentada e o convite era feito para se fortalecer o movimento social.

Figura 29 – Folder de divulgação do II ENPBIO



Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba

Em novembro e dezembro de 2016 foi a vez da Liga Canábica participar do II Encontro Paraibano de Biologia promovido pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB (campus I) no período DE 28 de novembro a 02 de dezembro na cidade de Campina Grande - PB. Na oportunidade foi organizada uma mesa redonda no dia 30 de novembro de 2016 das 09:00 às 10:00h intitulada “Liga Canábica Paraibana” sob mediação de Matheus Cândido discutiu-se mais uma vez as propostas da associação e sua razão de luta.

Sheila Geriz e Júlio Américo foram convidados a participar de outro evento na cidade de Campina Grande – PB, I Simpósio sobre Drogas, Direitos Humanos e modos de cuidar realizado no dia 02 de dezembro de 2016 pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG em conjunto com o Projeto Redes da FIOCRUZ, a Prefeitura de Campina Grande, o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (Campina Grande), o CRP 13, a Liga Interdisciplinar de Saúde Mental (LIAS-ME) e o Pet Gradua-SUS/UFCG. Neste dia o presidente e a vice-presidente da Liga Canábica palestraram sobre o referido tema “Saúde e Direito de Escolher: o caso da cannabis medicinal”.

Figura 30 – Folder do I Simpósio sobre Drogas, Direitos Humanos e modos de cuidar



Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

Nota-se que no ano de 2016 os eventos propostos pela Liga eram articulados mais no sentido de se tornar conhecida a associação, e, por conseguinte as finalidades terapêuticas da cannabis funcionando como um verdadeiro processo de inserção social, e consequente conquista de espaços públicos.

No ano de 2017 foi realizada no dia 12 de maio uma audiência pública na Assembleia Legislativa da PB - ALPB que discutiu o uso medicinal da cannabis na Paraíba, na oportunidade Júlio Américo e Sheila Geriz compuseram a bancada juntamente a apoiadora da causa a deputada Estela Bezerra (que solicitou a audiência). De acordo com a deputada à época:

[...] a epilepsia, a esclerose múltipla, doenças neurológicas, inclusive no alívio de sintomas do câncer, são alguns dos benefícios dos derivados da planta. “É necessário que a Casa de Eptácio Pessoa venha a debater políticas públicas para seu uso medicinal. É uma demanda do povo e precisamos abrir esta discussão sem preconceitos”, enfatizou a parlamentar. (AGENDA PARAÍBA, 2017).

Júlio Américo na mesma linha frisou o proeminente papel que tem a casa parlamentar em garantir o acesso à saúde e assim ser uma aliada para os pacientes que precisam da substância promovendo assim qualidade de vida para os mesmos. Participaram deste momento a então diretora administrativa da Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança (Abrace) Endy Lacet, o neurologista Marcos Aurélio Smit, a professora da UFPB Katy Albuquerque e o procurador regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público da União (MPU), José Godoy Bezerra de Souza como defensores à discussão em que o estado da Paraíba estava sendo pioneiro, bem como a elaboração de políticas públicas que garantam o acesso ao uso medicinal da planta.

Figura 31 – Audiência Pública na ALPB em maio/2017

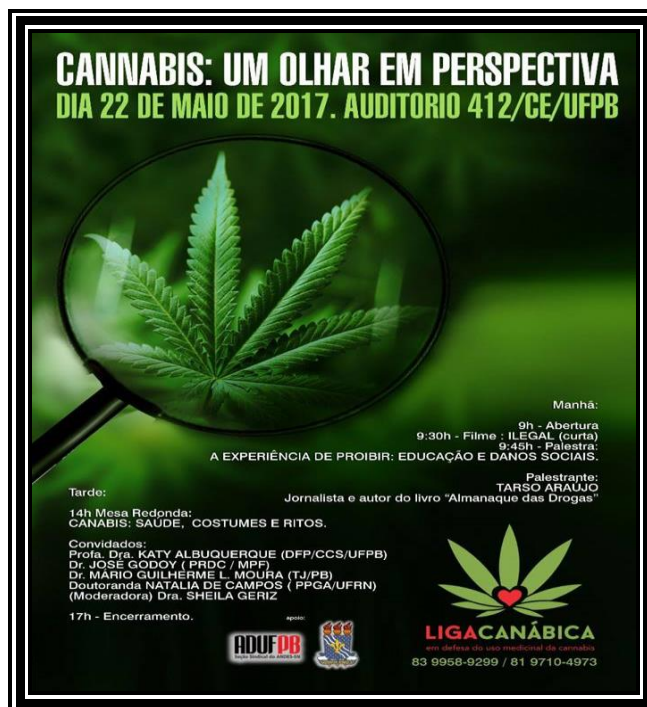


Fonte: AGENDA PARAÍBA (2017).

Em 22 de maio de 2018 foi promovida a palestra “Cannabis: um olhar em perspectiva” em que mais uma vez contaram com a presença do jornalista e diretor do filme “Ilegal” Tarso Araújo e que num primeiro momento contou com a exibição do filme.

Em seguida procedeu-se com a palestra de Tarso Araújo intitulada “A experiência de proibir: Educação e Danos morais”, e ainda se estabeleceu uma mesa redonda para discutir Cannabis, saúde, costumes e ritos.

Figura 32 – Folder da palestra “Cannabis: um olhar em perspectiva”



Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

No dia 10 de junho de 2017 houve a atuação da Liga Canábica em outro estado brasileiro, no caso, na cidade de Natal no Rio Grande do Norte, em que participaram do 1º Fórum Delta 9 – As implicações da legalização e regulamentação da cannabis realizado pela Com.Cannabis com o apoio da UFRN e do Instituto do Cérebro (Figura 33). O evento é considerado o maior do nordeste no segmento canábico e que reúne na maioria das vezes palestrantes nacionais e internacionais com discussões nas searas medicinal, judicial e social. Na oportunidade Júlio Américo atuou como palestrante trazendo as experiências da Liga.

Figura 33 – 1º Fórum Delta 9



Figura 34 - 3º Fórum Delta 9



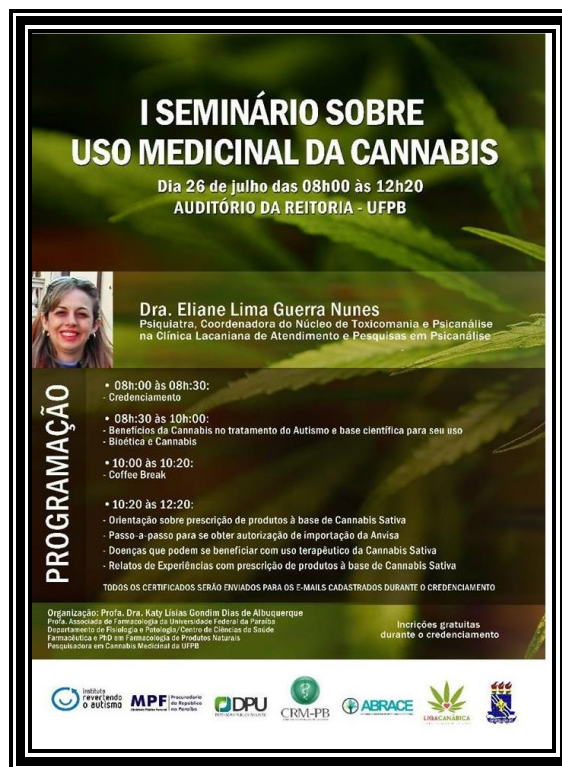
Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

A Liga canábica participou de duas das três edições do evento, a última foi na 3ª edição, realizada no dia 26 de maio do ano de 2018, trazendo discussões pautadas em três eixos: Maconha, Sociedade e Saúde (Figura 34). Quem atuou como palestrante neste episódio foi Sheila Geriz trazendo considerações acerca da relação entre maconha e família.

A associação Liga Canábica da Paraíba realizou o I Seminário sobre o uso medicinal da cannabis em parceria com a UFPB e versou acerca do uso de medicamentos à base da planta em pacientes portadores de Transtorno do Espectro Autista⁴⁷. A ocasião contou com a presença da Psiquiatra Eliane Guerra Nunes, que à época estava como coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de Santo André (SP) e do Núcleo de Toxicomania da Clínica Lacaniana de Atendimento e Pesquisas em Psicanálise (Clipp) que parabenizou a UFPB pela promoção da discussão.

⁴⁷ Também conhecido por Autismo. De acordo com Fujita Jr (2011) editor do Portal Drauzio Varella: “Autismo é um transtorno global do desenvolvimento marcado por três características fundamentais: Inabilidade para interagir socialmente; Dificuldade no domínio da linguagem para comunicar-se ou lidar com jogos simbólicos; Padrão de comportamento restritivo e repetitivo”. In: FUJITA JR, Luiz. Autismo. Publicado em 19 de abril de 2011 no Portal Drauzio Varella. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/autismo/>. Acesso em 01 fev. 2019.

Figura 35 – Folder do I Seminário sobre uso medicinal da cannabis



Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

O evento foi um verdadeiro sucesso reunindo estudantes, pesquisadores e várias autoridades públicas no local, o auditório ficou repleto. Para compor a mesa de abertura do seminário, se fizeram presentes o representante do Ministério Público Federal, Mário Guilherme Leite de Moura; o representante da Defensoria Pública da União, Edson Júlio de Andrade Filho; e a representante do mandato da deputada estadual Estela Bezerra. Além disso, contou-se com a presença da Professora Katy Lisias Gondim que estava na organização do evento e o presidente do Instituto Revertendo o Autismo (IRA), Moisés Ortega. A reitora da universidade Profa. Dra. Margareth Diniz também esteve presente e participou do debate. Júlio Américo palestrou acerca do papel da associação na difusão de informações científica sobre a erva e seus componentes. (LE MOS, 2017).

Foi realizada uma roda de diálogos no dia 29 de setembro de 2017 no auditório do Centro de Educação da UFPB acerca do cultivo doméstico da cannabis em que a Liga Canábica trouxe para mediar essas conversas a advogada Margarete

Brito, coordenadora geral da Associação de Apoio e Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal (Apepi). Ela integrou uma das histórias retratadas no filme “Illegal: A vida não espera” de Tarso Araújo e que foi a primeira mãe brasileira a conseguir um amparo judicial para permissão de cultivar cannabis em sua residência.

Figura 36 – Cannabis medicinal: mães que cuidam cultivando



Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

Margarete Brito integrou uma das histórias retratadas no filme “Illegal: a vida não espera” de Tarso Araújo e foi a primeira mãe brasileira a conseguir um amparo judicial para permissão de cultivar cannabis em sua residência, neste sentido ela pôde repassar um pouco de suas experiências para as mães e estudiosos presentes.

Figura 37 – Cannabis medicinal: mães que cuidam cultivando



Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

Ademais, eventos no sentido de prover a sociedade de conhecimento acerca dos entraves jurídicos e sociais que envolvem a planta e seu processo de legalização temos a “Roda de conversa: Política Pública Nacional de Cannabis Medicinal” realizada no dia 25 de agosto de 2017 na UFPB com o representante da marcha da maconha do Ceará Ítalo Coelho de Alencar e o neurocientista do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) Renato Filev.

Outro evento nessa mesma vertente foi a participação da Liga em uma mesa redonda no IV Congresso Brasileiro sobre Saúde Mental e Dependência Química intitulada “Direitos humanos e uso de drogas: criminalização e ativismo” na ocasião a vice-presidente da Liga Canábica proferiu uma palestra sobre a cannabis na perspectiva da criminalização do direito à saúde, inclusive contou-se com a presença do então presidente da ABRACE Cassiano Teixeira.

No dia 17 de novembro de 2017 foi o momento de a Liga Canábica fazer um novo lançamento, dessa vez na cidade de Campina Grande – PB.

Figura 38 – Folder do lançamento da Liga Canábica em Campina Grande - PB



Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

De acordo com Sheila Geriz houve um grupo de pessoas que manifestou interesse em saber informações sobre os efeitos medicinais da planta, e neste sentido buscou contato com a Liga Canábica, devido à aglutinação dessas pessoas e como a associação já vinha numa perspectiva de expansão resolveram então fazer seu lançamento oficial na cidade de Campina Grande.

O evento contou com apresentações musicais dos artistas Adeildo Vieira, Gláucia Lima, Titá Moura e Toninho Borbo, além disso foram exibidos vídeos sobre o uso medicinal da planta, bem como pacientes e integrantes da Liga puderam apresentar um pouco de suas experiências com as implicações para conseguir acesso ao tratamento.

A Liga Canábica sempre veio nesta perspectiva de acolhimento e de liberdade de discussão, suas ações e eventos desenvolvidos ao longo de sua trajetória no intuito de se levar informação acerca do uso medicinal da cannabis para a população são reflexos dessa ideologia, pois sempre se buscou mesclá-los com propostas culturais.

Então as discussões que pautam o contexto de luta desta associação são na maioria das vezes regadas a muita música, poesia, gastronomia e acima de tudo fraternidade.

Nesta direção chamamos atenção para o evento realizado no bar e restaurante cultural “A Bodega Arte Café” no dia 23 de novembro de 2018 com um bate-papo com o Prof. Pós-Dr. Ivonaldo Neres Leite sobre Políticas Alternativas para cannabis: a experiência implementada no Uruguai, a regulamentação do mercado e a venda ilegal. O debate foi erguido a partir das experiências da construção de seu trabalho de pós-doutoramento realizado junto a Universidad de la República Uruguay na área de ciências sociais e o mesmo pode trazer um pouco do panorama de políticas de drogas no contexto do Uruguai.

Figura 39 – Evento na Bodega Arte e Café



Fonte: Arquivo Privado da Liga Canábica da Paraíba.

As discussões eram fracionadas e contavam com a mediação do Prof. Dr. Ricardo Figueiredo Lucena e à medida que encerravam as rodadas o público era contemplado com as apresentações musicais dos artistas Débora Malacar, Jonathas Falcão (Seu Pereira) e Pedro índio Negro quando não se disponibilizava o microfone para os participantes presentes também cantarem ou recitarem versos. Além disso, o espaço propiciou um lugar para venda dos produtos da Liga Canábica da Paraíba

com vistas à realização das ações subsequentes. Registra-se que a dona do estabelecimento Bodega Arte Café é integrante da Liga Canábica.

Neste sentido o modo de operar da Liga Canábica como movimento social a faz distinta dos movimentos mais convencionais, pois além de levar informações confiáveis a respeito da maconha medicinal, ela também leva cultura e entretenimento. Isso é o diferencial para Júlio Américo de outras associações como a ABRACE, por exemplo.

Sheila Geriz chama atenção neste sentido para alegar que no início da militância no estado da Paraíba, eles e o então presidente da ABRACE – Cassiano – iniciaram na mesma raiz, inclusive, pensaram em fundar uma instituição juntos uma vez que pelo fato de o mesmo falar inglês fluentemente ajudava no contato com as empresas estrangeiras para realizar a importação.

“No inicio ainda tivemos duas ou três reuniões com as primeiras mães que começaram a usar nos seus filhos e pensamos em criar uma associação juntos, mas aí depois vimos que a forma de trabalhar era diferente, o que a gente pensava em estrutura em funcionamento era diferente. E aí nos distinguimos, cada um foi pro seu lado, mas sempre ajudando, um ajudando o outro na militância e no que precisava.” (Sheila Geriz, 2018).

Sheila afirma ainda que a Liga veio em uma linha de trabalho mais educativo e político de criar uma cultura de desmistificação e fazer com que a população entendesse que maconha é remédio, em contrapartida a proposta da ABRACE se voltava mais ao fornecimento, em produzir o óleo e disponibilizar para quem dela necessitava: *“Aí começaram a conseguir reunir famílias e pessoas do Brasil inteiro que são usuários do óleo, hoje eles atendem paciente do Brasil inteiro. E a gente sempre teve uma relação de ajuda recíproca, tem alguns pacientes que são da LIGA que também são associados da ABRACE, que usam o óleo que é produzido lá”*. (Sheila Geriz, 2018).

A vice-presidente da Liga ainda faz menção ao fato da ajuda da Liga no tocante à autorização para a ABRACE cultivar a planta quando afirma: *“A gente ajudou muito na época de se conseguir autorização, por exemplo, o contato com o ministério público federal que foi quem deu um parecer favorável, sempre foi feito muito a partir da experiência que o ministério público tinha tido com a Liga Canábica, com as famílias da Liga*

Canábica, também parcerias com a universidade, muita coisa que hoje existe na ABRACE foi tudo gerada nesse início onde se caminhava muito junto.” (Sheila Geriz, 2018).

A ABRACE assumiu uma estrutura de empresa e hoje atende pacientes de todo o Brasil buscando manter o tratamento dos mesmos com o óleo produzido lá, no caso os pacientes cadastrados. Assim, as ações da Liga no espaço e no tempo foram eficazes para se galgar conquistas em três esferas específicas: no campo social, na academia e nas políticas públicas. Por meio dessa cultura de acolhimento, instituída pela Liga, as pessoas passaram a enxergar a planta de outra maneira, nos vários espaços percorridos pela associação:

“Hoje as pessoas tem outra perspectiva, se fala, no máximo, elas dizem assim, ‘para o medicinal, tudo bem’, mas hoje já questionam essa questão da proibição, já questionam um monte de coisas, então hoje você ver sendo muito mais discutido, entrando muito mais nos diversos segmentos da sociedade, independentemente de religião, de classe social, você percebe que há uma discussão maior e isso eu acho que se deve muito também a um trabalho forte da LIGA.” (Júlio Américo, 2018).

Visualizamos o caminho inverso, ou seja, a linha embora continue o trabalho de se inserir na sociedade e levar informações, hoje são as pessoas que buscam a Liga para obter informações e questionar sua aplicabilidade no tratamento de doenças, a questão de políticas públicas quanto a sua regulação, as formas de acesso, rompendo, de certo modo, com o estereótipo do medo de se falar sobre, bem como com a corrente de preconceito.

Na academia, o presidente da Liga ressalta as conquistas através dos vários trabalhos desenvolvidos a partir das experiências de pacientes da Liga Canábica, bem como da própria instituição são: Trabalhos de conclusão de curso, Dissertações, Teses de doutoramento, Projeto de extensão, o mesmo ressalta a criação de uma linha de pesquisa no doutorado em neurociências para se pesquisar os efeitos terapêuticos da planta. No tocante a universidade, num sentido geral *“já tem outros vários cursos que se interessam pela cannabis desde o pessoal das Ciências Sociais que querem estudar essa coisa toda, até o pessoal de terapia ocupacional, agora mesmo teve um encontro nacional de terapia ocupacional dos militantes e tudo, e a gente foi lá dar uma palestra com o pessoal buscando a gente, a gente foi em várias universidades dar palestra.” (Júlio Américo, 2018).*

Ele cita também que hoje se tem uma proposta de oferta de uma disciplina sobre cannabis medicinal no rol de disciplinas optativas dos cursos de graduação ofertadas pela UFPB com projeção de que em 2019 essa disciplina se torne obrigatória para alguns cursos, dentre eles, medicina e que possivelmente haja a criação de uma disciplina como essa para integrar o quadro de disciplinas do mestrado e doutorado em neurociências da instituição.

O presidente da Liga ainda referencia um projeto que está em andamento na UFPB que é desenvolvido em parceria com o Laboratório Industrial Farmacêutico do governo do estado e a Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado da Paraíba – FAPESQ/PB *“[...] junto com a ABRACE e a Liga Canábica, em que a universidade vai plantar maconha, vai fazer um projeto piloto com plantação, beneficiamento, colheita e produção de óleo, e esse óleo vai ser testado em fase clínica até a produção de um fitoterápico para epilepsia refratária e provavelmente para autismo também.”* (Júlio Américo, 2018).

Desse modo, o que configura, caso haja êxito do projeto, um grande salto na perspectiva da ampliação do fornecimento de óleo, pois a população terá mais possibilidades de acesso, além disso, a vinculação de um órgão científico neste projeto contribuiu para o aumento da produção científica em torno da eficiência terapêutica da planta.

As ações na academia foram de grande valia, pois contribuíram para a ampliação do movimento em nível nacional e quando partimos para o campo das políticas públicas (o grande foco da Liga), Júlio Américo considera que é onde precisam avançar ainda mais, ainda assim, galgaram alguns avanços. Ele relembra a participação na audiência pública realizada na Assembleia Legislativa da PB e que também *“[...] já fez sessão especial na assembleia legislativa, a gente já tem vários parlamentares que se sensibilizaram com a causa, e hoje se colocam à disposição, vem acompanhando a gente, como é caso da deputada Estelizabeth, a gente fez uma sessão especial na câmara dos vereadores, já teve encontro com o presidente da câmara dos vereadores, amanhã nós vamos ter um encontro com o secretário de saúde do município pra levar essa proposta, já estamos contatando alguns candidatos a governador para provocá-los para incluir nos seus planos algo para a cannabis medicinal/terapêutica.”* (Júlio Américo, 2018).

O Presidente da Associação ainda chama atenção para o engajamento do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União no apoio ao trabalho desenvolvido pela Liga, mas que também começaram a levar a discussão nas palestras que eles próprios organizam e participam: *“Dr. José Godoy já deu palestra, inclusive, em eventos do Rio de Janeiro defendendo essa questão da política de drogas, da mudança na política de drogas, isso aí são avanços”*, destaca Júlio Américo (2018).

Desta forma essas articulações estabelecidas e propostas pela Liga fazem com que a mesma se multiplique no campo social, ganhando visibilidade e com isso trazendo novos associados e adeptos à causa da cannabis medicinal.

Uma verdadeira rede de apoio e compromisso com a luta, que observado o empenho e engajamento de seus integrantes para com a execução dessas ações e atividades listadas deduzimos que não demorará muito para que alcance o seu objetivo central: uma política pública voltada para a cannabis medicinal, promovendo o acesso à saúde igualitário refletido na compra do medicamento a um preço acessível ou mesmo a regulamentação do plantio para cultivo próprio, o que no caso deste último facilitaria grandemente a vida de famílias não tão abastardas.



É TEMPO DE COLHEITA

5 É TEMPO DE COLHEITA



A dor é minha, quem não está conseguindo tocar a vida normalmente sou eu. Quem é o Estado pra falar o que vai diminuir a minha dor?

(Juliana Paolinelle – Filme Illegal)

Chegamos ao fim de um percurso intenso, em que pudemos transitar por uma trajetória de anseios e devaneios, perspectivas de futuro marcadas pela dor e pelo desejo de uma sociedade cada vez mais justa e igualitária, sobretudo, no âmbito da saúde brasileira. Uma trajetória marcada ainda por histórias de pais e mães que buscando propiciar uma melhoria na qualidade de vida de seus filhos revestem-se de forças e ainda mais de amor para juntos, numa espécie de rede de apoio e colaboração, enfrentar os ditames de uma sociedade preconceituosa e individualista, de um sistema político extremamente engessado e cada vez mais “politizado” em que os interesses pessoais sobrepõem os interesses públicos.

Recordemos Morin (1998) ao apontar para a cortina de fumaça que o sistema joga sobre a verdadeira informação, e neste sentido não podemos assumir para nós os discursos prontos e imparciais impostos por um sistema de controle social que ainda está longe de subverter as desigualdades sociais.

A questão da legalização de drogas, em especial a maconha, ainda é discutida como um tabu por uma parcela grande do tecido social, como algo verdadeiramente injustificável, porém, quando nos deparamos com a realidade vivida pelos pais e mães que compõem a Liga Canábica da Paraíba ou tantos outros que se encontram na mesma situação pelo Brasil e pelo mundo de que não temos ciência, a gente se despe de todo individualismo, preconceito e estigma. Esta postura cai por terra, e com isso, aprendemos com a dor do outro a ter, sobretudo, empatia, e assim criamos uma máscara de oxigênio e passamos a enxergar por entre a cortina.

Ao caracterizar a trajetória da Liga Canábica averiguamos se tratar de uma associação fractal que ganhou fôlego com seus obstáculos, construiu sua identidade a partir da própria luta e está conseguindo transitar por muitas searas de poder antes mesmo inimagináveis, nesta direção, o seu arquivo surge como um espaço vivo que guarda relação direta com as ações e atividades desenvolvidas ao longo do tempo e do espaço.

Os documentos praticamente falam por si só, constituem os reflexos de uma instituição social que mesmo ainda quando fazia parte de um campo virtual (THIESEN, 2013) restou por deixar materiais de memória (LE GOFF, 1996) que ao serem analisados sob a perspectiva do tempo presente de alguém conseguem reconstruir episódios do período das primeiras ações desempenhadas em Brasília no ano de 2014, por exemplo, a partir também das narrativas orais de seus dirigentes que deram cores e contornos mais quentes à análise num processo dual entre lembrar e esquecer que para Thiesen (2013) e Assmann (2011) compõem o mecanismo da memória humana.

Ficou evidente que a maconha, ou usando o seu nome científico *cannabis sativa*, perpassou um processo histórico de demonização que vai desde a época da escravidão no Brasil e avança para o contexto de século XXI, agora com a incidência das ferramentas tecnológicas de informação e comunicação que tornaram as formas de acesso e disseminação instantâneas, e com isso a vinculação de informações falsas cada vez mais recorrentes.

Saem da compreensão de um contexto de uso ritualístico, cultural, medicinal (CARNEIRO, 2013); (SOUZA, 2003); (LUNARDON, 2015); (SOUZA, 2012) por parte de um determinado grupo social e passam a enquadrar a utilização da erva como algo mal, tenebroso e perigoso. Isso numa tentativa de higienização com o intuito de embranquecer ainda mais a sociedade, uma vez que o fumo de angola, diamba, liamba ou pito do pango constituía um ato tradicional da cultura negra, como bem esclarecem Barros e Peres (2012). E quando se aprofunda na utilização para uso medicinal, conforme Silva (2014) nos deparamos com registros que datam desde as sociedades antigas.

Neste caso, voltar no tempo e resgatar esse contexto primeiro de uso se faz necessário, pois é nessa vertente que está ancorada à luta da Liga Canábica da Paraíba. Neste processo contrainformativo, de desmistificação, de trazer à tona fontes confiáveis de informação quanto aos benefícios propiciados com o uso terapêutico da erva, de requerer políticas públicas que regulem o cultivo no Brasil - já que mesmo com a importação o processo se torna dispendioso e oneroso -, nesta vertente de pensar no outro, na qualidade de vida e direito a saúde igual por meio da construção de uma cultura de acolhimento que situamos a luta desta associação.

Nesta direção é preciso assinalar a cannabis medicinal como uma questão necessária no campo da saúde pública brasileira e que precisa de políticas públicas criadas e efetivadas proporcionando uma assistência humanizada para os inúmeros sujeitos que detêm patologias sérias, como é o caso da epilepsia refratária e outras patologias, assinaladas por Carlini (2001) e Inaba e Cohen (1991).

Entretanto este reconhecimento deve vir de patentes superiores. É necessário que o governo comece a repensar a regulação da cannabis medicinal como uma questão de saúde pública urgente, abrindo os olhos não com a venda do preconceito, mas lançando-a fora e enxergando o contexto de familiares convivendo com a dor, com o desespero e em alguns momentos com as perdas.

É preciso entender que a ciência e a tecnologia brasileiras avançaram e continuam a avançar e que através de seus órgãos, como as universidades, por exemplo, conseguem dar conta de pesquisas e análises clínicas que viabilizem os estudos de seus componentes (CBD e THC) em relação a quantidades para administração em pacientes e seus possíveis efeitos colaterais.

A execução desta pesquisa nos possibilitou não apenas absorver conhecimentos teóricos, mas, sobretudo, ensinamentos de vida através da empatia para com a situação do próximo. O objetivo não é somente contribuir com a pesquisa, nem tampouco findar as narrativas em torno dessas questões com um ponto final, mas abrir margem para o desenvolvimento de novos estudos e discussões em torno da cannabis medicinal, bem como do proeminente trabalho desenvolvido por esta associação.

Conseguimos assim, através do potencial informativo presente em seu acervo documental associado ao mecanismo da memória revelar uma instituição social em constante movimento, e que suas dinâmicas de atuação, conforme apontado por Júlio Américo e Sheila Geriz envolvem luta, amor, acolhimento, companheirismo e resistência.

Desta forma, esperamos que a presente pesquisa dissertativa consiga trazer ainda mais visibilidade para o trabalho desempenhado pela Liga Canábica da Paraíba propiciando assim maiores avanços e ganhos de espaço, até que se chegue ao seu objetivo principal o qual estampa suas ações e campanhas que é a instauração de uma política nacional de cannabis para fins medicinais.

Neste trabalho, portanto, caracterizamos a trajetória da Liga a partir dos documentos que compõem o seu arquivo privado, compreendendo a luta da Liga da Paraíba em defesa da cannabis medicinal a partir do acesso permitido por seus dirigentes utilizando a técnica da pesquisa documental para coleta de dados e a revisão bibliográfica para levantar aportes teóricos acerca da cannabis na história da humanidade e seu processo de demonização.

Discutimos os principais marcos jurídico-legais em âmbito brasileiro acerca do processo de legalização da maconha, e de conquista por parte da Liga com a realização de uma revisão bibliográfica, assim como, observando o que foi relatado pelos dirigentes da associação cruzando com o referencial teórico construído.

Por último, refletimos sobre a trajetória de luta da Liga Canábica da Paraíba a partir da memória ressignificada por meio de seu acervo documental. Neste sentido adotamos o conceito de memória institucional de Thiesen (2013) e como auxiliador no processo de reflexão sobre a trajetória construída, lançamos mão da técnica de análise documental preconizada por Aróstegui (2006).

Reconhecemos que o assunto não está esgotado. Esperamos, no entanto despertar no leitor o desejo de empreender conosco o trajeto pelo mundo surpreendente e necessário do uso da cannabis medicinal, para conhecer um mundo cujo signo é a resistência, o descaso quem sabe, por parte do poder público e dentro do qual, ao mesmo tempo em que se reproduzem exclusões e preconceitos, são

geradas possibilidades de mudanças, acolhimento, inclusão, e perspectivas melhores de vida.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. O que é o contemporâneo? In: _____. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução de Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó. Argus, 2010, p. 55-76.
- AGENDA PARAÍBA. **Audiência Pública – Assembleia debate uso medicinal da Cannabis na Paraíba**. Publicada por AgendaParaíba.com: Política e Gestão em 12 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.agendaparaiba.com/audiencia-publica-assembleia-debate-uso-medicinal-da-cannabis-na-paraiba/>. Acesso em 01 fev. 2019.
- ARAÚJO, V. M. R. H. de. Sistemas de informação: nova abordagem teórico-conceitual. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 24, n. 1, p. 54-76, jan./abr. 1995.
- ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica: teoria e método**. São Paulo: Edusc, 2006.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ASSMANN, A. **Espaços da recordação: Formas e transformações da memória cultural**. Tradução: Paulo Soethe. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- ASSUNÇÃO, M. R. A formação da cultura popular maranhense: algumas reflexões preliminares. **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**, v. 14, n. 1, 1999. Disponível em: <http://www.cmfolclore.ufma.br/site/wp-content/uploads/2015/03/Olhar-1-recuperado.pdf#page=23>. Acesso em 28 dez. 2018.
- AZEVEDO NETTO, C. X. de. Signo, sinal, informação: as relações de construção e transferência de significados. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 1-13, 2002.
- _____. Preservação do patrimônio arqueológico – reflexões através do registro e transferência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 7-17, set./dez. 2008.
- AZEVEDO NETTO, C. X.; LOUREIRO, M.L.N.M.; LOUREIRO, J.M.M.L. O rumor dos objetos. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 14. 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2013.
- BARROS, D. S.; AMÉLIA, D. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **TransInformação**. Campinas, 2009. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/518>. Acesso em 25 abr. 2018.

BARROS, D. S; NEVES, D. A. de B. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **TransInformação**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 55-61, jan./abr. 2009.

BELLOTTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

_____. Arquivologia: objetivos e objetos. **Boletim Histórico e Informativo**, São Paulo, v.10, n. 2, p. 81-83, jul./dez. 1998.

BENJAMIN, W. A imagem de Proust. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Vol.1. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BESSA, M. A. Contribuição à discussão sobre a legalização de drogas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 3, p. 632-636, 2010.

BOURDIEU, P. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRAMATTI, J. P. C. **Percepção, alucinação e perspectivas**: um jogo de luzes e sombras. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em Filosofia) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2015. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/10976/1/2015_JulianaPatr%c3%adciaCampeloBramatti.pdf. Acesso em 04 abr. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

_____. Lei Nº. 8.159 de 08 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em 25 de abr. 2018.

_____. CFM. Resolução CFM Nº 2113/2014. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 de dezembro de 2014, seção I, p. 183. Disponível em: http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2014/2113_2014.pdf. Acesso em 10 dez. 2018.

BRITTO, A.C. L.; CORRADI, A. Considerações Teóricas e Conceituais sobre Arquivos Pessoais. **PontodeAcesso**, v. 11, n. 3, p. 148-169, 2018. Disponível em: <https://rigs.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/22745>. Acesso em 25 abr. 2018.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, [S.l.], v.45, n.5, p.351-360, 1991.

CAMPOS, J. F. G. **Arquivos Privados: abordagens múltiplas**. São Paulo, ARQ-SP, 2016.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016.

CARLINI, E. A. A história da maconha no Brasil. **J bras psiquiatr**, v. 55, n. 4, p. 314-317, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/jbpsiq/v55n4/a08v55n4.pdf>. Acesso em 10 dez. 2017.

_____, et. al. Drogas psicotrópicas – O que são e como agem. **Rev. Imesc.**, n. 3, p. 9-35. 2001. Disponível em: http://www.gruponitro.com.br/atendimento-a-profissionais/%23/pdfs/artigos/multidisciplinares/efeito_das_drogas_psicotropicas_no_snc.pdf. Acesso em 07 abr. 2018.

CARNEIRO, H. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Rev Outubro**, v. 6, n. 6, p. 115-28, 2002. Disponível em: http://www.cress-es.org.br/site/images/artigo_drogas_henrique_carneiro.pdf. Acesso em 28 dez. 2018.

CARUSO, F. **Como o Repense construiu uma comunidade sobre maconha medicinal em 2 semanas de campanha**. Blog Catarse, matéria publicada em 8 de abril de 2018. Disponível em: <http://blog.catarse.me/como-o-repense-construiu-uma-comunidade-sobre-maconha-medicinal-em-2-semanas-de-campanha/>. Acesso em 28 jan. 2018.

CARNEIRO, J. S.; GERMANO, I. M. P. Memória e Sites de Redes Sociais: midiaticização da imagem em recordações e narrativas autobiográficas. **Revista de Psicologia**, v. 8, n. 1, 2017. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/01/876975/14213-27093-1-sm.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2018.

CARVALHO, S. **“Legalize it”: quando a profecia de uma canção torna-se realidade**. Jamaica Experience, 2015. Disponível em: <http://jamaicaexperience.com.br/musica/legalize-profecia-da-cancao-tornou-se-realidade>. Acesso em 01 abr. 2018.

CASTELLS, M. **A Galáxia Internet: Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CÓRDULA, A. C. C. **Políbio Alves entre contos e encantos: o fascínio do vivido na perspectiva da escrita de si**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – Universidade Federal da Paraíba, 2015.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O que é um Conceito? In: **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELMAS, B. **Arquivos pra quê?:** textos escolhidos. Tradução de Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DÓRIA, J. R. Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício. In **Maconha:** coletânea de trabalhos brasileiros. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1951. Disponível em: https://growroom.net/download/livros/maconha_coletanea_01.pdf. Acesso em 10 ago. 2018.

FERRARI, S. Organizações eclesiais. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, Linha Gráfica Ed., V.2, 1991.

IORE, M. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 92, p. 9-21, Mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14 ago. 2018.

FRANCO, V. F. O confronto rastafari na busca do si-mesmo: a transformação da consciência na visão da psicologia transpessoal. **Psicologia Revista**, v. 15, n. 2, p. 221-245, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/18090/13446>. Acesso em 01 abr. 2018.

FREIRE, G. H. A.; FREIRE, I. M. **Introdução à Ciência da Informação**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

FREITAS, C. L. et al. Uso terapêutico e religioso das ervas. **Caminhos**, v. 12, n. 1, p. 79-92, 2014.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GABRIEL, C. **Uma Breve História sobre a Papoula e o Ópio!** [Portas da Percepção Ed. 246. Hemplado: Laricas e informação. Disponível em: <http://hemplado.com/uma-breve-historia-sobre-a-papoula-e-o-opio-portas-da-percepcao-ed-246/>. Acesso em 04 abr. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. de. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, v. 19, n. 2, 1990. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/332/332>. Acesso em 03 mar. 2018.

GONTIÈS, B.; ARAÚJO, L. F. de. Maconha: uma perspectiva histórica, farmacológica e antropológica. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 4, n. 07, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/164>. Acesso em 03 mar. 2018.

HELDER, R. F. **Como fazer análise documental**. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

IMPrensa, Notícias STF: **STF Libera “marcha da maconha**. Portal STF. Publicado em: Quarta-feira, 15 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=182124>. Acesso em 03 jan. 2018.

INABA, S.B. COHEN, W. E. **Drogas: estimulantes, depressores, alucinógenos, efeitos físicos e mentais das drogas psicoativas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

INDOLFO, A. C. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 2007. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/06/pdf_59336b505e_0003553.pdf. Acesso em 25 abr. 2018.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, 1996. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659>. Acesso em 10 ago. 2017.

KIEPPER, A. O. **Cuidados de compaixão**: regulação da maconha medicinal nos Estados Unidos da América. Tese de Doutorado - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2016. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/19382>. Acesso em 12 jul. 2018.

_____; ESHER, Â. A regulação da maconha no Senado Federal: uma pauta da Saúde Pública no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 30, n. 8, p. 1-3, 2014. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/0c46/5ed6894a82588a5a1274a7455f00a9c16abd.pdf>. Acesso em 10 dez. 2017.

KORYTOWSKI, I. **Quando e por que a maconha foi proibida no Brasil?** 2016. Disponível em: <http://sopanomel.blogspot.com.br/2016/11/quando-foi-proibida-maconha-no-brasil.html>. Acesso em 13 set. 2017.

LANCASTER, F. W. O currículo da Ciência da Informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 17, n.1, p. 01-05, jan./jun. 1989.

LE GOFF, J. **História e memória**. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996. p. 207-233, 419-476, 535-550.

LE MOS, L. **Seminário sobre uso medicinal de Cannabis reúne estudantes, pesquisadores e autoridades na UFPB**. Assessoria de Comunicação da UFPB (ACS). Publicado em 28 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.ufpb.br/content/sem%C3%A9rio-sobre-uso-medicinal-de-cannabis-re%C3%BAne-estudantes-pesquisadores-e-autoridades-na>. Acesso em 01 fev. 2019.

LUNARDON, J. A. **Maconha, Capoeira e Samba: a construção do proibicionismo como uma política de criminalização social**. I Seminário Internacional de Ciência Política, 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/LUNARDON-J.-Maconha-Capoeira-e-Samba-a-constru%C3%A7%C3%A3o-do-proibicionismo-como-uma-pol%C3%ADtica-de-criminaliza%C3%A7%C3%A3o-social.pdf>. Acesso em 10 dez. 2017.

MACHADO, B. **Planet Hemp - Usuário (1995)**. Blog: A história do disco, 2016. Disponível em: <http://ahistoriadodisco.blogspot.com/2016/05/planet-hemp-usuario-1995.html>. Acesso em 06 jul. 2018.

MACRAE, E. J. B. N. **Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualísticos**. In: SEIBEL, S. D. e TOSCANO JR., A., São Paulo, Editora Atheneu, p. 25-34, 2001. Disponível em: http://www.neip.info/upd_blob/0000/82.pdf. Acesso em 03 mar. 2018.

_____. SIMÕES, J. A. **Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias**. EdUFBA, 2004.

MEDEIROS, J. L. da C. **Reflexões sobre a cannabis no Brasil: utilitário, cultural, penal**. 2012. 17f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB, 2012. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/3155>. Acesso em 08 dez. 2017.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F. GOMES, R. _____. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, Método e Criatividade**. São Paulo: Petrópolis: Vozes, 2004. p. 79-108

_____.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de saúde pública**, v. 9, p. 237-248, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csp/1993.v9n3/237-248>. Acesso em 24 jun. 2018.

MORGAN, G.; BERGAMINI, C. W.; CODA, R. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33086747/Resumo_Imagens_da_Organizacoes_%281%29.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&

[Expires=1547955309&Signature=fjirwI2Ytu62BihLj7MvofxuJRo%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DIMAGENS_DA_ORGANIZACAO.pdf](#). Acesso em 20 jan. 2019.

MORIN, E. **Para sair do século XX**. Tradução de Vera Azambuja Harvey. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

OLIVEIRA, E. B. de; RODRIGUES, G. M. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 311-328, mar. 2011. Disponível em: <http://liinc.revista.ibict.br/index.php/liinc/article/view/416/298>. Acesso em 02 dez. 2017.

POLLAK, M. Memórias, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História**, v. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em 03 mar. 2018.

ORTEGA, C. D.; LARA, M. L. G. de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **Data grama zero: revista de ciência da informação**, v. 11, n. 2, abr. 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2924444.pdf>. Acesso em 22 jan. 2019.

PACHECO, L. S. Informação enquanto artefato. **Informare - Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da informação**. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ - CNPq/IBICT, v. 1, n. 1, jan./jun., p. 20-24, 1995.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. 3. Ed. Re. Ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PEREIRA, F. C. **Arquivos, Memória e Justiça: Gestão Documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul**. 173f. Monografia (Graduação em Arquivologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/31152>. Acesso em 26 abr. 2018.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2014.

_____. et al. Conhecimento e método científico. In: _____. **Pesquisa social: métodos e técnicas**, v. 3, 1999.

RODRIGUES, A. de J. **Metodologia Científica: completo e essencial para a vida universitária**. São Paulo: Avercamp, 2006.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/viewFile/6/pdf>. Acesso em 14 ago. 2018.

SILVA, L. E. F. da; OLIVEIRA, B. M. J. F. de. Mnemosyneinfor-comunicativa: a possibilidade axiomática de construção de um conceito de memória para a Ciência da Informação. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.24, n.1, p. 135-143, jan./abr. 2014.

SILVA, M. S. **Se liga! O livro das drogas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, J. E. L. **Sonhos da diamba, controles do cotidiano: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano**. 194f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/handle/ri/13321>. Acesso em 08 dez. 2017.

THIESEN, I. **Memória Institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

VIEIRA, T. G.; BECK, C. L. C.; DISSEN, C. M.; CAMPONOGARA, S.; GOBATTO, M.; COELHO, A. P. F. Adoecimento e uso de medicamentos psicoativos entre trabalhadores de enfermagem de unidades de terapia intensiva. **Rev. Enferm. UFSM**. v. 3, n. 2, p. 205-214. 214. Mai/Ago 2013.

VITAL, H. **Manifestantes realizam Marcha da Maconha neste domingo em João Pessoa**. Portal Catolé News, 2016. Disponível em: <http://www.catolenews.com.br/noticias/paraiba/macha-da-maconha-a21975.html>. Acesso em 08 jul. 2018.

VITORIANO, M. C.C. P. A presença de fundos privados institucionais nos arquivos públicos estaduais do Brasil. **Arquivos Privados: abordagens múltiplas**. São Paulo, ARQ-SP, p. 9-23, 2016.

WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ZEMAN, J. Significado filosófico da noção de informação. In: ROYAUMONT, C. de (Org.). **O conceito de informação na ciência contemporânea**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. p. 154-168.

APÊNDICES

APÊNDICE A - AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM, ÁUDIO E DADOS BIOGRÁFICOS

Autorizo o pesquisador Josemar Elias da Silva Junior para utilização, divulgação e reprodução de imagens, áudio e dados pessoais e biográficos por mim relatados, incluindo todo e qualquer material fotográfico, objetos e documentos pessoais por mim apresentados, para a elaboração de sua dissertação intitulada: **FOLHA DA ESPERANÇA: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS DA LIGA CANÁBICA DA PARAÍBA**, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. O pesquisador Josemar Elias da Silva Junior, sob a orientação da Prof^a Dr^a Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, poderá utilizar, divulgar e reproduzir as informações acima citadas em mídia impressa (livros, catálogos, jornais, revistas, entre outros); mídia eletrônica (*Internet*); e demais meios de comunicação (TV, cinema e rádio); bem como em banco de dados informatizado, relatórios institucionais e eventos de divulgação acadêmica e científica.

Abdico de meus direitos e dos meus descendentes, subscrevo o presente que vai por mim datada e assinada.

Nome:		
Endereço:		
Cidade:	Estado:	CEP:
RG:	CPF:	
Telefone:	Celular	
E-mail:		

João Pessoa, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do entrevistado

Testemunhas:

1. _____

APÊNDICE B - AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL PARA EXECUÇÃO DA PESQUISA

LIGA PARAIBANA EM DEFESA DA CANNABIS MEDICINAL

Illmo. Sr. Júlio Américo Pinto

Presidente da Liga Paraibana em Defesa da Cannabis Medicinal

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada: **FOLHA DA ESPERANÇA: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS DA LIGA CANÁBICA DA PARAÍBA** pelo aluno de mestrado **Josemar Elias da Silva Junior**, sob orientação da **Prof.^a Dr.^a Bernardina Maria Juvenal Freire De Oliveira** com os seguintes objetivos: Construir a trajetória da Liga Canábica Paraíba pelo viés da memória institucional e de seu arquivo privado; Mapear e caracterizar a trajetória da Liga a partir dos documentos que compõem o seu arquivo privado; Compreender a luta da Liga da Paraíba em defesa da cannabis medicinal; Elencar os principais marcos jurídico-legais em âmbito brasileiro acerca do processo de legalização da maconha, e de conquista por parte da Liga. Refletir a trajetória de luta da Liga Canábica da Paraíba a partir da memória ressignificada por meio de seu acervo documental. Necessitando, portanto, ter acesso a documentos impressos (material de jornal, folhetos, panfletos, dentre outros) e em meio digital, relacionados à Liga Paraibana em Defesa da Cannabis Medicinal (Nome fantasia: Liga Canábica). Ao mesmo tempo, pedimos autorização para que o nome desta associação possa constar no relatório final bem como em futuras publicações na forma de artigo científico.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 196/96 que trata da pesquisa envolvendo seres humanos. Salientamos ainda que tais dados sejam utilizados tão somente para a realização deste estudo.

Na certeza de contarmos com o apoio e empenho desta associação, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

João Pessoa, _____ de _____ de 2018.

Josemar Elias da Silva Junior
Pesquisador Responsável pelo Projeto

() Concordamos () Não Concordamos com a solicitação

Júlio Américo Pinto
Presidente da Liga Paraibana em Defesa da Cannabis Medicinal

**APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
BASEADO NAS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012,MS.**

Esta pesquisa é sobre **FOLHA DA ESPERANÇA: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS DA LIGA CANÁBICA DA PARAÍBA** e está sendo desenvolvida pelo pesquisador **JOSEMAR ELIAS DA SILVA JUNIOR** do Curso de Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da **Prof.^a Dr.^a BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA**.

Os objetivos do estudo são: Construir a trajetória da Liga Canábica Paraíba pelo viés da memória institucional e de seu arquivo privado; Mapear e caracterizar a trajetória da Liga a partir dos documentos que compõem o seu arquivo privado; Compreender a luta da Liga da Paraíba em defesa da cannabis medicinal; Elencar os principais marcos jurídico-legais em âmbito brasileiro acerca do processo de legalização da maconha, e de conquista por parte da Liga. Refletir a trajetória de luta da Liga Canábica da Paraíba a partir da memória ressignificada por meio de seu acervo documental.

A finalidade deste trabalho é analisar sob o viés da memória imbuída nos documentos do arquivo privado ainda inexplorado o processo de luta e militância por parte da Liga Canábica da Paraíba no tocante a legalização da cannabis para fins medicinais que busca contribuir com o processo de desmistificação de estigmas e estereótipos criados em torno do uso da planta desde a época da escravidão brasileira. Nesta direção, a referida pesquisa urge para dar corpo ao papel desempenhado pela Liga na pessoa de seus integrantes bem como ampliar as discussões sobre a temática no âmbito acadêmico.

Solicitamos a sua colaboração para a entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Ciência da Informação e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde, no entanto, pode haver desconforto psicológico

(constrangimento), para que isso não venha a ocorrer, será escolhido um local privado, sem a presença de pessoas alheias ao estudo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

O pesquisador responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Por se tratar de um documento em duas laudas, a primeira deverá ser rubricada e a segunda assinada pelo (a) pesquisado (a) e pelo pesquisador responsável. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador Responsável

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com a pesquisadora responsável:

Josemar Elias da Silva Junior - Endereço: Rua Governador Mario Covas, 201 – Ernesto Geisel – CEP: 58.076.410 – João Pessoa - Paraíba - E-mail: josemar.elias90@gmail.com

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB - ☎ (83) 3216-7791 – E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA DO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA - PLATAFORMA BRASIL**

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: FOLHA DA ESPERANÇA: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS DA LIGA CANÁBICA DA PARAÍBA

Pesquisador: JOSEMAR ELIAS DA SILVA JUNIOR

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 03965118.0.0000.5188

Instituição Proponente: Universidade Federal da Paraíba

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.062.999

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa egresso do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - Nível Mestrado, do CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, do aluno JOSEMAR ELIAS DA SILVA JUNIOR, sob orientação da Profª. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Construir a trajetória da Liga Canábica Paraíba pelo viés da memória institucional e de seu arquivo privado.

Objetivos Secundários:

- Mapear e caracterizar a trajetória da Liga a partir dos documentos que compõem o seu arquivo privado;
- Compreender a luta da Liga da Paraíba em defesa da cannabis medicinal;
- Elencar os principais marcos jurídico-legais em âmbito brasileiro acerca do processo de legalização da maconha, e de conquista por parte da Liga.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



Continuação do Parecer: 3.062.999

- Refletir a trajetória de luta da Liga Canábica da Paraíba a partir da memória ressignificada por meio de seu acervo documental.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Essa pesquisa não implica em qualquer tipo de risco físico aos participantes, apenas poderá em grau mínimo, provocar desconforto ou cansaço devido possibilidade a risco de origem psicológica/intelectual/emocional, pela realização de entrevistas, bastante comuns em pesquisas sociais.

Benefícios:

A finalidade deste trabalho é contribuir para pesquisa de dissertação de mestrado do pesquisador responsável, proporcionando benefícios potenciais na produção de conhecimento científico relativo ao tema abordado com entrelaçamento com a Ciência da Informação sob os estudos da área informação, memória e sociedade, apresentando o contexto de surgimento, luta e ações desenvolvidas pela Liga Canábica da Paraíba no tocante à cannabis medicinal.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto apresenta coerência científica, mostrando relevância para a academia, haja vista a ampliação do conhecimento, onde se busca, principalmente, construir a trajetória da Liga Canábica Paraíba pelo viés da memória institucional e de seu arquivo privado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os Termos de Apresentação Obrigatória, foram anexados tempestivamente.

Recomendações:

RECOMENDAMOS QUE AO TÉRMINO DA PESQUISA A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENCAMINHE AO COMITÊ DE ÉTICA PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, RELATÓRIO FINAL E DOCUMENTO DEVOLUTIVO COMPROVANDO QUE OS DADOS FORAM DIVULGADOS JUNTO À INSTITUIÇÃO ONDE OS MESMOS FORAM COLETADOS, AMBOS EM PDF, VIA PLATAFORMA BRASIL, ATRAVÉS DE NOTIFICAÇÃO, PARA OBTENÇÃO DA CERTIDÃO DEFINITIVA.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tendo em vista o cumprimento das formalidades éticas e legais, somos de parecer favorável a

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



Continuação do Parecer: 3.062.999

execução do presente projeto, da forma como se apresenta, salvo melhor juízo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1261539.pdf	04/12/2018 15:48:48		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	JOSEMAR_TCLE.pdf	04/12/2018 15:48:09	JOSEMAR ELIAS DA SILVA JUNIOR	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	JOSEMAR_PROJETO_DETALHADO.pdf	04/12/2018 15:47:56	JOSEMAR ELIAS DA SILVA JUNIOR	Aceito
Cronograma	JOSEMAR_CRONOGRAMA.pdf	04/12/2018 15:47:46	JOSEMAR ELIAS DA SILVA JUNIOR	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	JOSEMAR_ANUENCIA.pdf	04/12/2018 15:47:34	JOSEMAR ELIAS DA SILVA JUNIOR	Aceito
Outros	JOSEMAR_APROVACAO.pdf	04/12/2018 15:47:18	JOSEMAR ELIAS DA SILVA JUNIOR	Aceito
Folha de Rosto	JOSEMAR_FOLHA_DE_ROSTO.pdf	04/12/2018 15:46:40	JOSEMAR ELIAS DA SILVA JUNIOR	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
 Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
 UF: PB Município: JOAO PESSOA
 Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 3.062.999

JOAO PESSOA, 06 de Dezembro de 2018

Assinado por:

Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

ANEXO B – FORMULÁRIO PARA IMPORTAÇÃO E USO DE PRODUTO À BASE DE CANABIDIOL

☐ Cadastro	☐ Renovação de Cadastro
-----------------------------------	--

1. IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE:

Nome*:	Data de nascimento*:
RG:	CPF:
Endereço*:	E-mail*:
Telefone*:	CEP*:
	Celular:

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL (se aplicável):

Nome*:	Data de nascimento*:
RG:	CPF:
Endereço*:	E-mail*:
Telefone*:	CEP*:
	Celular:

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL PRESCRITOR:

Nome*:	CPF*:
Nº da Inscrição no Conselho Profissional:	E-mail*:
Endereço*:	
Telefone*:	Celular:

4. DADOS DO IMPORTADOR (importação intermediada conforme Art.2, §2º, se aplicável)

Razão Social*:	CNPJ*:
Endereço*:	
E-mail*:	
Telefone*:	

5. DESCRIÇÃO DO MEDICAMENTO:

Nome Comercial*:

Composição do produto*:

Nome e endereço da Empresa Fabricante*:

Apresentação*:

Quantidade a ser importada no período de 1 ano, conforme posologia contida na prescrição*:

6. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:

As seguintes documentações devem ser anexadas a este formulário:

- **Prescrição do produto por profissional legalmente habilitado** contendo obrigatoriamente o nome do paciente e do medicamento, a posologia, o quantitativo necessário, o tempo de tratamento, data, assinatura e número do registro do profissional prescritor em seu conselho de classe.
- **Laudo de profissional legalmente habilitado** contendo a descrição do caso, CID, justificativa para a utilização de produto não registrado no Brasil em comparação com as alternativas terapêuticas já existentes registradas pela Anvisa, bem como os tratamentos anteriores.
- **Declaração de Responsabilidade e Esclarecimento** para a utilização excepcional do produto.

A ANVISA não possui competência para tratar os assuntos relacionados aos diferentes tributos que possam incidir sobre o tipo de cada importação. É recomendável que os interessados se informem previamente à importação, junto a Receita Federal sobre estes tributos. Ressaltamos também que é importante frisar que a ANVISA não possui governabilidade sobre os requisitos legais que possam ser exigidos pelo país exportador.

ANEXO C – FICHA CADASTRAL DE ASSOCIAÇÃO À LIGA PARAIBANA EM DEFESA DA CANNABIS MEDICINAL



LIGA PARAIBANA EM DEFESA DA CANNABIS MEDICINAL

Registro nº 740.962 – Livro A-650 – Cartório Toscano de Brito

CNPJ nº 23.560.415/0001-15

Endereço: Rua Dr. Oscar de Castro, nº 154, Brisamar

João Pessoa – Paraíba – Brasil – CEP: 58.033-550

Telefones: (55-83) 99813 1050 / 98854 1833

E-mail: ligacanabicapb@gmail.com

FICHA DE CADASTRO DE ASSOCIADO

DADOS PESSOAIS					
Nome completo				Data de nascimento	
CPF		RG (nº)		UF	Estado Civil
Nacionalidade		Naturalidade		Profissão	
Sexo (marque um x na opção desejada)				Número Celular (código estado/nº)	
Masculino	☐	Feminino	☐	Outro	☐
E-mail				Número WhatsApp (código estado/nº)	
Rede Social (Facebook)				Número Residencial (código estado/nº)	
Skype				Número Profissional (código estado/nº)	
Marque um x na categoria de sócio na qual você se enquadra					
Paciente	☐	Responsável legal de paciente(s)			Sócio apoiador
Qual o valor mensal de sua contribuição?					
R\$ 20,00	☐	R\$ 35,00	☐	R\$ 50,00	Outro: R\$,00

Caso esteja na categoria de sócio “ Responsável legal de paciente(s) ”, preencha os dados deste quadro			
DADOS PESSOAIS DO PACIENTE 1			
Nome completo			Data de nascimento
CPF	RG (Nº)	UF	Naturalidade (cidade/estado)
DADOS PESSOAIS DO PACIENTE 2			
Nome completo			Data de nascimento
CPF	RG (Nº)	UF	Naturalidade (cidade/estado)

ENDEREÇO RESIDENCIAL		
Endereço (rua/avenida/prça)	Nº	Complemento
Bairro	CEP	Cidade/Estado
ENDEREÇO PROFISSIONAL		
Instituição		
Endereço (rua/avenida/prça)	Nº	Complemento
Bairro	CEP	Cidade/Estado

EXPERIÊNCIA E HABILIDADES PROFISSIONAIS
Coloque aqui uma descrição resumida de sua experiência profissional e habilidades pessoais

EXPERIÊNCIA E HABILIDADES PROFISSIONAIS

DECLARAÇÃO
Eu, _____ (NOME DO ASSOCIADO), declaro estar de acordo com o disposto no estatuto da Liga Paraibana em Defesa da Cannabis Medicinal – LIGA CANÁBICA e estou disposto a contribuir, voluntariamente, pela realização dos seus objetivos, com os quais estou integralmente de acordo. (cidade), (dia) de (mês) de (ano) _____ Assinatura do declarante

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
Como soube da existência da LIGA CANÁBICA?	
Gostaria de colaborar com trabalho voluntário para a LIGA CANÁBICA?	
Marque um x a área de atuação da LIGA CANÁBICA na qual gostaria de colaborar	
☐ Administrativa/financeira	☐ Jurídica
☐ Acolhimento/Assistência Social	☐ Médica/Científica
☐ Técnica e de Operações (cultivo, laboratório, certificação de produtos)	☐ Comunicação/marketing

	Articulação política, mobilização e eventos		Elaboração de projetos
O QUE ESPERA DA ATUAÇÃO DA LIGA CANÁBICA ENQUANTO ASSOCIADO? (Coloque aqui suas expectativas, críticas, sugestões ou observações que deseje fazer)			

Aos cuidados da diretoria da LIGA CANÁBICA (não responder)

DEFERIMENTO DE ASSOCIADO DA LIGA CANÁBICA			
Marque um x na opção que corresponde ao resultado da análise desta ficha cadastral			
	Deferido		Não deferido
			Pendente
Justifique a opção escolhida			
João Pessoa, <u>(dia)</u> de <u>(mês)</u> de <u>(ano)</u>			
_____ <i>Assinatura do responsável</i>			